

**Ministério
dá escola
de sucesso
a «amigos»**

Paixão privada

O Governo quer entregar a Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações a um instituto independente do Grupo Ensinus, que tem fortes influências na 5 de Outubro, mas não tem experiência, nem corpo docente, nem sequer instalações.

Pág. 5

Manifestação no Porto Pelo Emprego na Europa

Pleno emprego e um emprego de qualidade, são as grandes reivindicações da manifestação convocada para segunda-feira, no Porto.

Pág. 32

Pobreza na UE

Por uma Europa de inclusão

Ilda Figueiredo prepara relatório sobre a pobreza na UE. A iniciativa foi divulgada num debate organizado pelo PCP.

Pág. 20

Defender a Arrábida

Não à co-incineração

Presidentes e vereadores CDU de todo o distrito de Setúbal unem-se em defesa do Parque Natural da Arrábida.

Pág. 8

Feriado na quinta-feira

«Avante!» sai quarta

Por ser feriado nacional na próxima quinta-feira, o nosso jornal sai um dia mais cedo, sendo distribuído na quarta-feira, dia 21 de Junho.



A Festa vem aí

Vamos construí-la!

A Festa do «Avante!» que neste ano 2000 vai ter lugar nos dias 1, 2 e 3 de Setembro, já começou. Com o trabalho no terreno e a preparação de muitas iniciativas.

Págs. 15 a 18

Kosovo um ano depois

Págs. 14 e 19

Balanço trágico



Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Ligia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 830
(Provisório)

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS

Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

7

Quarta-feira

Edgar Correia e Bernardino Soares participam numa conferência de imprensa sobre «Saúde: Diagnóstico e Terapêutica do PCP». Em consequência da decisão do Governo de avançar com a co-incineração, o deputado Manuel Alegre demite-se do Secretariado Nacional do PS. É chumbado na Assembleia da República um projecto de lei do CDS/PP que visa a alteração da lei do Rendimento Mínimo Garantido. Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros, defende a adopção do modelo federal dos Estados Unidos para a União Europeia. A Amnistia Internacional acusa a NATO de ter violado o «direito de guerra» durante a campanha contra a Jugoslávia, sublinhando os numerosos alvos civis atingidos e exigindo o julgamento dos responsáveis.

8

Quinta-feira

O CDS/PP anuncia a intenção de votar favoravelmente o projecto de lei de «Os Verdes» sobre co-incineração, que poderá impedir o Governo de avançar com a queima de resíduos tóxicos nas cimenteiras. É rejeitado na Assembleia da República, após dois empates consecutivos de 115 votos contra do PS e 115 votos a favor da oposição, o projecto de lei do PCP que visava a criação de Institutos Regionais. Stephen Saunders, adido militar de Londres, é assassinado em Atenas pela organização terrorista 17 de Novembro. Vladimir Putin, presidente russo, apresenta um decreto que declara a Tchecoslováquia sob «administração presidencial», retirando assim a autonomia ao território.

9

Sexta-feira

O PCP realiza em Lisboa um debate com Ilda Figueiredo sobre Pobreza e Exclusão Social. Morre vítima de doença prolongada António Lopes Cardoso, antifascista e destacado membro do PS. Hermínio da Silva Costa, autodenominado chefe do estado-maior das milícias pró-integração de Timor Leste, regressa a Timor onde pede uma amnistia para todos os timorenses que pedirem desculpas pelo «Setembro Vermelho». Termina a 75ª Cimeira Franco-Alema onde Jacques Chirac e Gerhard Schröder se anunciam em perfeito acordo em relação à reforma da União Europeia.

10

Sábado

Hafez al-Assad, presidente sírio, morre com 69 anos. Uma colisão entre dois funiculares na Baviera (Alemanha) provoca 57

O PCP numa Conferência de Imprensa sobre Saúde

feridos. Apesar do início de negociações indirectas em Argel, a Etiópia e a Eritreia anunciam a continuação dos ataques terrestres em todas as frentes. Incidentes entre civis tchecos e soldados russos em Chali, a 25 quilómetros de Grozni, provocam vários mortos.

11

Domingo

Heinz Fromm, director do Departamento de Protecção da Constituição (polícia secreta alemã), afirma que há fortes indícios de o terrorismo de extrema-direita poder ressurgir. Na Síria, o vice-presidente assegura como interino a presidência do país, ao mesmo tempo que o parlamento decide baixar a idade mínima de candidatura ao cargo de 40 para 34 anos, permitindo assim a nomeação do filho de Assad. George Robertson, secretário-geral da NATO, manifesta-se «prudente» em relação à proposta da Rússia de formar um sistema antimissil conjunto Rússia-Nato. A ETA reivindica os assassínios de José Luis Lopez de Lacalle, jornalista, e de Jesús María Pedrosa, autarca do partido de Aznar.

12

Segunda-feira

A selecção nacional de futebol estreia-se no Campeonato Europeu 2000 com uma vitória sobre a Inglaterra por três bolas a duas. Brandão Alves, director-geral do Ensino Superior anuncia que o Estado irá distribuir dois milhões de contos pelas universidades e pelos Institutos politécnicos, com vista a combater o insucesso escolar. Jorge Coelho desmente haver riscos nas obras do Metro em Lisboa, anunciando que as causas do acidente no Terreiro do Paço serão conhecidas no final da semana. D. Ximenes Belo defende uma administração de Timor por Portugal em vez da ONU, acusando a UNTAET de várias irregularidades.

13

Terça-feira

Jaime Gama afirma que «se a atitude da Áustria tivesse sido diferente», o problema das sanções contra este país «já estariam noutro plano». Paulo Portas anuncia oficialmente a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Realiza-se o funeral do falecido presidente da Síria Hafez al-Assad, sendo já o seu filho, Bashar al-Assad, apontado como o sucessor para o cargo. Robert Mugabe anuncia que todos os observadores internacionais têm liberdade para visitar o país e «falar com toda gente». Ao fim de 50 anos de hostilidades, tem início em Pyongyang uma Cimeira entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, onde ambos os líderes das duas Coreias prometem a paz a pensar na reunificação.

Aconteceu

Morreu Lopes Cardoso

Aos 67 anos e vítima de doença prolongada, morreu o engenheiro agrónomo António Lopes Cardoso, empenhado lutador antifascista durante a ditadura, dirigente do PS após a Revolução de Abril e democrata a tempo inteiro durante toda a sua vida. Nascido em Cabo Verde e filho de um magistrado, Lopes Cardoso cedo se envolveu na luta política, participando activamente no movimento associativo estudantil, integrando a candidatura de Humberto Delgado e o grupo «Seara Nova». Preso pela PIDE no princípio dos anos 60, refugiou-se um mês depois em Paris, prosseguindo no estrangeiro o seu envolvimento na luta antifascista. Aderiu ao PS no ano da sua fundação, em 1973, e após o 25 de Abril passou a integrar a direcção do partido, por quem desempenhou cargos relevantes, nomeadamente o de Ministro da Agricultura entre 1975/76, onde foi peça determinante da ofensiva então iniciada contra a Reforma Agrária pelos governos do PS chefiados por Mário Soares. Como então declarou ao *Nouvel Observateur*, abandonaria o cargo e sairia do governo não por discordar dos objectivos estratégicos de Soares em relação à Reforma Agrária, mas por oposição aos meios por este propugnados nesse combate do PS para a desarticulação desta grande conquista de Abril. Afastar-se-ia do PS em 1976 para criar a UEDS, em progressiva demarcação, à esquerda, da política restauracionista e de direita prosseguida pelo PS, a ele regressando em 1986 para, também progressivamente, se afirmar como empenhado defensor da unidade da esquerda, nomeadamente entre o PS e o PCP, o que lhe custaria, em 1995, ser excluído das listas de candidatos do PS pela concelhia de Lisboa.



Aluimento no Terreiro do Paço devido a obras de metropolitano

As obras de extensão da rede do Metropolitano de Lisboa à baixa pombalina provocaram aluimentos na zona do Terreiro do Paço, obrigando ao isolamento de toda a Praça e ao corte do trânsito automóvel na zona, provocando o caos rodoviário em toda a baixa alfacinha. Segundo os jornais, o Laboratório Nacional de Enge-

nharia Civil (LNEC) já alertara há quatro anos para o perigo de se avançar com estas obras na baixa pombalina sem a concretização de estudos exaustivos sobre os previsíveis impactos negativos, como este aluimento veio a confirmar. Segundo os responsáveis do Metropolitano, as obras irão prosse-

guir na execução do mesmo projecto, mas utilizando uma nova metodologia. Estas obras envolvem não apenas a extensão da rede do Metro ao Terreiro do Paço, mas também a construção de um túnel rodoviário que ligará o Cais do Sodré ao Campo das Cebolas, retirando todo o tráfego automóvel do Terreiro do Paço.

Hafez al-Assad morre aos 70 anos

Aos 70 anos de idade, morreu no passado sábado o presidente da Síria Hafez al-Assad, que chefiou o país durante 30 anos consecutivos. De origem camponesa, Assad integrou o Partido Baas desde o início da sua fundação, em 1940, com ele ascendendo ao poder defendendo um Estado nacionalista, secular, socialista e pan-árabe. A Síria conquistou a independência em 1946 sob a liderança do Baas, sacudindo a dominação colonial francesa. Durante mais de 20 anos o país viveu diversas crises políticas, em geral resultantes de lutas internas no próprio Baas, até que, num último golpe realizado em 1971, Assad subiu ao poder para não mais de lá sair, governando com mão de ferro e conquistando cinco mandatos presidenciais consecutivos de sete anos, num clima de hege-

monia onde nunca pôde florescer qualquer opositor que lhe pudesse fazer frente nas urnas. Profundamente empenhado na resolução do conflito israelo-árabe, tinha por um dos seus grandes objectivos políticos a recuperação dos Montes Golã, há décadas usurpados por Israel, impondo-se como um negociador hábil e firme. Preparava meticulosamente tudo, incluindo a sua própria sucessão, pelo que andava a preparar há seis anos o seu filho mais novo, Bashar Assad, para lhe suceder na presidência, o que parece ir concretizar-se, dado que o parlamento sírio já aprovou uma alteração-relâmpago da Constituição retirando a norma que impunha a idade mínima de 40 anos para o desempenho do cargo presidencial. O indigitado filho de Assad tem, actualmente, 34 anos.



Portugal vence Inglaterra

Num embate verdadeiramente emocionante, a selecção portuguesa de futebol estreou-se no Campeonato Europeu deste ano a derrotar a selecção da Inglaterra por 3-2, após estar a perder por

2-0 logo na primeira meia hora de jogo. A recuperação da selecção portuguesa «gelou» a equipa inglesa, que ao intervalo já estava a ver a sua vantagem de 2-0 anulada por dois golos

soberbos, primeiro de Figo - a lembrar a fulgurante arrancada de Eusébio no Mundial de 1966 para desfazer a equipa da Coreia -, depois de João Pinto, genial a cabecear para o golo entre as «torres» da de-

fesa inglesa. Na segunda parte Portugal arrumou o assunto com mais um belo golo de Nuno Gomes, acabando não apenas a controlar completamente a equipa britânica como a esgotá-la física e

animicamente. Reconhecido por todos os comentadores nacionais e estrangeiros, este jogo foi o melhor, até agora, deste Europeu e entrou directamente para a história da competição.



Crónica Internacional

Eleições

• Manuela Bernardino

Peru e Venezuela

Coincidindo a data de dois importantes actos eleitorais na América Latina, as circunstâncias em que se realizaram as eleições no Peru e as razões do adiamento na Venezuela conduzem-nos à reflexão sobre a situação nestes dois países latino-americanos. Defrontando-se ambos com graves problemas no plano económico e social, separa-os situações e regimes políticos bem diferentes, com distintas orientações face à crise que enfrentam e a dramática situação em que vivem os respectivos povos. Enquanto no Peru existe um regime ditatorial, assente no poder pessoal de Fujimori, na Venezuela, para lá da propaganda que aponta Hugo Chávez como populista que visa a concentração do poder, constrói-se um regime constitucional legitimado por eleições e assente na participação popular. No Peru, Fujimori, desrespeitando o próprio Congresso quanto ao seu novo mandato, preparou e realizou eleições fraudulentas.



As eleições só são verdadeiramente genuínas em países soberanos e independentes e democráticos

Na Venezuela, Chávez, apesar de considerar que o adiamento prejudica o seu governo e que «as eleições concluirão uma fase da revolução bolivariana com a legitimação de todos os órgãos do novo Estado», concordou com o seu adiamento. O presidente venezuelano garantiu, assim, a simultaneidade e a transparência das eleições presidenciais,

parlamentares e para governadores dos estados. Estamos perante dois dirigentes e dois projectos totalmente distintos.

Fujimori revelou desespero nestas eleições. Desgastado pela contestação popular que, nos últimos dois anos, se exprimiu eloquentemente na luta contra a sua reeleição e na greve geral de Abril de 99, pouco se importou com os «conselhos» do Tio Sam. Conta que as medidas demagógicas que tomou para a corrida eleitoral, como o aumento dos salários, a suspensão das privatizações ou a criação dum banco para crédito rural, são suficientes para manter os seus apoios. Mas é opinião geral que, caso não reganhe a confiança dos investimentos externos, essencialmente dependentes dos EUA, a crise acentuar-se-á. Ao descontentamento interno juntou, por certo, o isolamento internacional. As manifestações de apoio a Alejandro Toledo, ex-alto funcionário do Banco Mundial e hoje o homem dos EUA no Peru, são fundamentalmente expressões dum profundo desejo de mudança. Entretanto, a debilidade do projecto unitário de oposição ao regime pode não facilitar uma saída democrática e progressista, a curto prazo, no Peru.

Na Venezuela a nova data das eleições ainda não foi fixada. Elas culminarão um processo de descentralização do poder, consignado na nova Constituição. Não escamoteando as dificuldades económicas e sociais, H. Chávez rejeita o «inferno» do neoliberalismo e propõe novas políticas económicas baseadas nas potencialidades, realidades e necessidades do país. Confia em políticas alternativas. Defensor duma integração regional bolivariana e da soberania nacional, propugna o respeito pelo direito internacional como indispensável a uma política de paz e aproximação entre os povos. Entretanto, o processo venezuelano debate-se, nestas eleições, com divisões no seu seio. Umhas inevitáveis, outras estimuladas do exterior. Como sempre. Da capacidade de interpretar e integrar os anseios e a acção das massas populares dependerá a consolidação do novo poder venezuelano. As eleições têm, como se vê, objectivos bem diferentes nestes dois países. De hipócrita demagogia no Péru ao empenho na participação popular na Venezuela vai uma enorme distância. Como sempre dissemos, as eleições como expressão da vontade popular só são verdadeiramente genuínas em países soberanos e independentes e onde a democracia seja simultaneamente política, económica e social.

Editorial

UMA QUESTÃO DE TEMPO

A saga do Primeiro Ministro em busca da popularidade perdida ameaça vir a transformar-se na mais patética de todas as operações de propaganda levadas a cabo pelo actual Governo. Situando as causas do seu crescente descrédito em pormenores irrelevantes e não no conteúdo e nas consequências da política que pratica, António Guterres dificilmente levará a bom termo o seu objectivo de «recuperar uma relação afectiva com o eleitorado». Repare-se, aliás, no significado deste objectivo: é no eleitorado, nos votos portanto, que incidem as preocupações do Primeiro Ministro... Prosseguir a política marcadamente de classe que tem vindo a praticar, distribuir os rebufados que bastem para esconder o verdadeiro conteúdo dessa política e contar com a falta de memória das suas vítimas, parecem ser as três grandes direcções da caminhada de Guterres em busca da «afectividade» desaparecida.

Ora, mesmo que a memória das pessoas seja, muitas vezes, curta – e possa conduzir a lamentáveis esquecimentos – há aspectos vários da

Por muito bem congeminada que seja a campanha do engenheiro Guterres em busca da popularidade perdida, dificilmente encontrará eco junto dos muitos milhares de pessoas afectadas por estas medidas governamentais.

Também aos trabalhadores que sofrem na pele a política antilaboral do Governo e vêem agravadas as suas condições salariais e de trabalho, interessa pouco que o Primeiro Ministro faça a política que faz sediado em Portugal ou em trânsito pela Europa e pelo Mundo: o que os afasta do Governo e os obriga a contestá-lo em impressionantes manifestações de massas ou em múltiplas greves é, precisamente, o conteúdo da política governamental e os seus efeitos negativos. Fugir a esta realidade é fugir ao essencial.

Os cálculos tornados públicos por vários membros do Governo de que, com a chegada do período de férias, a agitação social abrandará, reflectem bem a postura governamental, a forma como encara a superação das dificuldades que está a sentir. De facto, sacudir a pressão para melhor e mais facilmente levar por diante a sua política de direita, constitui a preocupação fundamental do Governo do PS. Mas essa é uma missão irremediavelmente condenada ao fracasso: mesmo que a manobra do Primeiro Ministro, por efeito de forte e amplo apoio mediático, logre atingir parte dos seus intentos, acabará inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, por vir a ser desmascarada. Trata-se, portanto, de uma questão de tempo.

“António Guterres quer, apenas e só, recuperar a popularidade. Para isso vale tudo”

política do Governo do PS que todos os dias, todas as horas, marcam a sua sinistra presença na vida da maioria dos portugueses.

De facto, aos constantes e brutais aumentos de bens e serviços, os muitos milhares de pessoas que contraíram empréstimos para compra de habitação própria, viram juntar-se o famigerado aumento das taxas de juro decidido pelo Governo. E, como se isso não bastasse, o engenheiro Guterres e a sua equipa decidiram ainda reduzir de 6,5 para 5,5% a taxa de referência para o cálculo das bonificações no crédito à habitação – redução de imediato contestada pelo PCP que, através do seu Grupo Parlamentar, tomou a iniciativa de propor à Assembleia da República a suspensão dessa medida aberrante e injusta. Tais medidas – tenham elas sido decididas em Portugal, no estrangeiro ou em viagem – afectam profundamente a situação financeira de milhares e milhares de portuguesas e portugueses que, assim, vêem o custo dos seus empréstimos subir, num ano, cerca de 20%. Trata-se de uma perversa armadilha montada pelo Governo do PS, traduzida num aumento inesperado e inoportuno para a maioria das pessoas das suas prestações mensais. Basta dizer que, por exemplo, para um empréstimo de 12.500 contos contraído em Abril de 1999, o aumento dessa prestação mensal pode chegar aos 13 contos.

«Distraí-me um bocadinho, mas a partir de agora é a valer» - teria afirmado António Guterres no decorrer da reunião da Comissão Política do PS realizada a semana passada com o objectivo de lançar a operação «recuperação da popularidade perdida». Aceitando como verdadeiro o que veio a público sobre o que se passou na dita reunião, estamos mais uma vez perante a encenação de uma monumental farsa, onde o que conta é sempre o faz-de-conta e onde o ridículo é rei e senhor. Procedendo a uma «análise da situação política» que teve como ponto de partida a valorização do «esforço brutal» por si feito «para acudir a todas as frentes – Europa, partido, País», o Secretário Geral do PS apresentou igualmente «como um aspecto positivo da sua acção o fim dos conflitos entre ministros e das “pequenas fífias” que, em sua opinião (...) provocaram descrédito do Governo»... E aprofundando ainda mais a sua «análise da situação política», concluiu que seria «trágico para o País» se a sua «experiência governativa falhasse» e se verificasse um «triunfo da direita». Tal «triunfo», segundo Guterres, «seria marcado pelo imediato abandono das bandeiras sociais» e por uma governação ao serviço «dos grandes interesses empresariais».

Sobre o nível e a profundidade da reflexão produzida, os factos falam por si... da mesma forma que são por de mais elucidativos no que respeita ao surreal conteúdo das preocupações «sociais» exibidas pelo Primeiro Ministro. Mas, não esqueçamos: o que António Guterres quer é, apenas e só, recuperar a popularidade. Para isso vale tudo.

Actual Diplomacia de dois bicos

• José Casanova

Foi muito comentado o «incidente» ocorrido aquando da ida de Clinton ao Parque das Nações, por ocasião da sua recente visita a Portugal: a Embaixada dos EUA exigiu às autoridades portuguesas que escondessem das câmaras e das máquinas fotográficas um bar denominado «Cubalibre». Isto apesar de o tal bar ser, ele próprio, uma provocação a Cuba, na medida em que não só é propriedade de activos apoiantes do bloqueio decretado pelo imperialismo norte-americano contra o povo cubano, como exhibe abusivamente elementos da bandeira de Cuba para promover um rum cuja marca foi roubada a Cuba por decisão de um tribunal dos EUA. De qualquer forma, Cubalibre é coisa que os EUA não toleram e a exigência imperial foi, naturalmente, acatada pelas autoridades portuguesas – ao que parece em nome dos chamados imperativos diplomáticos: Clinton fez o favor de se deslocar a Portugal, não é verdade?, e mal parecia escolher este preciso momento para, pela vez primeira, as autoridades portuguesas não lhe satisfazerem um desejo.

Aliás, a diplomacia tem destas exigências para países que fazem da subserviência a sua maneira de estar. Ou seja: Clinton pode estar-se nas tintas para as exigências diplomáticas sempre que elas não servem os interesses do seu país, mas as autoridades portuguesas, à semelhança de várias outras, têm que gerir bem as suas diplomacias e adaptá-las, em cada momento, às circunstâncias.

Exemplos disso são matos. Ainda recentemente, quando o Presidente Jorge Sampaio se deslocou ao Brasil (acompanhado, nomeadamente, pelo dr. Mário Soares) para as comemorações do 500.º aniversário do achamento, vimos – nós, pela televisão, o Presidente e o ex-Presidente, ao vivo – como a polícia de choque brasileira carregou violentamente sobre os pacíficos manifestantes índios e do Movimento dos Sem Terra. Mas não ouvimos, das altas entidades portuguesas ali presentes, uma só palavra de protesto contra tão brutal e flagrante vio-

lação dos direitos humanos. Por razões diplomáticas, obviamente, constituiria imperdoável indelicadeza criticarem a carga policial e jamais a Embaixada de Portugal se atreveria a fazer exigências semelhantes às da Embaixada dos EUA em Portugal.

Outro foi, no entanto, o critério seguido quando da Cimeira Ibero-Latino-Americana em Havana, em finais do ano passado. Nesse caso tratava-se de Cuba e, assim sendo, a «diplomacia» era outra: chefes de Estado e de governo de vários países – Portugal incluído – fizeram questão de reunir com «dissidentes» cubanos, inclusive com o «chefe dos dissidentes», e não se eximiram de, em Cuba, criticar o governo cubano por alegadas violações dos direitos humanos...

Enfim, coisas da diplomacia de dois bicos.



Lei de Bases

• Edgar Correia

Agitação em que tem andado o (pelos vistos) apreciado «comunicador» Paulo Portas em relação à segurança social, a zanga contra o rumo que tem vindo a tomar o debate na comissão parlamentar do articulado da nova Lei de Bases da Segurança Social, a ameaça, por esse motivo, de apresentar uma moção de censura ao Governo, constituem excelentes notícias para os portugueses.

Recorde-se que em matéria de segurança social o PP e o seu líder têm sido simples porta-vozes dos interesses e pontos de vista privatizadores das seguradoras e dos grandes grupos financeiros, ao ponto de as propostas que apresentaram na campanha eleitoral das legislativas e no seu projecto de lei de bases terem sido elaboradas por um conhecido administrador do ramo segurador do principal banco privado que actua em Portugal, o BCP/BPA.

Que Paulo Portas apresente propostas em relação às pensões que, desligadas do prévio alargamento do financiamento do sistema, rebentariam com a Segurança Social pública, inteiramente se compreende, pois. Que em nome do «direito dos mais novos poderem escolher o sistema» o que pretende é reduzir significativamente o sistema público, para aumentar a

quota de mercado dos produtos financeiros privados, é também claro como a água. Na hora de finalizar o debate parlamentar da nova Lei de Bases, pela parte do PCP as coisas estão igualmente claras. A imensa batalha política e ideológica que travámos nos últimos quatro anos contra a privatização e pela melhoria do sistema público de segurança social, não foi só uma luta por objectivos justos e que mantém plena actualidade. Foi uma batalha que compartilhamos com a CGTP, a sempre combativa central sindical dos trabalhadores portugueses, e em que surgiram também a defender o sistema público – é justo reconhecê-lo – personalidades independentes e da área esquerda do próprio Partido Socialista. E é uma batalha que averba já resultados pontuais positivos – basta ver as alterações no discurso oficial, apesar das cautelas com que é necessário ouvi-lo – mas que é cedo ainda para avaliar no seu conjunto.

Há um tempo de luta e há um tempo para colher resultados da luta, mesmo quando não se alcança a totalidade dos objectivos.

Os trabalhadores portugueses têm essa viva experiência. Por isso sabem que lutar vale (sempre) a pena. E que a luta (sempre) continua.



A caminho de Dalmanuta

• Aurélio Santos

Dizem os Evangelhos que naquele tempo tinha Jesus uma grande multidão à sua volta que há dias o vinha seguindo. E perguntaram-lhe os discípulos: «Como vamos alimentar toda esta gente, tendo só sete pães e alguns peixinhos?» Cristo mandou então começar a distribuir os pães e peixes, e quando terminaram todos de comer sobraram ainda sete cestos cheios de pão e peixe. E então Cristo, contam os Evangelhos, tomando a barca com seus discípulos retirou-se para Dalmanuta.

As tentações taumátúrgicas dos que se apresentam como aplicadores de milagres fazem-me lembrar esta passagem bíblica. Guterres é nisso exemplar. Anunciou uma «multiplicação de pães» e paixões em sermões eleitorais, cheios de sedutoras promessas. Mas tendo aguçado o apetite dos que o ouviram, deixou vazios os cestos: nem pão, nem peixe... As anunciadas paixões romperam namoro, a solidariedade social tra-

duziu-se em trabalho precário e degradação da segurança, a subida de combustíveis arrombou um saco azul orçamental engenhosamente costurado, a inflação aqueceu mas os salários ficaram no congelador, as subidas de taxas de juros dão ordem de despejo a milhares de pessoas que confiaram na publicidade do crédito fácil e nos elogios governamentais à expansão do consumo, na esperança de uma casa onde morar (será este o «consumismo» que vem merecendo ralhetes do Presidente da República)?

Tudo isto era previsível para quem não acreditasse em milagres nem visse Cristo em Guterres. Estava à vista que as promessas sociais do PS não tinham sustentação, dada a política económica preconizada e aplicada pelos seus governos. Sob a capa do diálogo social, foi dada prioridade não às pessoas e sim ao capital. Nos seus orçamentos a apregoada justiça fiscal traduziu-se em mais benesses e isenções para os rendimentos da actividade

especulativa financeira, continuando a penalizar os rendimentos do trabalho. Promoveu-se a delapidação do património público empresarial e do aparelho produtivo na agricultura, pescas e indústria, bem como a entrega ao capital privado de serviços públicos essenciais. Esta tem sido a «preocupação social» do governo - e o resultado é que só ficaram para distribuir às pessoas côdeas e espinhas em vez dos evangélicos cestos de pão e peixe.

Chegando aqui tenho de perguntar: não estará este «actual» a parecer-se um chato e repetitivo sermão contra o Governo? Pois sim - mas muito mais chatos são os frutos da política que ele aplica e nos quer fazer engolir. E nunca é demais repetir as verdades.

Já muita gente anda reclamando que é tempo de o 1.º ministro tomar o barco e ir fazer um retiro. Para Dalmanuta, por exemplo, já agora levando também os seus discípulos. Mas a Bíblia dos Capuchinhos, a mais autorizada tradução recentemente publicada em português, assinala em nota de rodapé: «Dalmanuta é um lugar que ainda não foi possível identificar»...



Frases

“Portugal espera do futebol a vitória que lhe escapa no campeonato da Europa de todos os dias.”

(João Carreira Bom, *Diário de Notícias*, 11.6.00)

“Guterres responde a [Manuel] Alegre: «A tua consciência está errada»”

(Título no *Semanário*, 9.6.00)

“Guterres deixa cair Alegre”

(Título no *Diário de Notícias*, 8.6.00)

“Está tudo financiado, só não há obra [do metropolitano do Porto]”

(Ministro Jorge Coelho, *idem*)

“Um dia destes o Banco Europeu de Investimentos vem dizer que chega de brincadeira e corta o financiamento ao metro [do Porto]”

(*idem, ibidem*)

“Intervenções como a da Confederação da Indústria Portuguesa, pressionando o PSD para apoiar o Governo na questão da co-incineração, além de não terem qualquer legitimidade, quando se sabe do caso que os industriais fazem da preservação do ambiente, só dão argumentos a quem já suspeitava de interesses económicos escondidos atrás da co-incineração”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 9.6.00)

“Não creio que algo que possa ser feito numa zona onde morem pessoas, não possa ser feito num parque natural”

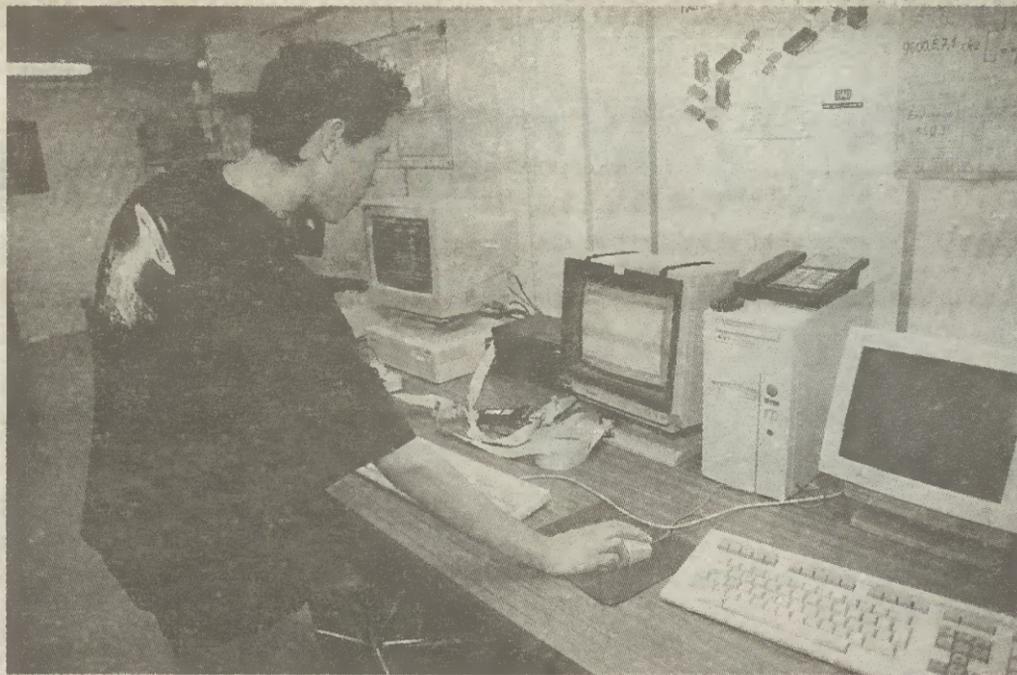
(António Guterres, a propósito dos protestos contra a co-incineração em Outão, na Arrábida, *Diário de Notícias*, 10.6.00)

“O Estado é fraco na defesa do interesse colectivo em face dos grupos de interesses organizados, quando devia ser forte”

(Presidente Jorge Sampaio, *idem*)

“Sida é resultado de guerra biológica produzida por certos Estados”

(Sam Nujoma, Presidente da Namíbia, *idem*)



O valioso equipamento da escola pública também será entregue ao INETE?

Ministério da Educação dá escola de sucesso a «amigos» Paixão privada

O Governo quer entregar a Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações a um instituto do Grupo Ensinus, que pode ter fortes influências na 5 de Outubro, mas não tem experiência, nem corpo docente, nem sequer instalações.

Hoje, pela primeira vez, o caso da EPPET é trazido em manifestação para junto do Ministério, de manhã, e da Assembleia da República, à tarde. A iniciativa partiu dos actuais alunos, a que se juntam pais e encarregados de educação, formadores, técnicos que concluíram o curso e

outras pessoas que queiram também expressar a sua indignada estupefacção perante o destino que foi anunciado para a escola de Telheiras, ao fim de quase dez anos de funcionamento em regime experimental.

Nem as incertezas, nem a falta de prometidas instala-

ções condignas, nem o prolongamento indefinido de uma situação de «instalação» impediram a EPPET de se tornar um caso de sucesso no ensino técnico-profissional público. Poderia ser um estabelecimento de ensino que, um dia destes, António Guterres ou Guilherme Oliveira Martins se lembrassem de visitar, para provarem como era firme e sincera a sua pre-eleitoral paixão pela educação.

O Governo PSD que criou a escola definiu um prazo de três anos para avaliar a experiência, mas não o cumpriu, e a «nova maioria» manteve a situação. Até

Outra «Moderna»?

Os alunos promovem hoje manifestações na 5 de Outubro e em S. Bento

No final de Fevereiro, em reunião geral, os alunos decidem dirigir uma carta a António Guterres, denunciando a intenção de encerrar a escola no final do ano lectivo.

Já nessa altura, na Direcção Regional da Educação de Lisboa, estava aberto o processo com vista a «encontrar um dono» para a EPPET. Para a DREL e o Ministério, a indefinida situação da escola pública devia ser resolvida pela sua entrega a uma entidade privada, de acordo com o decreto-lei 4/98, que aprovou o novo regime jurídico das escolas profissionais.

No início de Maio, o director do departamento do Ensino Secundário do ME admitia que várias hipóteses de reestruturação tinham sido estudadas, mas negava «qualquer decisão definitiva sobre a matéria» e classificava como «meramente especulativas e sem fundamento quaisquer “notícias” sobre o assunto».

Os alunos não se iludiram e reforçaram o alerta público. «Querem fechar a nossa escola», gritaram nos convites que distribuíram para os dias de «escola aberta» à comunidade, a 16 e 17 de Maio. Pais e encarregados de educação, a 25 de Maio, elegem uma comissão de 13 elementos.

Na boca de todos já circulava o que a DREL acabou por confirmar, na semana

vente. Em comunicado, o Organismo Intermédio das Telecomunicações do PCP exige o esclarecimento de todas as ligações e das condições em que foi desenhado o «negócio», reclamando a intervenção fiscalizadora do Parlamento e uma investigação profunda pela Polícia Judiciária.

A comissão de pais, entretanto, fez chegar informação detalhada sobre todo o processo aos mais altos responsáveis do Estado e à comunicação social.

A notícia espalha-se e a incompreensível decisão vai suscitando maior surpresa. Pais e alunos recebem mais comentários de solidariedade, promessas de apoio... e expressões assustadas. Personalidades bem situadas na

Casos únicos

A EPPET ganhou, desde 1990-91, um prestígio ímpar, tanto no meio empresarial, como entre pais, encarregados de educação e alunos. Não pode aceitar sequer trinta alunos por ano, mas os candidatos passam sempre as duas centenas. Tem elevada taxa de sucesso escolar e não saem dali alunos para o desemprego. O diploma que concede no final dos estudos é altamente considerado nas mais conhecidas empresas de telecomunicações e electrónica, mas muitas vezes estas nem esperam pela emissão dos certificados para admitirem finalistas da EPPET.

Este resultado é obtido, sobretudo, com o esforço dos que decidiram dar corpo a este projecto de ensino, iniciado a partir de um acordo de cooperação com a instituição de ensino holandesa, de Eindhoven. Na reunião de pais e encarregados de educação realizada dia 8 mostrou-se, convidado e aplaudido pelos alunos, um desses obreiros: **Hugo Assis** fez o curso da EPPET, trabalhou ali um ano, e passou depois a dar aulas, nos últimos três anos, sem vínculo laboral e com contrato renovado anualmente. Para ele, «é incrível pensar sequer em fechar uma escola como esta». Já tem emprego assegurado, a ganhar o dobro, mas está disposto a continuar na EPPET se esta mantiver o seu carácter público e a sua autonomia financeira e pedagógica.

Na reunião foram feitas várias comparações entre as garantias oferecidas pela EPPET e a falta de confiança que os pais depositam no INETE e na generalidade das instituições privadas de ensino. Foi particularmente esclarecedora a intervenção de um assumido **militante do PS**, que se confessou desgostoso e chocado com as opções do Governo e que, baseado na sua experiência profissional como fornecedor de equipamentos escolares, denunciou grandes falhas no ensino privado.

Alunos, pais e professores estão estupefactos e indignados com este processo

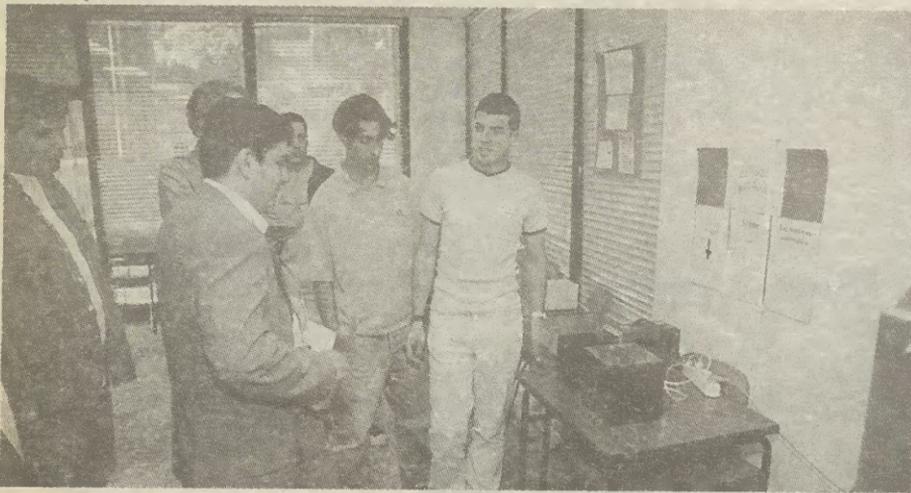


que, como na restante governação, interesses mais concretos e valores mais contabilizáveis se impuseram, mostrando que a paixão é só para alguns e que o sucesso de instituições públicas só deve ter como futuro a privatização.

Desde Janeiro estava na posse do director regional da Educação e da sua adjunta, Isabel Oliveira, uma proposta da Escola Profissional Gustave Eiffel, candidatando-se a prosseguir, como proprietária, o projecto da EPPET.

passada: o Governo pretende entregar a EPPET a um instituto privado, o INETE, pertencente ao grupo Ensinus, onde têm ou tiveram interesses accionistas alguns quadros destacados do ME e do PS, designadamente a secretária de Estado Ana Bena-

política e na educação respondem ao contacto, utilizando adjectivos como «tenebroso», para classificar os meandros eventualmente envolvidos neste caso que, em vários traços, faz lembrar aquilo que há tempos veio a lume a propósito do caso Moderna.



Bernardino Soares visitou a EPPET nos dias da «escola aberta»

PCP solidário com alunos e pais na defesa da EPPET

O negócio e outros interesses

Os comunistas, através do Organismo Intermediário das Telecomunicações de Lisboa, insistem em que é imprescindível esclarecer publicamente algumas questões relacionadas com o caso EPPET.

Num comunicado que divulgou sexta-feira, aquela estrutura expressa as interrogações que lhe suscita o negócio do Governo com o INETE:

— Quais as razões por que o Ministério, regendo-se por uma única legislação, mantém ou cria nove escolas públicas para a área da agricultura mas decide entregar a privados a EPPET?

— Qual o motivo do secretismo e da ausência de concurso público para a privatização da EPPET?

— Qual o destino previsto para os numerosos equipamentos técnicos da EPPET, no valor de muitos milhares de contos?

— É ou não verdade que a secretária de Estado Ana Benavente e outros quadros do ME foram ou são accionistas ou têm outros interesses no projecto da «Cooperativa Ensinus», em que se insere o INETE?

As dúvidas nascem como cogumelos, à medida que se vai conhecendo mais do processo. Em reuniões realizadas nos últimos dias, designadamente com participação de responsáveis da EPPET, do INETE, da DREL e de formadores, ficou claro que o instituto privado estava a contar com o corpo docente da esco-

la pública, mas esta perspectiva não se vai concretizar, já que nem os professores aceitam, nem o INETE se compromete a manter-lhes os mesmos níveis salariais; o INETE também não possui instalações para albergar o curso que lhe vai ser entregue; falta-lhe ainda experiência positiva nesta área.

O Ministério decidiu sem concurso público

Neste enredo poderá acrescentar-se ainda outro episódio: a construção de um processo em que fundos públicos vão custear a compra de instalações para o INETE, com a cobertura do Ministério da Educação.

Ação

Enquanto o negócio aguarda esclarecimento, os comunistas reafirmam que o futuro da escola de Telheiras passa pela sua continuação como estabelecimento público e requer medidas urgentes para consolidar e alargar o bom trabalho ali realizado. Bernardino Soares, deputado do PCP, preparava-se para tomar posição firme na reunião plenária da Comissão Parlamentar de Educação, convocada para ontem, depois de numa audiência entre a Mesa da Comissão e os representantes dos pais dos alunos,

na sexta-feira, ter sido unânime a reclamação da presença do ministro Oliveira Martins no Parlamento. «Ainda no dia 30 de Maio, o ministro não disse na Comissão que já estava decidido o destino da EPPET, e agora aos pais vieram falar num despacho de 22 de Maio com a decisão de privatizar», disse Bernardino Soares ao «Avante!».

Alertam também para a necessidade de defender os interesses dos alunos da escola pública, evitando que sejam penalizados na sua formação e na sua carreira profissional.

Esta também é uma preocupação que se sente na escola. Os pais querem que os filhos, matriculados na EPPET, terminem o curso e recebam o diploma da EPPET. Denunciam ainda o perigo de, recorrendo a subterfúgios de que já têm conhecimento, o INETE fazer cobrar mensalidades muito superiores à propina máxima de 5 contos. E manifestam fundadas preocupações quanto à manutenção da qualidade do ensino no futuro curso privado.

Para a defesa dos interesses dos alunos e do interesse público, aplaudiram o apelo do PCP para uma investigação policial. E decidiram avançar com uma queixa para a Procuradoria Geral da República. Para hoje, ao fim da tarde, depois das manifestações dos alunos no Ministério e na AR, convocaram uma conferência de imprensa nas instalações da escola.

INETE e Externato Marquês de Pombal compartilham moradas.

Também não foi difícil saber que Ensinus e Confederação do Comércio e Serviços (CCP) são parceiros na Escola de Comércio de Lisboa.

Quanto aos accionistas individuais, naturalmente, a informação está mais recatada. Mas, para essas investigações, há entidades mais vocacionadas e com meios mais adequados, cuja intervenção já está a ser reclamada.

Os encargos com habitação não param de aumentar

Juros atacam salários

O aumento das taxas de juro dos empréstimos para habitação está a contribuir para a degradação do poder de compra das famílias.

A subida dos juros e a diminuição das bonificações provocam «situações verdadeiramente dramáticas», denunciou a CGTP, ao divulgar os resultados de um trabalho do seu gabinete de estudos.

Para a central, o efeito da subida dos juros vem tornar mais evidente «a necessidade de alterar a política de moderação salarial que o patronato e o Governo vêm procurando impor». Neste contexto, reafirma, «é urgente a reabertura de todos os processos negociais, onde se verifique perda de poder de compra dos salários», tanto mais que os salários dos portugueses são os mais baixos na União Europeia e, em diversos sectores, são praticados salários «muito próximos do mínimo»

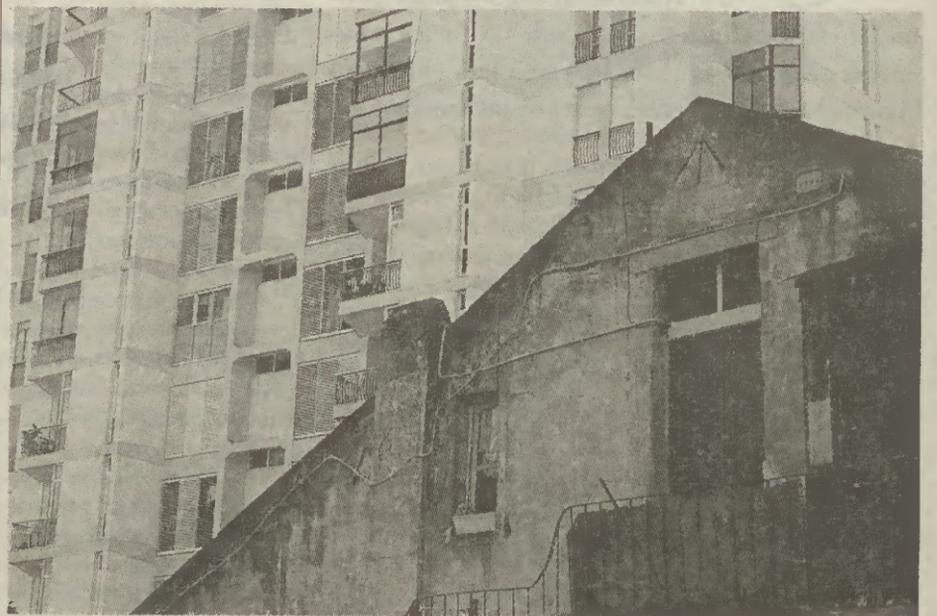
(a CGTP refere os exemplos do vestuário, restauração, comércio a retalho e serviços pessoais).

Os cálculos do gabinete de estudos da Inter, revelados sexta-feira, indicam que os encargos com empréstimos para habitação própria tiveram aumentos, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2000, que vão de nove a 22 por cento (encargo por mil contos de empréstimo, com prazos entre 10 e 30 anos). Estes aumentos percentuais são traduzidos em escudos, mostrando que, por exemplo, uma família que, em Janeiro de 1999, tenha começado a pagar um empréstimo de 20 mil contos, por 20 anos, passou a pagar uma prestação superior a 155 contos, quando ini-

cialmente pagava menos de 134.

Com um «mais que eventual» novo agravamento das taxas de juro, de mais meio ponto percentual até Dezembro próximo, aqueles números sofrerão novas subidas, ente 2 e 6 por cento (conforme os prazos dos empréstimos). Quer isto dizer que, no final deste ano, os encargos já serão de mais onze a 28 por cento do que eram em Janeiro de 1999.

No entanto, as consequências são ainda piores quando se leva em consideração também a diminuição da taxa de referência para o cálculo da bonificação dos juros. A CGTP calcula que, no caso da bonificação máxima, o agravamento sofrido entre Janeiro de 1999 e Junho de 2000 varia de 11 a 32 por cento; alargando o período até Dezembro, as variações situam-se entre 13,7 e 39,6 por cento.



Habitação mais cara com a subida dos juros

CGTP ignorada na reforma fiscal

A Intersindical afirma que está a ser excluída dos trabalhos conducentes à Reforma Fiscal e reclama uma reunião urgente com o ministro das Finanças.

Numa carta que dirigiu a Pina Moura, a Central quer saber porque é que o Conselho Nacional da Fiscalidade ainda não reuniu em 2000 e porque é que os parceiros não são ouvidos acerca da reforma fiscal.

A CGTP-IN recorda que já entregou ao Governo uma resolução sobre política fiscal aprovada no seu Congresso de Dezembro, onde são apontadas as principais reivindicações dos trabalhadores nesta área.

Na mesma ocasião, colocou igualmente algumas questões essenciais em matéria de impostos com vista a serem consideradas no Orçamento Geral do Estado para 2000, apresentando designadamen-

te propostas relativas às deduções por rendimentos do trabalho, número de escalões, taxas de IRS, deduções à colecta e benefícios fiscais.

Apesar disso, o Orçamento aprovado acabou por não «apagar os traços de injustiça fiscal característicos do sistema».

«Síntese das sínteses»

Por outro lado, a central constata que os estudos, relatórios e propostas resultantes do trabalho de inúmeras comissões e grupos de trabalho que nos últimos anos se têm debruçado sobre esta matéria, «não têm tido o seguimento esperado em termos de decisão política».

«O Governo decidiu mesmo criar uma Comissão encarregada de, até meados do corrente ano, proceder à

síntese das sínteses das medidas apontadas por essa meia centena de estudos e relatórios», refere a CGTP-IN, lamentando, no entanto, o facto de não ter sido convidada para «expressar a sua opinião e pontos de vista».

Aliás, acrescenta, o próprio Conselho Nacional de Fiscalidade, estrutura criada pelo anterior ministro das Finanças, em que participavam os parceiros sociais, «interrompeu abruptamente as suas reuniões, não tendo reunido mais de meia dúzia de vezes no tempo do anterior ministro das Finanças e sequer uma única vez desde que Pina Moura tomou posse».

A CGTP sublinha ainda que «foi pela comunicação social que soube da intenção do Governo de apresentar uma proposta de Reforma Fiscal que assentará apenas em modificações no IRS».

Um grupo chamado Ensinus

Para ter uma ideia acerca do que é o grupo Ensinus não é necessário possuir muitos meios, nem sequer ir à Internet — de onde, nos últimos dias, desapareceu a página «em construção» do INETE, que reencaminhava a navegação para o Instituto Superior de Gestão.

Apenas de memória, Bernardino Soares recorda que já suscitou uma investigação parlamentar sobre a «rapidez» com que foi licenciada a Universidade Atlântica, criada

em Julho de 1996, com Marçal Grilo no ME. Curiosamente, o «site» da UATLA também entrou agora em remodelação, mas na semana passada indicava ainda, com referência a Novembro de 1998, alguns dados sobre a sua entidade promotora, a EIA, referenciando o Ensinus/ISC entre os seus accionistas e alguns nomes muito conhecidos como membros dos corpos gerentes.

A mera consulta da lista telefónica confirma-nos que os nomes Ensinus, ISG,

Cimpor insiste

Retomar a greve na Cimpor era uma perspectiva cuja concretização estava dependente apenas da nova posição que a administração da cimenteira viesse a apresentar, numa reunião marcada para dia 12, acerca do trabalho em regime de turnos.

A nova paralisação, de quatro dias, iniciou-se terça-feira, nas unidades fabris de Souselas, Cabo Mondego e Maia, com adesão total, provocando a paralisação de todo o circuito produtivo e de abastecimento, informou a Federação dos Sindicatos da Cerâmica, Cimento e Vidro. Ao anunciar a greve, a federação valorizou o facto de, pela primeira vez ao longo dos últimos 13 anos de consulado, a administração da Cimpor se ter disposto a negociar o contrato colectivo. «Foi precisa a luta dos trabalhadores para que houvesse evolução positiva por parte dos negociadores patronais», salientava a estrutura sectorial da CGTP, numa nota de imprensa, ressaltando que, «contudo, ainda há um caminho a percorrer até ao acordo final», com as diferenças de posições a situarem-se na vigência da convenção e nos direitos do pessoal dos turnos. Se a posição da administração não se alterar, a greve só terminará às 24 horas de amanhã.

Hotéis

Durante uma semana, com início na passada sexta-feira, trabalhadores e dirigentes do Sindicato da Hotelaria do Sul levam a cabo uma série de acções junto dos hotéis cujos donos estão na direcção da associação patronal do sector. Querem assim protestar contra a recusa dos representantes patronais a «negociar valores salariais, no âmbito da negociação do contrato colectivo de trabalho». Na sexta-feira, junto dos hotéis Ritz, em Lisboa, e Eden, no Estoril, as acções tiveram ainda por objectivo protestar contra o despedimento de três trabalhadores, um dos quais delegado sindical.

Santa Casa

Uma concentração junto à Secretaria de Estado da Segurança Social, na passada sexta-feira, foi a forma de protesto encontrada pelos auxiliares de educação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que há mais de ano e meio esperam a revalorização salarial aplicada aos restantes trabalhadores da Administração Pública no final de 1998. Os trabalhadores e o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores exigem a publicação do diploma que alarga aquela revalorização às carreiras atípicas (do regime especial), em que se incluem os auxiliares de educação da SCML.

Forte mobilização para a «euro-manif»

Porto capital do trabalho

A manifestação de segunda-feira, sob o lema «Por uma Europa do Pleno Emprego», vai fazer do Porto a capital europeia do trabalho, promete a CGTP.

Realizando-se no mesmo dia em que, em Vila da Feira, decorre a cimeira da UE que assinala o fim da presidência portuguesa, a acção é promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos e co-organizada pelas suas filiadas portuguesas. A CGTP afirma o seu profundo empenho nesta grande acção de luta europeia, realçando que os trabalhadores portugueses têm razões fortes para participarem maciçamente na «euro-manifestação» (ver pág. 32).

A Intersindical Nacional exige, para além das afirmações genéricas produzidas na cimeira de Lisboa, em Março, que sejam tomadas

medidas concretas e definidos objectivos de defesa do emprego e combate ao desemprego, atacando problemas como o emprego precário, os baixos salários, a elevada sinistralidade laboral, as baixas qualificações, os horários sobrecarregados, o trabalho clandestino e ilegal, o trabalho temporário, a intervenção da Inspeção do Trabalho.

Florival Lança confirmou ao «Avante!» a perspectiva de que esta deverá ser uma grande manifestação. Aquele membro da comissão executiva da CGTP referiu que em todos os sectores e regiões decorreram, a ritmo normal, plénários e reuniões de traba-

lhadores, num esforço de mobilização que levou à requisição de transportes colectivos para cerca de 20 mil pessoas.

Aos portugueses, da CGTP e da UGT, vão juntar-se sindicalistas e outros trabalhadores, representando quase todas as organizações filiadas na CES.

A concentração inicial está marcada para cerca das 15 horas, na Rotunda da Boavista. O desfile segue daqui, pela Rua Júlio Dinis, para a Praça Humberto Delgado (junto à Câmara Municipal), onde terá lugar um comício sindical.

Setúbal

A União dos Sindicatos de Setúbal tem por certo que a participação do distrito na

manifestação de 19 de Junho estará «a um nível idêntico ao da grandiosa manifestação de 23 de Março», organizada pela

A CGTP vai estar em força no Porto

CGTP em Lisboa. Esta conclusão saiu da última reunião da direcção da USS/CGTP, no dia 8, onde foi feito um balanço do trabalho de esclarecimento e mobilização já reali-

zado. A resolução aprovada e divulgada à comunicação social realça ainda, numa apreciação sobre as movimentações laborais no distrito, que «a luta desenvolvida nestes primeiros meses do ano, quer pela sua amplitude, quer pelos níveis de adesão e participação, atingiu níveis sem paralelo nos últimos anos». Entre as razões do combate, a União aponta a exigência de melhores salários e a defesa do emprego e

dos direitos dos trabalhadores.

As acções desenvolvidas e os níveis de adesão verificados mostram que se reforçou a unidade dos trabalhadores, que «em inúmeras empresas e sectores» alcançaram os seus objectivos. Agora «mantêm-se um enorme descontentamento social e motivos para continuar a lutar», afirma a USS.

No documento é denunciado o agravamento da qualidade do emprego, exemplificado com casos como a Sommer Allibert (aumentou o pessoal na produção, mas com 300 trabalhadores de empresas de trabalho temporário), a Lear (as trabalhadoras têm que comprar ventoinhas para poderem suportar o calor na fábrica), a Transportes Sul do Tejo (que inventou o contrato-promessa de contrato a termo).

Greve e manifestação na Yazaki Saltano



São jovens, na grande maioria, os trabalhadores que se manifestaram em Ovar

A greve nacional do sector de fabricação de material eléctrico e electrónico teve uma adesão global de 75 por cento na Yazaki Saltano, um facto inédito na história da empresa. Também inédita foi a decisão dos trabalhadores, tomada em plenário, a meio da manhã daquele dia 2 de Junho: partir em manifestação até à Câmara Municipal de Ovar.

Várias centenas de trabalhadores, a pé e em dezenas de carros, desfilaram pelas ruas da cidade, aplaudidos pela população e entoando palavras de ordem como «O povo unido jamais será vencido». «Nunca a Praça da República viu tanta gente concentrada, a reivindicar mais salário», relatou ao «Avante!» Domingos Tavares, dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro.

A greve teve igualmente

forte participação na Philips, também em Ovar, e na Delphi, de Castelo Branco. A greve de 2 de Junho foi a primeira realizada na Delphi e proporcionou a ocasião para, num plenário com centenas de trabalhadores à porta da empresa, eleger 4 delegadas sindicais.

O SIEC denunciou já o desencadeamento de retaliações por parte das empresas, designadamente, tentativas de contar o dia de greve como falta injustificada, transferências de trabalhadores para outros postos de trabalho, retirada de prémios.

A greve, por aumentos salariais que atinjam, no mínimo, 5 contos por trabalhador (e que não se fiquem pelos três por cento negociados entre a associação patronal e a UGT), teve adesão significativa noutras empresas, como a Grundig/Blaupunkt, a Prequel, a Preh, a GE Power Control – de acordo com a FSTIEP/CGTP.

Indignação no INE

Trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística concentraram-se quinta-feira, dia 8, na entrada principal da sede do INE, para manifestarem o «sentimento generalizado de indignação face à degradação das condições de trabalho nos últimos anos».

O descontentamento tem a ver, sobretudo, com cinco aspectos apontados pela Comissão de Trabalhadores do INE, numa nota divulgada à comunicação social: as condições salariais, as carreiras profissionais, a limitação na informação, a inadequada gestão e a falta de espaços de trabalho.

Os trabalhadores apresentaram-se na Reunião Geral, convocada para a hora de almoço, vestidos de luto e

ostentando faixas onde exigiam «Um INE diferente» e «Não à co-incineração salarial». Ali explicaram aos jornalistas que os seus salários têm vindo a sofrer quebras sucessivas, agravadas este ano, que os colocam a perder na comparação com a remuneração de funcionários de outros organismos públicos e mesmo da Administração Central. Por outro lado, a actual definição de carreiras não abrange a totalidade da vida activa do trabalhador e contém momentos em que a progressão só pode ser feita através de mecanismos subjectivos.

No início de Maio a CT do INE tinha divulgado um comunicado com fortes críticas à Direcção do Instituto,

acusada de «conformismo sistémico». «Queremos ver cumpridas as promessas e os objectivos preconizados aquando da reestruturação do

INE, há mais de onze anos, e cada dia adiados, em benefício de todos e não apenas dos eleitos», protestava então a CT. O protesto dos trabajado-

res teve expressão pública na semana passada e, mantendo-se a falta de respostas oficiais, não deixará de voltar a manifestar-se.



Os trabalhadores recusam mais perdas salariais

Presidentes de Câmara do distrito de Setúbal unem-se em defesa do Parque Natural da Arrábida

Não à co-incineração no Outão!

A co-incineração de Resíduos Industriais no Parque Natural da Arrábida é um «contra-senso, uma irresponsabilidade e uma decisão contra o desenvolvimento e a qualidade de vida do distrito», denunciam, em conferência de imprensa, as Direcções das Organizações Regionais de Setúbal e do Litoral Alentejano do PCP.

As organizações do PCP acusaram ainda o Governo de com esta decisão estar a tentar impor uma solução política, escudando-se num parecer técnico e ignorando não só outros pareceres que afastavam a co-incineração da Serra da Arrábida, como a opinião e vontade das populações, das autarquias e de outras estruturas representativas dos cidadãos.

Para os comunistas, que sublinham as profundas contradições existentes entre esta decisão e a Estratégia de Desenvolvimento Integrado e Sustentado para a Região e o papel que as questões ambientais e turísticas terão nesse desenvolvimento, é necessário que o Governo compreenda que o problema dos Resíduos Industriais não se resolve com «decisões arrogantes»

A qualidade ambiental é «um importante valor acrescentado» do distrito

e «chantagens» sobre as Autarquias e Associações Ambientalistas, nem com «movimentos partidários de vassalagem ao ministro do Ambiente».

Na conferência de imprensa do PCP, que se realizou na sexta-feira passada, encontravam-se presentes, para além de Jorge Pires, da Comissão Política, e do Presidente da Região do Turismo da Costa Azul, os presidentes das Câmaras de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal e Sines e os vereadores eleitos pela CDU nas Câmaras de Montijo, Sesimbra e Setúbal.

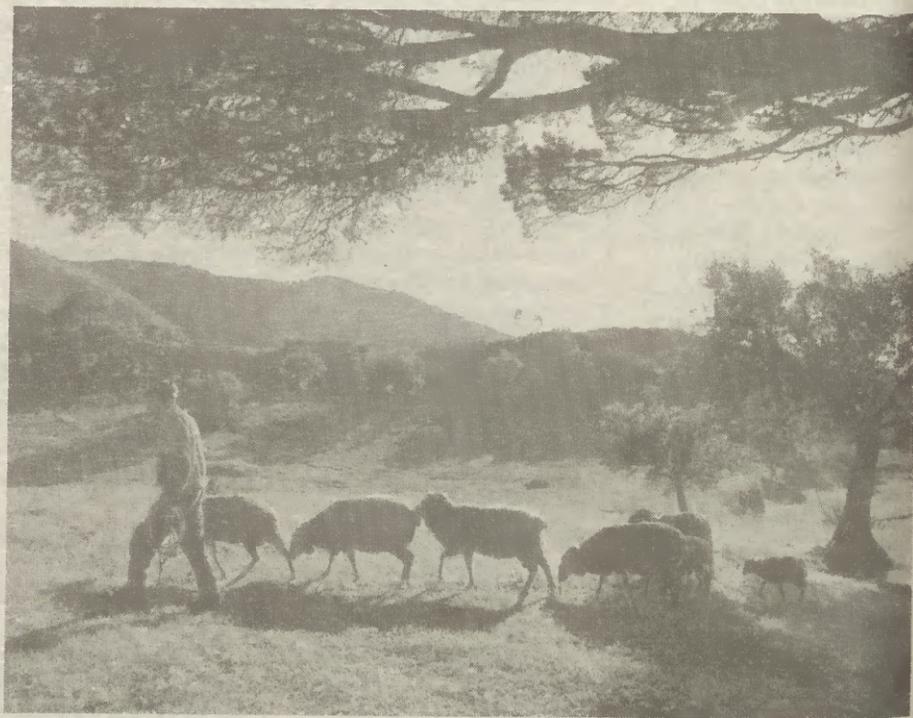
Do ponto de vista de todos eles, «o desenvolvimento económico é uma condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento», que

exige «a diversificação e coerência sectorial da estrutura produtiva» e a sua «distribuição equilibrada», com respeito pelo equilíbrio ecológico e ambiental.

Subserviência socialista

Chamando, pois, a atenção para o facto de todos os estudos da Administração Central que se debruçaram sobre a Península e o distrito de Setúbal terem valorizado a sua qualidade ambiental, considerando-a como «um importante valor acrescentado para o desenvolvimento da região e do País», os comunistas dizem que «não é aceitável que o distrito seja transformado na região do País onde se localizam os principais equipamentos de armazenamento, tratamento e queima de Resíduos Perigosos». Tanto mais que, na região, já se encontram localizadas ou previstas várias instalações de Armazenamento e de Tratamento de Resíduos e várias empresas de tratamento de Resíduos Hospitalares.

O PCP denuncia ainda a posição da maioria PS na Câmara Municipal de Setúbal e do seu Presidente, que



A co-incineração no Outão contradiz a Estratégia de Desenvolvimento Integrado e Sustentado para a região

prefere «engajar-se em manifestações de subserviência partidária» em vez de defender a população de Setúbal e os interesses do concelho. Quanto ao Governador Civil, que não assume em público as suas dúvidas sobre esta solução, chegando a afirmar que «a culpa é da oposição por se ter oposto às anteriores localizações», «não tem

condições para manter as actuais responsabilidades institucionais».

Por fim, o PCP considera que é quadro de um Plano global para o tratamento dos Resíduos Industriais e Perigosos que se devem encontrar as soluções adequadas» que passam necessariamente «pela redução da produção e nocividade dos Resíduos,

pela sua reutilização, reciclagem e valorização e, só posteriormente, pela destruição e colocação em aterro». Assim, a sua opinião é que «se trabalhe no sentido de apresentar uma proposta de metodologia que identifique prazos, fases, métodos e objectivos inerentes à elaboração de uma política integrada» destes Resíduos.

Açores

CDU é força de equilíbrio

Em conferência de imprensa realizada no dia 6 de Junho, 25 anos após o lançamento por forças separatistas de uma ofensiva concreta e forte contra a democracia, o PCP/Açores lamenta que se assista hoje a uma actuação governativa norteada pela obtenção de uma maioria absoluta que se revelaria, como a experiência vem demonstrando, «profundamente negativa» para a resolução dos problemas regionais, para a consolidação da autonomia e para a implementação de uma maior justiça social.

A alternativa a essa situação não reside, porém, no regresso do PSD ao poder - «o que não é desejável nem possível na situação actual» - mas na atribuição à CDU de um papel político e institu-

cional de «força de equilíbrio» do quadro político.

Quanto à reconstrução das zonas sinistradas pelo sismo de 1997 e de 1998, ela tem sido mal conduzida, governamentalizada e marcada por procedimentos de «tendência autoritária», gerando descontentamento quer pelas mudanças de interpretação, pela ausência de informação e pela demora de respostas concretas, quer pelas frequentes alterações de decisões e falta de sensibilidade no tratamento de muitos casos. Daí a necessidade de elaboração de um decreto Legislativo Regional que clarifique algumas situações duvidosas; da criação de um quadro legislativo adequado à reabilitação efectiva de edifícios antigos; da aceleração dos trabalhos; da

revisão da estrutura organizativa do CPR e do envolvimento dos municípios no processo de reconstrução.

Ora, a obtenção de maioria absoluta pelo PS inviabilizaria as alterações organizativas, orçamentais e operacionais que os açorianos reclamam, piorando simultaneamente o enquadramento legislativo, financeiro e organizativo.

Ao invés, a manter-se o PS com maioria relativa, a CDU assume o compromisso de viabilizar uma discussão prévia, franca e construtiva do processo de reconstrução e a consagração no Programa do Governo de medidas imediatas de correcção do processo que garantam a qualidade e repõem as ajudas financeiras nos níveis reais adequados.

Aveiro

Calçado em debate

Na sexta-feira, o organismo de empresas e sectores profissionais da DORAV do PCP promoveu na Biblioteca Municipal de S. João da Madeira, com a presença do deputado Vicente Merendas, um debate sobre a situação do sector do calçado.

Tal como a reunião com o Sindicato do Calçado realizada no mesmo dia, o debate culminou um ciclo de contactos desenvolvidos junto dos trabalhadores com o objectivo de chamar a atenção para os problemas do sector, aprofundar o seu conhecimento e mobilizar os

trabalhadores para a luta pelos seus direitos.

Durante o debate foi chamada a atenção para questões como o contraste entre os lucros do sector e os baixos vencimentos dos trabalhadores, o não cumprimento das pausas, o controlo do uso das casas de banho e a vergonhosa situação de discriminação salarial entre homens e mulheres. Embora esta situação não seja assumida, os trabalhadores do calçado continuam a sofrer uma divisão em duas categorias - A e B - correspondendo a categoria B aos mais baixos salários e simultaneamente às activida-

des tradicionalmente realizadas por mulheres. Em discussão esteve ainda o facto de a situação de precariedade que muitos destes trabalhadores vivem poder afectar a sua capacidade reivindicativa, revelando-se como situação particularmente difícil a dos que trabalham em casa e à peça e se encontram afastados da empresa.

O PCP manifestou a sua intenção de aprofundar o trabalho junto do sector do calçado e de, na sequência do debate, tomar posição na Assembleia da República relativamente às questões do sector.

Rodeia Machado na Suíça

A convite da Organização do PCP na Suíça, o deputado Rodeia Machado visitou a comunidade portuguesa ali residente e encontrou-se com várias entidades, como a Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses em Genève, a Casa do Sporting em Genève, a Comissão de Paris de Yverdon, o Centro Português de La Sarraz, o Centro Português de Yverdon, a Rádio Cité de Genève - «Programa Hora Lusitana» - e o Sindicato dos Professores.

Como preocupações comuns às várias associações, surgiram a falta de apoio e sobretudo, o desconhecimento de como devem ser atribuídos os subsídios, nomeadamente a forma de candidaturas aos apoios da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e os critérios seguidos para esse apoio, que deixam sérias dúvidas sobre como é feito e a quem é feito.

Por outro lado, foi questionada a situação do ensino do

Português e as dificuldades que enfrentam os alunos, pais e professores.

Rodeia Machado participou, ainda, na festa do PCP na Suíça, que decorreu em Valeyres-sous-Rances, com a presença de uma centena de militantes e simpatizantes.

No decurso da festa, o deputado teve encontros com uma delegação do «Parti Ouvrier Populaire», que integra o seu presidente, e com o responsável da Comissão de Solidariedade Internacional.

4.ª Assembleia de Leiria

Alargar influência do Partido

Com a participação de Aurélio Santos, membro da Comissão Central de Controlo a quem coube a intervenção de encerramento dos trabalhos, realizou-se, no sábado passado, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Leiria do PCP.

Ao longo dos trabalhos, os delegados proferiram diversas intervenções, que se traduziram por importantes contributos para o enriquecimento das conclusões da Assembleia e documentos em análise: «A Situação Política e Social no Concelho» e as «Linhas de Orientação para o reforço da Organização do Partido».

Das intervenções ressaltou, ainda, a constatação da existência de melhores condições para a intervenção e alargamento da influência do Partido, sendo entretanto

necessário melhorar o trabalho de organização, designadamente no que respeita ao recrutamento, aos fundos e ao estreitamento da ligação aos militantes e aos problemas concretos das populações.

A Assembleia elegeu também a nova Comissão Concelhia que integra quatro novos membros, dois dos quais mulheres.

A finalizar, Aurélio Santos sublinhou a riqueza da vida democrática interna do Partido e o papel das Assembleias de Organização, da base ao topo. Fez igualmente a análise aos principais aspectos da situação política e social, concluindo que a situação se apresenta favorável ao desenvolvimento do trabalho político do Partido, para o qual a realização do 16.º Congresso e a sua preparação deverão dar um forte contributo.

BEJA Atrasos no Alqueva

Os atrasos que, a par das indefinições relativas ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, se verificam nas obras da barragem do Alqueva estão a comprometer de forma irremediável os calendários previstos, diz a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, considerando que nem o Governo nem a EDIA conseguem já escondê-los.

O PCP defende, assim, que o Governo e a EDIA convoquem o Conselho Consultivo do Alqueva - até agora paralisado - e esclareçam-no sobre os atrasos nas obras do paredão, que em fins de Maio já devia ter 1 milhão e 50 mil metros cúbicos executados e apenas tem 650 mil, e no que respeita ao enchimento das albufeiras, cujas comportas deviam ser fechadas em Novembro próximo mas, segundo as previsões, apenas o serão na Primavera de 2001. Atrasos que se irão traduzir por outros atrasos na produção de energia, no sistema global de rega e nos blocos de regadio.

LISBOA Transportes vão mal

O Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL reuniu pela primeira vez, após a realização em 27 de Maio da sua 7.ª Assembleia, elegendando o Executivo e o Secretariado, compostos respectivamente por 13 e três elementos, e procedendo à avaliação da situação social existente no sector.

Em debate estiveram os processos negociais na Carris e no metro, a incúria e responsabilidades do Governo na CP, no que respeita a discriminações salariais, o processo negocial da TAP e as intenções do Governo de segmentar a empresa e, ainda, o recente anúncio da privatização da ANA AS.

No plano político, os comunistas analisaram as alterações que se estão a produzir nos Conselhos de Administração, que «em nada alteram as políticas seguidas», apelando, por fim, à participação dos trabalhadores dos transportes na manifestação que vai ser realizada no dia 19 de Junho, no Porto, contra a precariedade e por um emprego de qualidade.

BENAVILA Governo esquece Interior

A saúde vai mal na freguesia de Benavila. Quem o afirma é a Comissão de Freguesia do PCP, acusando o Governo de, apesar das promessas feitas em campanha eleitoral e das diligências da CDU e dos representantes das Comissões de Base de Saúde junto do poder central, não ter tomado quaisquer medidas para a reabertura do Centro de Saúde.

Em comunicado à população, o PCP denuncia ainda a falta de emprego com garantias e de aumentos dignos das pensões e salários e lembra que as dificuldades do interior do País não foram tidas em conta no Orçamento do Estado para 2000. A verdade é que os comunistas, quando da discussão do OE, apresentaram diversas propostas de importância para o concelho - recuperação das estradas que cruzam o concelho, da Igreja do Convento e das Muralhas; construção do Quartel da GNR, Tribunal e Conservatória, entre outras - inviabilizadas pelos deputados socialistas, apesar do voto favorável de todas as restantes forças políticas.

Casos de polícia?

Na actuação do Governo do PS, algo parece novo na situação actual. Não que as suas orientações políticas essenciais tenham deixado de ser de direita. O que é novo é que o Governo do PS e o eng. Guterres, em face da abrupta queda das suas «popularidades» na opinião pública (devido ao descontentamento popular decorrente das políticas governamentais), parecem ter perdido «a cabeça» por completo, entraram em desvario e acumulam graves e preocupantes besteiras, umas a seguir às outras.



Octávio
Teixeira
Membro
da Comissão
Política

Vejamos três exemplos. Desde logo, o que se está a passar com as taxas de juro do crédito à habitação.

Entre Janeiro e os primeiros dias de Junho do ano corrente, as taxas de juro efectivamente pagas pelos cidadãos que acorreram à aquisição de habitação pró-

pria aumentaram 1,5 pontos percentuais, passando de 5,5% para 7,5% (o que significa um agravamento relativo da ordem dos 27%). Numa situação destas, o que faria qualquer Governo, na posse das suas capacidades normais, relativamente aos portugueses que beneficiam de crédito bonificado (os de menores recursos e os jovens), era que contribuisse para que esse agravamento de custos fosse minorado. Mas não! O Governo do eng. Guterres agiu precisamente ao contrário: baixou a taxa de bonificação de 6,5 para 5,5%! Isto é, o Governo contribuiu activamente e voluntariamente para agravar duramente os pesados

As taxas de juro do crédito à habitação passaram de 5,5% para 7,5%



encargos que estão a afogar, e a colocar em situação de insolvência, dezenas de milhares de famílias portuguesas. Isto não é, isto não pode ser, uma actuação governamental normal, mesmo para um Governo que pratica uma política de direita. Esta actuação do Governo é de uma total irresponsabilidade. Que só pode ter explicação no desnoite em que o Governo entrou, na sua actual e total incapacidade para ver o que o rodeia e para pensar.

Comprar o que é seu

Mas também o exemplo relativo à notícia de que o Governo do PS pretende autonomizar da EDP a Rede Eléctrica Nacional (REN) e, «em troca», entregar à EDP 300 milhões de contos.

Poderá pensar-se: «Bem, já se sabe que o Governo tem uma grande paixão (a sua única paixão, de facto) por privatizações, e se já privatizou grande parte da EDP e agora lhe quer retirar a REN, é natural que tenha de a pagar.» Mas o problema é que a REN nunca pertenceu à EDP! A propriedade da REN foi sempre do Estado! A EDP apenas tinha, e tem, o direito de administrar o bem de domínio público que é a REN. É isso que está nas leis. A Constituição da República diz que os bens de domínio público só podem ser propriedade do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais. O Decreto-Lei (de 1976) que criou a EDP-EP, consagra que a EDP administrará os bens de domínio público necessários às actividades a seu cargo, e o Decreto-Lei (de 1991) que a transformou em EDP,SA não alterou minimamente essa situação. Assim como o DL 185 de 1995 estipula que a Rede Nacional de Transporte de energia eléctrica é explorada através de contrato administrativo de concessão em regime de serviço público, assim permanecendo a propriedade respectiva na titularidade jurídica do Estado.

Como pode alguém, e em particular um qualquer Governo, pretender que o Estado compre por 300 milhões de contos o que já é seu, o que é da sua propriedade?

Tostões e milhões

O terceiro exemplo é-nos dado pelo relatório de auditoria do Tribunal de Contas à concessão da Ponte Vasco da Gama.

Todos nos lembramos que essa ponte foi mandada construir pelo Governo do PSD, em regime de «projecto financeiro» (seria mais bonito dizer «project finance», mas desculpem lá), por um consórcio privado, com o argumento de que, assim, o Estado não tinha que entrar com um tostão. Os privados pagavam a ponte e, depois, receberiam dos utentes da mesma (bem como dos da Ponte 25 de Abril) as portagens ao longo de 33 anos. A construção da ponte (escrevo de memória) custaria 160 milhões de contos, e os fundos comunitários que o Estado conseguisse (e conseguiu umas dezenas de milhões) para essa construção seriam entregues ao consórcio privado (e foram-no). O Estado, directamente, nunca gastaria um tostão. Pois bem, o Tribunal de Contas vem agora dizer-nos, e comprovar, que nos últimos cinco anos o Estado pagou ao consórcio 40,3 milhões de contos! Isto sem contar com o que lhe entregou ao baixar a taxa do IVA nas portagens de 17% para 5%. Mas o que é isto?

Isto está já a precisar da intervenção urgente da psiquiatria! E casos destes começam a deixar de ser políticos para se transformarem em casos de polícia.

SETÚBAL

Pequenos empresários debatem problemas

Dezenas de micro e pequenos empresários comunistas da região, reunidos há dias em Setúbal, com a presença do deputado Joaquim Matias e de Jorge Pires e Agostinho Lopes, membros da Comissão Política do PCP, discutiram alguns dos principais problemas que afectam esta classe, entre outros os que dizem respeito ao comércio local, à construção civil e obras públicas, à restauração e bebidas, ao turismo e aos serviços.

Da reunião ressaltou a conclusão de que a situação deste sector está a ser gravemente afectada pela concentração capitalista que se verifica, assim como pelo apoio que o Governo do PS tem vindo a dar aos grandes grupos económicos, ao mesmo tempo que sujeita os micro e pequenos empresários a crescentes dificuldades burocráticas e financeiras, a um fisco insuportável e à invasão de produtos estrangeiros, marginalizando-os, ainda, no acesso aos fundos comunitários.

MONTEMOR-O-NOVO

PS já iniciou manobras eleitorais

A política de direita do Governo do PS está a penalizar cada vez mais o nível de vida da maioria dos montemorenses, acusa a Comissão Concelhia do PCP, lembrando o aumento dos combustíveis e das taxas de juro do crédito à habitação.

Entretanto, alarga-se o descontentamento em relação a esta política, como é visível nas lutas dos trabalhadores por aumentos salariais, dos estudantes do secundário contra a política educativa ou dos agricultores que, na maior manifestação de sempre, denunciaram em Évora as políticas comunitárias e nacionais que os asfixiam.

Mas o PS está também a atacar o Poder Local, acusa ainda o PCP. Designadamente o PS local que, a coberto de uma pretensa independência, lançou um «movimento cívico» que, sob a sua batuta, visa atacar a CDU, os seus eleitos e a obra em curso, razão por que urge desmascarar e combater mais esta manobra eleitoral.

BENAVENTE

Quebras de energia são verdadeiro «escândalo»

As frequentes quebras de energia que se verificam no concelho de Benavente, em especial na freguesia de Samora Correia, são um autêntico «escândalo», diz, por sua vez, a organização local do PCP, que acusa a EDP-LTE de se furtar à melhoria das condições de abastecimento da electricidade, levando a que, sempre que chove «uma gota de água», haja corte de energia.

Admitindo que esta «inadmissível» falta de respeito pelas populações e pela noção de serviço público se deva «ao factor privatização», o PCP exige da EDP o cumprimento do protocolo de 1982, em 1986 celebrado com a Câmara Municipal de Benavente, para o abastecimento de energia eléctrica com qualidade.

AVEIRO

Câmara quer taxa para recolha de resíduos sólidos

A Câmara Municipal de Aveiro pretende cobrar uma nova taxa sobre a recolha de resíduos sólidos e penalizar ainda mais os aveirenses já castigados com a taxa de saneamento e uma exorbitante taxa de ligação das habitações à rede pública.

A denúncia cabe à Concelhia de Aveiro do PCP que acusa a Câmara de se ter demitido das suas funções, ao entregar ao negócio privado a exploração das necessidades públicas, conduzindo a que os resultados financeiros tenham sido desastrosos.

De facto, só os gastos com a higiene e limpeza entre 1998 e 1999 cresceram 55 por cento, tendo o aumento entre 1995 e 1999 totalizado mais de 200 por cento.

Na sua última sessão, a Assembleia Municipal rejeitou de forma clara a pretensão da Câmara de fazer aprovar a taxa dos lixos, enquanto o PCP, por razões de natureza ambiental, de rigor financeiro e de justiça social, exige que a taxa de resíduos sólidos seja definitivamente posta de lado e se abra uma discussão pública sobre o assunto.

Estado de «calamidade pública» nas empresas industriais de Coimbra

Governo mantém-se passivo

As empresas industriais do concelho de Coimbra encontram-se num estado de «calamidade pública», devido à passividade e colaboração do Governo no encerramento de unidades industriais e no atropelo aos direitos dos trabalhadores, acusa a Comissão Concelhia do PCP, referindo casos concretos.

A Estaco, por exemplo, se não vir aprovado o plano de viabilização que se encontra em poder do «SIRME», corre sérios riscos de encerrar.

A Triunfo, com a desactivação, prevista para esta semana, das secções da «Wafer Bolachas», «Chocolate» e «Chipinix» fica com a produção anulada em cerca de 70%, sendo que a rapidez que a administração está a imprimir ao processo de desactivação indicia que até ao final do ano esta importante unidade industrial vai encerrar as suas instalações e enviar para o desem-

prego mais de 200 trabalhadores.

Quanto à Central-Cer, que tem vindo a reduzir os seus postos de trabalho, a confirmar-se o rumor de que vai deixar o «enchimento» a partir de Setembro, fica reduzida a um «simples entreposto de carga e descarga».

Assim, e relativamente à Zona Industrial da Pedrulha onde se situam estas empresas, o PCP exige da Câmara Municipal que, para além do apoio à luta dos trabalhadores, ela dê garantias da manutenção da classificação do solo como zona

industrial e disponibilize terrenos dentro da área do concelho para as empresas cuja deslocalização seja «absolutamente indispensável à sua viabilização».

Atropelos não param

Os comunistas denunciam ainda os baixos salários e os atrasos no seu pagamento em muitas empresas, como a Rifer onde não foram pagos os retroactivos das actualizações salariais dos últimos dois anos; a Bagir, cujas trabalhadoras continuam sem receber o subsídio de Natal; a Jaime Dias, que, para além de atrasos nos pagamentos, não actualiza salários desde 1996; a Rodoviária da Beira Litoral, onde os atrasos nos pagamentos são sistemáticos; a Cimpor, cujos trabalhadores, exigindo a retoma do processo negocial interrompido pela administração, realizaram, pela primeira vez em dez anos, uma importante greve.

Também a retirada de direitos aos trabalhadores se está a generalizar, seja através de comportamentos insultuosos para com os trabalhadores, de pressões junto destes para rescindirem os seus contratos, ou do condicionamento ao direito de organização.

Os comunistas defendem, assim, que a Inspeção de Trabalho tenha uma intervenção mais activa, atempada e eficaz no respeito pelos direitos e condições de trabalho e que o Governo regulamente, também com esse objectivo, a Lei das Comissões de Higiene e Segurança.

Por seu lado, o PCP continua a ser a única força política a intervir no apoio aos trabalhadores, tendo os seus deputados visitado, no último ano, diversas empresas do concelho de Coimbra, designadamente a Textilândia, a Rifer, a Ex-Mondorel e a Estaco, apresentando requerimentos sobre algumas delas.

A retirada de direitos aos trabalhadores está a generalizar-se

Centenário de José Gomes Ferreira

Revisitação ao poeta

O Sector Intelectual do Porto do PCP tomou a iniciativa de convidar escritores, poetas, jornalistas a evocar José Gomes Ferreira. O resultado foi uma bela antologia (também em termos gráficos) com textos de Urbano Tavares Rodrigues, Baptista-Bastos, Luís Francisco Rebello, Carlos Tê e Carlos Brito, entre muitos outros.

A apresentação, no espaço do Café Concerto do Rivoli, foi uma boa ocasião para muitos dos que ali acorreram lembrarem e irem mais fundo no conhecimento da vida e obra do poeta militante que, em 1980, aderiu ao PCP.

«Ler José Gomes Ferreira é viajar no século XX. É lembrar as lutas em defesa da República, contra a violência fascista, o reencontro com a liberdade nas avenidas de Abril, o amargor dos desencontros de Novembro, momentos de rebeldia e de fraternidade humana (...)» disse Jorge Sarabando, membro da DORP e do Comité Central. E, evocando a interpegação do poeta aos Quixotes



deste mundo — «Abaixo o cavaleiro da lança de soluços e bola de sabão no elmo de barbeiro/ /E vivam os nossos pulsos que, num repelão, hão-de rasgar o nevoeiro...», este dirigente lembrou que «a voz insubmissa de José Gomes Ferreira nos convoca para um outro modo de viver o nosso tempo. Tempo de mercantilização da vida, de coisificação do ser humano, de aviltamento do trabalho, de uniformização do pensamento, que os intelectuais não podem aceitar passivamente, sob pena

de ficarem reduzidos a simples «notários da História» ou a instrumentos, por omissão, de um poder gerador de tantas injustiças e novas servidões».

Intercalando com a declamação de belos poemas do autor, por Rosa Gaya, falaram ainda Manuela Melo, na qualidade de admiradora do poeta mais do que na de vereadora da Cultura da Câmara Municipal do Porto, José António Gomes, poeta e crítico literário, que percorreu a vida e a obra de José Gomes Ferreira e,

ainda, a deputada Odete Santos que trouxe à luz muitas das impressionantes imagens a que o poeta recorreu para «pintar os sonhos»...

A encerrar o recital, as letras do poeta, musicadas pelo camarada e companheiro de artes e ofícios Fernando Lopes Graça, entoadas pelo Coro de Espinho, com o pianista Fausto Neves e o Maestro Borges Coelho, gravaram mais fundo «ao sol desta canção» a evocação do poeta, nascido no Porto há 100 anos.

CAMARADAS FALECIDOS

Angelo Hilário Cortes

Faleceu, no dia 9 de Junho, vítima de doença prolongada, o camarada Angelo Hilário Cortes, de 69 anos de idade. Militante activo na freguesia de Santana da Serra, Ourique, era membro da Comissão de Base de Saúde e da Comissão de Freguesia de Santana da Serra do PCP. No seu funeral, que constituiu uma profunda manifestação de pesar, participaram, para além de muitos camaradas e amigos, uma delegação da Comissão Concelhia de Ourique do PCP.

David de Matos Almeida

Faleceu, no dia 23 de Maio, com 73 anos de idade, o camarada David de Matos Almeida. Era membro do Partido desde 1980 e estava actualmente organizado na freguesia da Cova da Piedade.

Helena Nazaré Dias

Faleceu, com 82 anos de idade, a camarada Helena Nazaré Dias. Estava organizada na freguesia da Cova da Piedade e era membro do Partido desde 1974.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Equipa ovarense na II Liga

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP registou «com agrado e satisfação» a subida assinalável da Equipa Sénior de Futebol da Associação Desportiva Ovarense à II Liga de futebol que, apesar de não possuir um campo de treino digno desse nome, tem conseguido apresentar equipas a competir em quase todos os escalões.

A Concelhia do PCP chama a atenção dos responsáveis autárquicos do concelho para as carências que existem em termos de infra-estruturas desportivas e para a necessidade de se aproveitarem as oportunidades oferecidas pelo 3.º Quadro Comunitário de Apoio para concretizar uma política desportiva para as Freguesias de Ovar, que «manifestamente não tem existido com este Executivo», mais preocupado «em fazer obras avulso».

Terminal na Trafaria

A Câmara Municipal de Almada reiterou a necessidade da construção de um novo terminal rodo-fluvial na Trafaria como alternativa ao actual cais de embarque de Cacilhas e ao futuro Metro Sul do Tejo (MST).

Em conferência de imprensa, após um encontro com a população na Casa Municipal da Juventude, em Cacilhas, a presidente da autarquia, Maria Emília de Sousa, voltou a defender a construção de um novo terminal rodo-fluvial na Trafaria, para que, a partir de 2002, sejam asseguradas ligações para Lisboa em *ferry-boats* (barcos que transportam tanto passageiros como automóveis).

A autarca considera que o novo terminal, assim como a Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS) - troços Lazarim/Funchalinho e Funchalinho/Trafaria - são infra-estruturas importantes para garantir acessos e transportes alternativos quando o primeiro lanço do MST (Corroios-Universidade Nova/Monte de Caparica) estiver a ser construído.

A Câmara de Almada prevê que, com a entrada em funcionamento do primeiro troço do MST em 2004, o terminal rodo-fluvial de Cacilhas esteja reestruturado para receber barcos de passageiros, autocarros e o metro de superfície, permitindo, deste modo, «reduzir o mais possível o tráfego automóvel».

Metro do Porto

A Comissão Coordenadora da CDU da freguesia da Senhora da Hora, em Matosinhos, acusou a autarquia de falta de visão e capacidade reivindicativa na questão do rebaixamento da linha do Metro na freguesia.

Em conferência de imprensa, os elementos da CDU da Senhora da Hora sublinharam que «o rebaixamento da linha férrea é um anseio antigo da população com dezenas de anos» que garantiria a melhoria da qualidade de vida, ao permitir a «requalificação urbanística de toda a zona central da vila». O projecto do Metro do Porto prevê a transformação da linha ferroviária que atravessa o centro da vila, integrando-a na rede do metropolitano.

Elementos da CDU integrados numa comissão formada por destacadas personalidades locais recolheram na vila cerca de 2000 assinaturas em favor do rebaixamento da linha.

Aeroporto do Funchal

Os comunistas da Madeira e do Continente não vão participar na inauguração da obra de ampliação do aeroporto do Funchal porque recusam fazer parte de um «festival de propaganda» em vésperas das eleições legislativas regionais, que terão lugar a 10 de Outubro.

O deputado da CDU/Madeira e dirigente do PCP, Edgar Silva, anunciou esta posição dos comunistas, apesar da reconhecida importância daquela obra para a Madeira, considerando que «nem os representantes desta força política a nível regional, quer do Grupo Parlamentar, quer os responsáveis nacionais já convidados, poderão aceitar de maneira nenhuma participar nesta encenação de propaganda do PSD em vésperas de eleições».

Alterações na Linha de Sintra

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra anunciou que vai pedir uma reunião ao secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, para discutir as recentes alterações introduzidas nesta linha férrea.

Classificando as alterações postas em prática no passado dia 28 de Maio como «medidas impopulares», Rui Ramos, da comissão de utentes, manifestou a preocupação da comissão pelo facto de os representantes da Unidade de Suburbanos da Grande Lisboa (USGL) terem afirmado que apenas «se houver justificação», reporão os horários eliminados: 22:52, 23:22 e 02:07, com partida da estação do Rossio.

«Esta é uma atitude de facto consumado. Primeiro eliminam-se horários e depois estuda-se o problema mais em profundidade», acrescentou Rui Ramos.

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra também contesta que a ligação entre Sintra e Azambuja tenha sido abolida entre as 22:13 e as 23:13 horas, uma decisão que a USGL justifica com a «fraca afluência» de utentes.

FENPROF com Timor

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) vai apoiar a reconstrução de Timor-Leste no plano da educação com o lançamento de um CD, no âmbito da campanha «Uma escola por Timor Loro Sae».

Os resultados das vendas do CD serão enviados ao CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense) para a reconstrução do território, designadamente na área da educação, através da criação de escolas, equipamentos necessários ao sistema de ensino e formação de recursos humanos.

Promovida pela FENPROF e pelo Instituto Irene Lisboa, a campanha conta com a participação da Câmara Municipal de Lisboa, da Federação Regional de Lisboa de Associações de Pais e da Confederação Intersindical Galega - CIG.

JCP de Aveiro promove debate

«Um olhar diferente sobre a Europa»

Com a presença do eurodeputado Joaquim Miranda e do membro da Direcção Nacional da JCP Miguel Soares, realizou-se no CT de Santa Maria da Feira (uma semana antes da cimeira) um debate sobre a Europa, que serviu para ajudar a desmistificar o paraíso Europeu que dia após dia nos querem vender.

Apesar da participação em quantidade ter ficado aquém do necessário e desejado (a coincidência com os exames no secundário e superior não ajudou), o decorrer do debate demonstrou a necessidade e a urgência de estas matérias serem aprofundadas nos próximos tempos. Para uma melhor organização das ideias, o debate desdobrou-se em dois painéis: o primeiro de análise e o segundo de respostas, alternativa e projecto do PCP.

Na sua intervenção inicial, o camarada Miguel Soares deu um especial destaque à questão dos transgénicos (organismos geneticamente modificados) e às alterações climáticas.

Transgénicos e alterações climáticas

A busca do lucro faz com que hoje muitos dos produtos agrícolas que comamos sejam geneticamente transformados, não sendo possível ao consumidor sabê-lo em rigor se o são, ao mesmo tempo que se desconhecem os efeitos dos mesmos na saúde do ser humano. Um pouco por toda Europa (com realce para os países mais desenvolvidos) esta lógica tem sido incentivada pela desregulamentação existente e pelo atraso na investigação das suas consequências.

Quanto às alterações climáticas, o camarada fez saber que, ao contrário do que seria normal numa Europa de desenvolvimento, tarda-se em cumprir resoluções de convenções mundiais com a de Kioto - os níveis de poluição máximos aconselhados (que evitem o aumento da temperatura do globo, que por sua vez desregula o ciclo normal de precipitação do mesmo) não são cumpridos, nem tão pouco se vislumbram medidas nesse sentido.

Apesar de tudo, a União Europeia tem produzido directivas que visam a defesa do Ambiente, mas as mesmas ainda encontram pouco eco

nas legislações de cada estado membro (ao contrário das directivas financeiras, imediata e dogmáticamente cumpridas...).



Jovens comunistas no debate sobre a Europa, em Aveiro

Os caminhos da União Europeia

O camarada Joaquim Miranda fez um breve resumo dos caminhos que a União Europeia tem trilhado nos últimos tempos - cada vez mais num plano Federal, longe das populações e dos seus interesses.

A política comum alargou-se do campo comercial para o monetário e Política Externa e Defesa. A invenção do conceito de coesão económica e social não passa de um plano de intenção, sendo uma completa hipocrisia a prática do mesmo (que enquanto conceito nos merece aplausos). Ao longo dos últimos 15 anos várias personalidades e instituições prometeram uma infinidade de postos de trabalho. Sequini em 86, Delors em 92, e nos últimos 3 anos tem sido uma promessa ciclicamente repetida nas cimeiras de chefes-de-Estado (como aconteceu recentemente em Lisboa). A realidade é que hoje a UE conta com 16 a 20 milhões de

desempregados, 50 milhões de pobres, aumento da precaridade e segurança no trabalho. E a tendência não aponta para melhorias...

Ao longo do debate falou-se nos dinheiros da UE que têm vindo para Portugal. O camarada Joaquim Miranda comentou: «Esses dinheiros compensam a destruição do nosso aparelho produtivo (agricultura e

inserido o PCP: há 6 anos éramos 13 deputados, agora somos mais de quarenta. Apesar de divergências de projecto, o PCP tem contribuído para a união dos partidos que se opõem a uma UE controlada pelos critérios financeiros e monetários, e que estão por uma Europa de Paz e desenvolvimento social e ecológico. Este caminho -

Denunciar os podres da construção europeia para a transformar

pescas), a nossa perda de soberania na discussão com outros países não europeus? Mais: em termos relativos, a Grécia, a Espanha e a Irlanda recebem mais que nós.»

Alternativas

O camarada Joaquim Miranda deu uma perspectiva do crescimento do grupo parlamentar europeu onde está

afirma Joaquim Miranda - não contradiz, antes complementa, o projecto de Democracia Avançada do PCP. «Estamos na UE para nos opormos aos aspectos negativos da mesma sobre os trabalhadores e o povo português, ao mesmo tempo que procuramos potenciar os aspectos positivos que só poderão ser resolvidos num âmbito extra-nacional, como o Ambiente, por exemplo.»

JCP/Évora

V Encontro Regional

A JCP de Évora realizou o seu 5.º Encontro Regional no passado dia 10, no grupo cultural e desportivo dos bairros de Santa Maria e Fontanas.

Neste encontro muitos foram os problemas, ideias e propostas colocados pelos jovens comunistas presentes, desde as questões do ensino secundário, da juventude trabalhadora, passando pelo ensino superior, e ainda questões relacionadas

com o ambiente, toxicod dependência, sexualidade e, obviamente, a desertificação do Alentejo, patente no Manifesto aprovado por unanimidade.

O ponto alto do encontro foi a eleição da comissão regional de Évora da JCP.

Luísa Araújo, responsável pela Juventude no Secretariado do Comité Central do PCP, procedeu ao encerramento dos trabalhos.

Três anos para ilibar Demétrio Alves

O Tribunal de Contas decidiu que fossem arquivados os autos na investigação que há três anos vinha a ser dirigida contra Demétrio Alves, então presidente da Câmara de Loures, por não haver indícios da «prática de qualquer crime» e, em particular, quaisquer infracções financeiras.

Tudo começou em 1997, em

véspera das eleições autárquicas, quando «um grupo de cidadãos atentos» se dirigiu ao Procurador-geral da República acusando o então presidente da Câmara de Loures de gastos inexplicáveis à custa da autarquia.

Face à situação criada, Demétrio Alves, não apenas desmentiu a prática de qualquer ilícito criminal como se

submeteu voluntariamente aos inquéritos judiciais.

O documento do Tribunal de Contas, agora divulgado, explicitamente sublinha que todos os pagamentos efectuados «se reportam a entidades que prosseguem no âmbito do município actividades que, em abstracto, podem ser alvo do apoio das Câmaras Municipais, no

âmbito das suas atribuições legais» e que tudo indica que «essas entidades prosseguem fins condicentes com algumas das atribuições das autarquias e que esses subsídios se destinaram, de uma forma ou outra, a possibilitar o prosseguimento dessas actividades».

Três anos foram necessários para repor a verdade.

Mensagem e discriminação

• Lino de Carvalho

«**A** censura é mais eficaz quando não tem necessidade de se afirmar, quando os interesses do patrão, miraculosamente, coincidem com os da *informação*.» Vem esta citação de Serge Halimi a propósito da discriminação e, talvez pior do que isso, selecção e alinhamentos não ocasionais a que o PCP e a sua mensagem é muitas vezes submetido em grandes órgãos de comunicação audiovisuais, designadamente na televisão pública e em jornais ditos de referência.

Haverá quem, colocado perante este parágrafo, conteste, dizendo que o PCP tem até (se comparado, por exemplo, com outros partidos comunistas e outros países europeus) espaço e tempo na comunicação social nacional. Aparentemente isso é verdade, sem tratarmos de debater agora o que ainda representa neste processo a herança democrática da Revolução de Abril e o diferente peso e influência social e institucional do PCP que não pode, por isso, de todo ser ignorado. Mas sempre se deve registar a diferença entre o esforço que os comunistas têm de fazer

saíam! Noutro exemplo, estavam em causa iniciativas de vários partidos sobre a recuperação das pensões degradadas dos trabalhadores da administração pública, matéria à qual o PCP tem dedicado particular atenção. Pois bem, para espanto de quem via o telejornal desse dia o PCP foi apagado dos registos enquanto o CDS/PP e o seu presidente (que foram os últimos a apresentar um projecto de lei sobre a matéria, quando, aliás, o debate já estava agendado) eram apresentados como os grandes heróis do dia parlamentar, dando-lhe imagem e voz por três vezes na mesma reportagem, fazendo passar os seus pedaços sonoros diariamente ensaiados. Terceiro exemplo. No debate das propostas do CDS/PP visando alterar (e, na prática, esvaziar em grande parte) o Rendimento Mínimo Garantido, houve uma relativamente extensa polémica entre o PCP, que esteve no centro do debate, e o presidente do CDS/PP. Pois bem. O telejornal da RTP-1 ignorou o PCP. Deu longo espaço ao CDS/PP e à esquerda do hemiciclo optou pelo Bloco de Esquerda que pouco

interveio no debate e, quando o fez, foi para repetir um argumento que o PCP tinha usado pouco antes, o de que o CDS/PP queria punir os beneficiários do RMG por eventuais fraudes mas não usava o mesmo critério para as empresas que defraudavam o fisco ou não cumpriam os pressupostos que lhes permitia ter acesso a vultuosos apoios no âmbito dos benefícios fiscais. Entretanto, o jornal da RTP-2, nesse mesmo debate,

escolheu do PCP um aparte parlamentar, ininteligível quando isolado do resto do debate em que se inseriu, e de Paulo Portas optou por transmitir as mensagens completas. Certamente que os exemplos se podem multiplicar e, seguramente, também noutras áreas de debate.

A verdade é que, em inúmeros casos, sobretudo quando interessa promover a confusão e a concorrência nas áreas sociais, o PCP ou é ostensivamente ignorado ou são seleccionadas passagens que impedem de se perceber a mensagem. É o «esconder mostrando», como afirma Pierre Bourdieu. Em contrapartida, promove-se o CDS/PP, designadamente em matérias ligadas aos idosos, ou o BE, seleccionando-se as passagens mais directas, quais verdadeiros manifestos de combate. Não defendo a teoria da conspiração mas que *las hay, las hay!* Todo este contexto não pode, pois, ser ignorado quando se reflecte sobre a facilidade ou a dificuldade de comunicação dos diversos protagonistas do combate político. Naturalmente tendo também presente, neste universo mediatizado, que «o princípio da selecção» é também «a procura do sensacional, do espectacular», do *fast food* e que, por isso, temos nesse terreno também de saber lidar com as armas dos modelos de comunicação dominantes. Mas não nos iludamos. A questão é muito mais profunda.



para que «passe» uma qualquer referência às suas actividades e opiniões, que é inquestionavelmente superior à de qualquer outra formação política com representação institucional. Mas o problema é outro. Desde logo, sublinhe-se, a discriminação ou se quiserem censura e até manipulação das actividades e opiniões dos dirigentes do PCP é frequentemente direccionada para as áreas sociais ou temas de manifesto interesse popular. E feito, muitas vezes, de forma particularmente subtil. Ilustremos estas afirmações com alguns exemplos próximos directamente vividos. Recentemente, o PCP fez na Assembleia da República uma declaração política onde abordou temas de inegável actualidade e relevância pública ligados aos aumentos dos preços e qualidade de serviços de consumo essenciais, entre os quais o aumento do custo do crédito à habitação, tendo apresentado uma iniciativa legislativa, de óbvio interesse popular, visando a reposição das bonificações das taxas de juro no seu nível anterior. Pois bem, para além de ter sido praticamente ignorado na televisão pública foi completamente censurado nos chamados jornais de referência. Num deles passou-se, aliás, um facto exemplar. O repórter fez a peça mas a direcção editorial decidiu, pura e simplesmente, que aquela notícia não

Relatório de Segurança Interna
faz aumentar preocupações

Governo sem respostas para a insegurança

Está a assistir-se a um aumento da pequena criminalidade. Os indicadores disponíveis apontam nesse sentido, dando razão aos que consideram que há razões para preocupação. Essa é também a opinião do PCP, que acusa o Governo de se revelar incapaz de responder aos problemas de insegurança dos cidadãos.

O tema esteve em debate na semana passada a propósito do mais recente Relatório de Segurança

Interna. E as primeiras críticas da bancada comunista, veiculadas por António Filipe, dirigiram-se logo para a própria estrutura do documento. O que falta em dados concretos relativos à actividade operacional das polícias sobra em chavões e em enunciado de objectivos, assinalou o deputado do PCP, para quem o relatório «não é digno desse nome».

Em vez de fornecer ao Parlamento elementos sobre o desempenho das forças de segurança, uma prática habitual até 1998, a partir dos quais era possível realizar um debate sério sobre o Relatório, o Governo optou por enviar um documento que na expressão de António Filipe mais parece um «folheto propagandístico da actividade do Ministério da Administração Interna».

Ainda assim, não obstante os artifícios utilizados pelo Governo para ocultar informação, o que é facto é que

Há um acréscimo significativo da pequena criminalidade

houve um acréscimo muito significativo de alguns crimes, como sejam o furto, o roubo por esticção

ou o tráfico de droga. Contribuindo para aumentar o sentimento de insegurança dos

que se está a passar em matéria de segurança interna».

Avançando com um explicação, para António Filipe, resulta claro que o Governo tem-se afastado dos princípios e orientações a que disse anuir, em 1995, embora com hesitações e ambiguidades, no que se refere ao policiamento de proximidade. É que este caminho, sempre defendido pelo PCP, privilegiando a prevenção e o bom relacionamento entre a polícia e os cidadãos, é exigente. Exige, como frisou António Filipe, «investimentos e meios adequados» e uma «firme dispo-



Aproximar a polícia dos cidadãos

cidadãos, tal evolução, na perspectiva do parlamentar do PCP, para além de «justificar enorme preocupação», obriga forçosamente a que «nos interroguemos sobre o

sição política para ser levado à prática». E sobretudo «não é compatível com o afastamento das polícias daquelas que deveriam ser as suas missões».

Julgados de Paz

Por uma Justiça de proximidade

Um importante passo no sentido de uma verdadeira justiça de proximidade pode ser dado com a criação dos «Julgados de Paz». Essa é pelo menos a convicção do Grupo Parlamentar do PCP, autor de dois projectos sobre a matéria discutidos na semana transacta no Parlamento.

Não sendo propriamente o «remédio milagroso» para a insuportável morosidade da Justiça, o julgado de paz, como fez notar Odete Santos, é seguramente um instrumento capaz de acelerar a sua marcha, aproximando-a dos cidadãos.

Trata-se, no fundo, de dar resposta a todos quanto reclamam – e são muitos – uma Justiça desburocratizada, mais próxima dos cidadãos, uma Justiça mais apta a entender as conflitualidades emergentes na sociedade contemporânea, resultantes

sobretudo da «judicialização exacerbada do social».

E aqui reside uma das questões de fundo, para a qual a deputada comunista chamou a atenção: «por mais magistrados que se formem, por mais funcionários judiciais que se nomeiem, nunca a actual organização judiciária conseguirá responder a uma conflitualidade sempre crescente que não dá sinais de abrandar».

Ora é neste quadro que ganha pleno sentido a criação e instituição dos julgados de paz, uma nova forma de administrar a Justiça, já testada, com êxito, no Brasil e em Itália. Julgados de paz que vêm permitir formas expeditas de resolução de alguns litígios, aliviando por esta via a Justiça institucionalizada clássica da pesada carga de pequenos conflitos, que assim passa a

ter maior «disponibilidade de tempo para causas mais complexas».

Estas são, aliás, algumas das razões que explicam o crescente e alargado consenso entre os vários operadores judiciários sobre a instituição daquela figura na Orgânica Judiciária portuguesa, incluindo os magistrados togados que assim se libertam de muitos processos que exigem grande dispêndio de tempo e podem ser atribuídos com vantagem aos julgados de paz.

No capítulo das suas competências do Julgado, salientada por Odete Santos foi a importância de que o processo proposto seja simplificado e desburocratizado. «É isto que o distingue na 1.ª instância e não o transforma num mero prolongamento da Justiça dita clássica», anotou.

Em causa uma reforma essencial da estrutura do Estado

PS recusa descentralização

Aumentar a eficiência e a democraticidade da administração intermédia do Estado, tal é, em síntese, o objectivo do PCP com a criação de cinco Institutos Regionais. Ao votar contra, sozinho, o PS optou por privilegiar a visão centralista, corporizada nas actuais CCR's, rejeitando um novo sistema de desconcentração participada.

O que estava em causa com esta iniciativa legislativa, como João Amaral tratou de esclarecer logo no início do debate, não era a criação de regiões administrativas ou de qualquer outra entidade territorial dotada de atribuições próprias, finanças ou órgãos eleitos pela população. Embora continue a

considerar que a criação das regiões seria benéfica para as populações e o País, não foi esse o tema que o PCP colocou na agenda. «Quando o fizermos, e seremos nós a escolher o momento, não haja dúvidas: seremos muito claros e falaremos da regionalização sem nenhuma ambiguidade», observou o deputado comunista.

Agora, a questão era outra. A criação dos Institutos Regionais, em substituição

das Comissões de Coordenação Regionais (CCR's), de acordo com o projecto do PCP, corresponde apenas a uma reforma da administração pública no seu nível intermédio, introduzindo-lhe mecanismos de participação do poder local capazes de lograr uma «melhor coordenação, articulação e racionalização» no plano das políticas de desenvolvimento regional.

Ao prever na estrutura dos Institutos formas inovadoras de participação de representantes dos municípios, do que se trata, na perspectiva da banca da comunista, é de abrir caminho a um modelo em que o «processo de desenvolvimento ocorra não só a partir das decisões centrais, mas também de baixo para cima, a partir das decisões locais».

A situação que se vive não é sustentável nem adequada às necessidades do País



O País não está condenado a um modelo centralista sem limites nem controlo

A incoerência do PS

Um caminho, a avaliar pela posição agora assumida, do qual o PS parece ter-se afastado, com o argumento pouco convincente de que as soluções propostas «iriam aumentar a burocracia». «O vosso projecto tem como

única preocupação deixar o Governo em minoria nos órgãos decisórios da administração regional, ao mesmo tempo que atomiza o Estado», invocou ainda o deputado socialista José Junqueiro.

Uma posição totalmente dissonante de outras defendidas no passado pelo PS, como tratou de evidenciar João Amaral, ao recordar como aquele partido, a exemplo do PCP e do PSD, frequentes vezes denunciou o centralismo corporizado nas CCR's, encaradas como o «braço armado do poder central», a quem eram imputadas «ingerências e condicionamentos sobre o poder local».

Mas para além da óbvia contradição, esta é, registada, uma questão que não é pacífica no interior do PS. São conhecidas as divergências de opinião, sendo esta uma das matérias em que há fortes clivagem internas. A testemunhá-lo estão, por exemplo, afirmações de João Soares, que não se coibiu de reconhecer mérito à iniciati-

va legislativa comunista, que considerou mesmo «particularmente oportuna».

Para o presidente da Área Metropolitana de Lisboa, que falava numa mesa-redonda sobre o tema, promovida pelo PCP, na antevéspera do debate, «vivemos numa situação perfeitamente anacrónica, do ponto de vista da administração do território», recordando a propósito que Portugal é «o único país da União Europeia que não tem um poder intermédio entre os concelhos e a administração central».

Ingerências inaceitáveis

Crítico da actual organização administrativa do País foi ainda Santana Lopes, igualmente convidado do PCP na referida mesa-redonda. Falando na qualidade de Presidente do Conselho da Região Centro, considerou o projecto comunista «um avanço» e observou que é «difícil ser-se mais centrali-

zador do que tem sido o poder central».

Dessa matriz centralista falou João Amaral no debate para pôr em destaque como são cada vez mais, além das CCR's, as entidades a ingerirem-se nas decisões do poder local. «Não há bicho careta, seja director-geral ou presidente de instituto, que não use e abuse da circular, do ofício, ou do telefonema ordenatórios, sempre a proibir.»

Ora é contra esta lógica centralista, «sem limites nem controlo», e sobretudo «sem nenhuma eficácia no plano da coordenação e racionalização da administração pública intermédia e desconcentrada», que ganham sentido as propostas preconizadas pelo PCP.

Tanto mais que, foi ainda João Amaral a lembrá-lo, fazendo-se eco das opiniões chegadas ao Grupo Parlamentar comunista oriundas dos mais variados sectores, «a situação que se vive não é sustentável, não é desejável, e não é adequada à resposta às necessidades do País».

Um modelo inovador

«Substituir a definição centralizada das políticas regionais por um sistema de desconcentração participada», concorrendo simultaneamente para «uma melhor coordenação, articulação e racionalização dos diferentes serviços desconcentrados do Estado», constituem dois dos objectivos preconizados pelo PCP no seu projecto de lei.

Neste se prevê a criação dos Institutos Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Estes órgãos da Administração Indirecta do Estado são tutelados pelo Governo através do Ministério do Planeamento.

O diploma prevê a criação de um Conselho Consultivo Regional constituído por todos os presidentes de Câmara da área res-

pectiva. No Conselho Coordenador Regional, por sua vez, terão assento as entidades representativas, desde as universidades até às associações sindicais e empresariais. O órgão de direcção dos Institutos é o Conselho de Administração. O presidente é nomeado pelo Governo, tal como um dos vogais. Os dois vice-presidentes são dois Presidentes de Câmara, membros do Conselho Consultivo Regional e por este designados.

No que se refere às funções, segundo a proposta do PCP, estas serão basicamente de estudo, coordenação e participação na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento económico e social, bem como de apoio técnico, financeiro e administrativo às autarquias locais.

Propostas do CDS/PP sobre o RMG

Um insulto à pobreza

A Assembleia da República rejeitou o projecto de lei do CDS/PP que visava a introdução de alterações ao regime do Rendimento Mínimo Garantido (RMG). A favor do diploma, além dos seus subscritores, apenas o PSD. De todas as restantes bancadas vieram fortíssimas críticas. Para o PCP, nos termos em que foi formulada, esta iniciativa encerra uma «atitude preconceituosa e insultuosa» para com os cidadãos abrangidos por esta forma de apoio social.

O líder do CDS/PP justificou o diploma com a necessidade de «credibilizar, fiscalizar e melhorar» a atribuição do Rendimento Mínimo

Garantido. Invocou, designadamente, a necessidade de evitar situações de fraude. Para tanto, entre outras medidas, defendeu a substituição até 50 por cento da prestação pecuniária do RMG por «vales sociais» e a proibição pelo período de 12 meses de apresentação de qualquer nova candidatura aos beneficiários que não cumpram as obrigações previstas no programa de inserção.

Recusando liminarmente qualquer das alterações, Lino de Carvalho, em nome do PCP, afirmou, no primeiro caso, tratar-se de «uma espécie de regresso à sopa dos pobres ou às senhas das misericórdias.» Quanto à

segunda proposta, que encanou como uma medida repressiva e discriminatória em relação aos mais pobres, inquiriu se o CDS/PP alguma vez se lembrou de adoptar idêntica medida contra aqueles que cometem igualmente violações de outras prestações sociais, como por exemplo as empresas que não cumprem as suas obrigações para com a Segurança Social.

Num discurso muito duro, em que estendeu as críticas ao posicionamento do PSD, Lino de Carvalho sublinhou que todas as reservas oriundas da direita são acompanhadas de um «discurso de desconfiança em relação aos destinatários do rendimento

mínimo que, em muitos casos, roça as fronteiras da intolerância e da xenofobia».

O deputado do PCP lembrou que Durão Barroso e o PSD começaram por atacar e votar contra o rendimento mínimo. Posteriormente, «quando verificaram que se tinham enganado e que as suas críticas não colhiam, vieram afirmar que, afinal, o rendimento mínimo era uma boa ideia, para, agora, a reboque do radicalismo verbal do CDS-PP, dizerem que estimulava a «preguiça»».

Entretanto, Paulo Portas, no preâmbulo do projecto de lei, observou o parlamentar comunista, «vai ao ponto de afirmar que o rendimento

mínimo sustenta, em alguns casos, a dependência do álcool, da droga e da ociosidade».

Argumentos que, do ponto de vista de Lino de Carvalho, têm a clareza de «deitar por terra toda a demagogia populista da solidariedade com os mais pobres e desfavorecidos» que entretece o discurso de Paulo Portas, fazendo «vir ao de cima as verdadeiras opções de classe da direita mais conservadora: intolerante, desconfiada e repressiva contra quem mais precisa, sem soluções para os dramas sociais criados pelo próprio modelo de sociedade que defende».

Um modelo, acrescentou, que se baseia num «paterna-

lismo intolerante, alegadamente superior, em relação aos cidadãos mais carenciados e às comunidades excluídas do sistema».

Uma «falsa alternativa», em «desespero de argumentação», foi ainda como Lino de Carvalho classificou a alternativa apresentada pelo CDS/PP entre RMG e pensões de reforma. É que, sublinhou, sendo uma evidência a necessidade de aumentar as pensões de reforma – como há muito o PCP preconiza – a verdade é que o problema não decorre da existência do RMG, porquanto, frisou, «ainda antes de haver RMG já as pensões de reforma eram inaceitavelmente baixas».

KOSOVO

Um ano de violação do direito interna

Exemplos signi

Um ano depois da aprovação da Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 10 de Junho de 1999, que pôs termo a 11 semanas de bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia, o chefe da missão das Nações Unidas (MINUK) no território, Bernard Kouchner, afirmou no Conselho de Segurança da ONU que as forças internacionais civis e militares estariam na província jugoslava «durante muitos anos». A declaração, feita na presença do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e perante a passividade comunidade internacional, é o reconhecimento de que o Kosovo foi transformado num protectorado da ONU e da NATO.

A Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas reconhece sem ambiguidades o Kosovo e Metohija como parte integrante da República Federal da Jugoslávia, cuja soberania e integridade territorial não põe em causa.

Um ano depois da assinatura dos acordos que puseram termo à agressão da NATO contra a Jugoslávia, a actuação das forças internacionais presentes no terreno (MINUK e KFOR) é no entanto de sistemática violação dos princípios acordados, de tal forma que se está perante uma efectiva separação do Kosovo da Sérvia e da Jugoslávia. Naquela província, os fundamentos constitucionais, legais, económicos, monetários, financeiros, bancários, administrativos e outros consagrados na República Federal são hoje letra morta.

As autoridades de Belgrado garantem ter cumprido todos os compromissos assumidos no âmbito da Resolução, incluindo a retirada integral de todos os seus efectivos militares e policiais da província, mas o mesmo não se pode dizer em relação à ONU e à NATO.

Sob a direcção do representante especial do secretário-geral da ONU e responsável pela MINUK, Bernard Kouchner, têm vindo a ser lançadas na prática as bases da independência do Kosovo, favorecendo os interesses dos separatistas albaneses.

A Administração interina do território é hoje de facto um «governo» provincial composto exclusivamente por albaneses, na sua maioria oriundos do chamado Exército de Libertação do Kosovo (UCK) e de partidos separatistas albaneses.

A transformação do UCK, com o beneplácito da MINUK, numa pretensa organização civil - o Corpo de Protecção do Kosovo -, constituiu não apenas uma violação grosseira das resoluções da ONU e dos princípios acordados, como contribuiu objectivamente para exacerbar as tensões na região

Balanço trágico

Seria suposto que um ano após a sua instalação no terreno as forças internacionais, civis e militares, tivessem no mínimo garantido a segurança dos diferentes grupos étnicos, mas isso está longe de corresponder à realidade.

Centenas de milhares de sérvios e membros de outras etnias (mais de 350 mil) foram forçados a fugir do Kosovo. A violência e a limpeza étnica continuam na ordem do dia: de 10 de Junho de 1999 a 7 de Maio, segundo dados da Jugoslávia, registaram-se 4792 ataques terroristas, dos quais 4551 contra sérvios e montenegrinos; 1010 pessoas foram mortas (888 sérvios e montenegrinos); 924 (867 sérvios e montenegrinos) foram feridos, e 936 (860 sérvios e montenegrinos) foram raptados. Mais de 50 000 casas, na sua maioria de sérvios, montenegrinos e romenos, foram destruídas, queimadas ou gravemente danificadas.

O património cultural está a ser destruído: no total, 86 igrejas e mosteiros medievais foram destruídos, incendiados ou profundamente danificados. A falta de protecção nas fronteiras abriu as portas a todo o tipo de criminosos: segundo a polícia federal alemã, as mafias albanesas importam através do Kosovo 80 por cento da heroína europeia; o tráfico de armas e drogas rende anualmente cerca de 1,5 mil milhões de dólares. Os protestos de Belgrado junto do Conselho de Segurança e outras instâncias internacionais contra a violação persistente e deliberada da Resolução das Nações Unidas são ignorados.

A MINUK e a KFOR, sob a batuta dos EUA e da NATO, estão a alargar a distância que separa Pristina de Belgrado. Incapazes de vergar a Federação jugoslava aos seus interesses, o imperialismo americano e os seus aliados estão apostados em liquidá-la. Para tanto não hesitam sequer em ferir de morte o que ainda resta do direito internacional.

A moeda - A administração Kouchner aboliu o dinar jugoslavo e impôs unilateralmente o marco alemão como moeda oficial.

O «passaporte Kouchner» - Uma deliberação datada de 29 de Março de 2000 declarou inválidos os documentos de identificação jugoslavos dos cidadãos do Kosovo e Metohija, e tornou obrigatória a apresentação de documentos identificativos validados pela administração Kouchner.

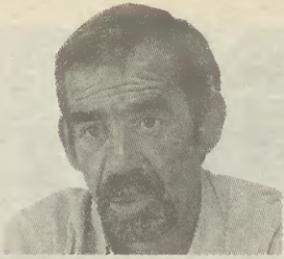
O «passaporte Kouchner», como lhe chamam os jugoslavos, que à luz do direito internacional não tem qualquer validade legal, é um dos expoentes máximos da violação das decisões da ONU quanto à soberania e integridade da Jugoslávia. Também os automóveis passaram a ter placas de matrícula distintas das usadas no resto do país.

Sistema judicial - À revelia da Resolução 1244 do Conselho de Segurança, a MINUK impôs na região um sistema judicial que ignora por completo o sistema legal e judicial da federação jugoslava. Esta situação, aliada à prática de duplicidade de critérios em relação às diferentes etnias - máxima tolerância para com os albaneses e intolerância extrema com os restantes -

tem vindo a dar azo a todo o tipo de arbitrariedades. Enquanto uns não podem sequer usar a própria língua para se defenderem e são mantidos sob prisão, sem culpa formada, durante meses, outros são libertados sob custódia independentemente dos crimes cometidos. O caso mais flagrante foi a libertação de Ademi Djeljalji, de origem albanesa, suspeito de ter cometido o atentado à bomba que feriu 22 sérvios e 14 elementos franceses da KFOR. Este facto foi a causa próxima da greve de fome desencadeada a 10 de Abril por 37 dos 43 sérvios presos em Kosovska Mitrovica há dez meses sem que tenha sido levada a cabo nenhuma investigação para apurar a veracidade das acusações de que foram alvo. A 6 de Maio, uma comissão de peritos da Medical University School de Pristina que examinou os presos considerou preocupante a seu estado físico; a 7 de Maio, um deles, Arsenije Vitosevic, foi hospitalizado. Segundo os peritos, dez outros deviam igualmente ser hospitalizados, devido à deterioração do seu estado de saúde.

Construção de bases militares - A construção de bases militares da KFOR na região, sem autorização das autoridades jugoslavias, é outra flagrante violação da





Jornadas de trabalho

No próximo fim-de-semana começam as jornadas no terreno. No domingo há convívio. Pág.17



Adquire a tua EP

É uma ajuda à construção, uma prova de solidariedade. E o desconto vale a pena. Pág. 18



Divulgar a Festa

A dois meses e meio das portas abrirem, a Festa ganha visibilidade em todo o País. Pág. 18

A festa!

FESTADO *Avante!* 2000

1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Arte de transformar

A Festa lançou um desafio aos artistas plásticos. Pedro Penilo e Augusto Flor falam ao «Avante!» sobre os objectivos e alcance da iniciativa.



«A

arte de transformar» é o tema da iniciativa que a Festa do «Avante!» 2000 dirige aos artistas plásticos e outros interessados a ter

uma intervenção na edição deste ano. O prazo para a entrega de projectos termina amanhã, sexta-feira, 16, devendo o júri pronunciar-se até 6 de Julho, dia em que o nosso jornal divulgará o nome dos artistas e projectos seleccionados.

A ideia de lançar um desafio novo no campo das artes foi inicialmente proposta por Pedro Penilo, artista plástico de 36 anos. Mas, como faz questão de afirmar, ela surgiu na sequência no decorrer do debate a propósito da arte na Festa, e em



A arte que transforma

particular na Bienal, sobre as formas de diversificar o leque de disciplinas presentes na Festa.

«Este é um debate que está ainda em curso e não irá acabar tão cedo. Contudo, este ano pensou-se que, não havendo bienal, poderíamos aproveitar parte da reflexão colectiva para avançarmos com um projecto, o qual não sendo alternativo à Bienal, tenta concretizar uma atitude diferente em relação às artes plásticas, à arte contemporânea e à Festa do «Avante!», diz Pedro Penilo.

Pedro é crítico em relação ao actual modelo de bienal: «Apesar de se declarar como um projecto aberto, parece-me que a Bienal continua a funcionar como um salão de arte ao estilo do século XIX. Os artistas não se têm sentido motivados para apresentar trabalhos menos tradicionais.»

Isto, na sua opinião, tem levado à redução da diversidade e, consequentemente, ao empobrecimento do programa: «Hoje, as manifestações de arte contemporânea são marcadas pela convivência de diversas formas artísticas.»

O presente regulamento define a iniciativa como abrangendo «todas as áreas de intervenção das artes plásticas contemporâneas, sem restrições aos meios expressivos e recursos técnicos, incluindo áreas de cruzamento com outras formas de arte com a poesia visual, o happening, a vídeo-arte», etc.

Mas para garantir a diversidade, a organização definiu cinco grandes áreas de participação, onde «não quisemos especificar o tipo de trabalho ou a técnica, mas sobretudo o âmbito». São elas: a poesia; artes bidimensionais; tridimensionais, performativas e artes audiovisuais.

Para cada uma delas, a organização estabeleceu um número limite de obras, dimensões máximas e o enquadramento na Festa.

Comunicar com o visitante

Assim, o visitante deparar-se-á por exemplo com um total de 15 peças, algumas das quais de porte assinalável. Refira-se, entre outros, que na zonas central, da encosta da Medideira e da margem do lago, surgirão «monumentos» que poderão atingir de cinco metros de altura, cinco de largura, e cinco de profundidade.

Sob a cobertura de um pavilhão, ainda não revelado, erguer-se-á uma peça tridimensional com um máximo de 150 quilogramas com dimensões que podem variar entre 5x5x5 metros e 12x12x12 metros. Para além destas intervenções que prometem não deixar ninguém indiferente, estão previstas outras manifestações, nomeadamente no campo do vídeo, para o que existirá uma tenda especial com um ecrã de projecção. Todas estas obras serão originais e produzidas de propósito para a Festa e entram no conceito de arte pública. No entanto, refere Pedro Penilo, «não tem de ser arte monumental, tem é de ter em conta o espaço e o facto de nele estarem sempre milhares de pessoas e passar para cá e para lá».

Augusto Flor

Pedro Penilo



Da forma e do conteúdo social

O tema proposto, «Arte de Transformar», pressupõe um conteúdo político e social, o que se encaixa perfeitamente num evento realizado pelos comunistas portugueses. No entanto, se se espera dos projectos um reflexão política e social, «não se pretende que exprimam uma mensagem específica ou de propaganda, ou ainda que se integrem no projecto de decoração da Festa». Para além do mais, o tema escolhido é apenas para este ano e não se pretende eternizá-lo.

Pedro Penilo faz um paralelo com o projecto musical da Festa, o qual considera «esclarecido», sem que isso signifique qualquer restrição para os autores convidados, que apresentam os seus projectos de forma autónoma. «No fundo é isto que nós pretendemos fazer», explica o artista. Sobre o júri que irá seleccionar os projectos, Augusto Flor, membro do Executivo da Festa e da organização desta iniciativa, assegura que se procurou pessoas de grande qualidade, que tivessem uma opinião fundamentada sobre a arte contemporânea no seu todo. «O júri é constituído por militantes comunistas, pelo seu valor, e por outras pessoas, suficientemente

reconhecidas, às quais não fomos perguntar a que partido pertencem. Ou seja, os membros do júri são diversificados e têm competência para avaliar os trabalhos em cada uma das cinco áreas. O que irá influenciar a escolha do júri será a qualidade estética e naturalmente o cumprimento do regulamento, muito mais do que uma apreciação do conteúdo político. Até porque, na Festa, certamente que haverá dezenas de milhares de interpretações sobre o mesmo trabalho.»

Sem rupturas

A arte contemporânea, diz Pedro Penilo, revelou nos anos noventa um grande interesse pelo político e social, na música, no cinema e até nas artes plásticas. No entanto isto não significa um «retorno» ao figurativismo. «Hoje, a arte dispõe de uma multiplicidade de formas, que lhe permitem manter a sua complexidade sem recorrer simbolismos que eram típicos da arte política.»

«Paradoxalmente», acrescenta Pedro, «esta tendência importante das artes tem-se reflectido pouco no programa de artes plásticas da Festa do Avante!, ao contrário por exemplo do programa musical que integra bandas jovens que têm uma mensagem política. Isso existe também nas artes plásticas, só que é algo que não está muito divulgado.» Augusto Flor entende o presente projecto como «um complemento enriquecedor e que vem alargar os horizontes de uma determinada linha estética da própria Festa, mas não devemos vê-lo como uma ruptura. Trata-se de um passo muito largo, que muitos ainda duvidam se seremos capazes de o dar, rumo a novas expressões estéticas». No entanto, como fez questão de sublinhar, «ninguém foi afastado por pertencer a esta ou àquela corrente estética. Quem se mostrou disponível integrou o grupo de trabalho. Não se tratou portanto de nenhuma ruptura nem com as coisas, nem em particular com as pessoas. O nosso objectivo é tão-só de, também neste campo, fazer uma Festa melhor.



A paisagem da Festa

Talhada por mãos zelosas, a Quinta da Atalaia parece renascer todos os anos com novas cores, formas e perspectivas. (Pormenor da poda do caramachão sobre a zona da várzea).

Na Quinta da Atalaia, há sempre que fazer. Quando uma obra acaba, começa-se logo a planear outra. Os retoques na paisagem fazem sobressair novas formas e cores, descobrindo novas perspectivas no horizonte.

Desde 1990, quando a Festa ali se instalou definitivamente, que os cerca de 25 hectares de terreno têm vindo a ser moldados e embelezados, adaptando-se às necessidades da construção e surpreendendo todos os anos os visitantes com novas instalações e infra-estruturas, supressão de declives mais acentuados e terraplanagens, asfaltamento de avenidas e novos arrelvamentos, zonas de sombra e lazer, etc., etc. Quem não tenha ido nos últimos anos à Festa decerto que não reconhecerá aquele espaço, tais as alterações que, gradualmente, ali foram produzidas.

Depois da encosta da Medideira, da abertura da várzea, do tratamento da mata, este ano, os trabalhos mais profundos concentram-se na zona junto à entrada da Quinta da Princesa, onde na edição anterior ficaram instalados os pavilhões e *stands* do espaço internacional e a tenda do Avanteatro.

Como revelou ao «Avante!»

Licínio de Carvalho, do executivo da Festa e responsável pela construção, esta zona, que fomos encontrar revolvida pelas máquinas, está a ser nivelada, criando-se quatro plataformas interligadas por seis escadarias e outro tipo de acessos.

O objectivo é tão só «torná-la mais cómoda para os visitantes».

«O problema é que o tempo escasseia e tememos que a relva não esteja em condições ideais quando a Festa abrir. Isto porque, quando acabarem os trabalhos, a terra tem de ser preparada, estrumada para depois ser semeada. Tudo isto

antes de começar a construção dos pavilhões.»

Ali ao lado, os balneários existentes estão a ser ampliados, já que com a transferência do espaço internacional é preciso dar resposta ao maior fluxo de visitantes. A outra grande prioridade das obras em curso visa melhorar as condições dos dois parques de campismo destinados aos milhares de voluntários que participam na construção e asseguram o funcionamento da Festa. Em ambos, estão a ser construídos novos balneários, para além de outras melhorias nas instalações já existentes.



Jornadas de trabalho arrancam no fim-de-semana

No próximo fim-de-semana, têm início as jornadas de trabalho na Festa. Para muitos trata-se de reencontrar velhos camaradas e amigos, num ambiente de saudável convívio que se repete todos os anos. Para outros, será a descoberta e a possibilidade de contactar com o mundo do trabalho, fazer parte de uma equipa, realizar e construir algo de concreto.

Os aliciantes para participar nas jornadas de trabalho são muitos e por isso, todos os anos milhares de militantes fazem questão de dar o seu contributo à Festa. Segundo Licínio de Carvalho afirma, «para muitos camaradas os meses da construção da Festa são a única oportunidade que têm para concretizar a sua militância».

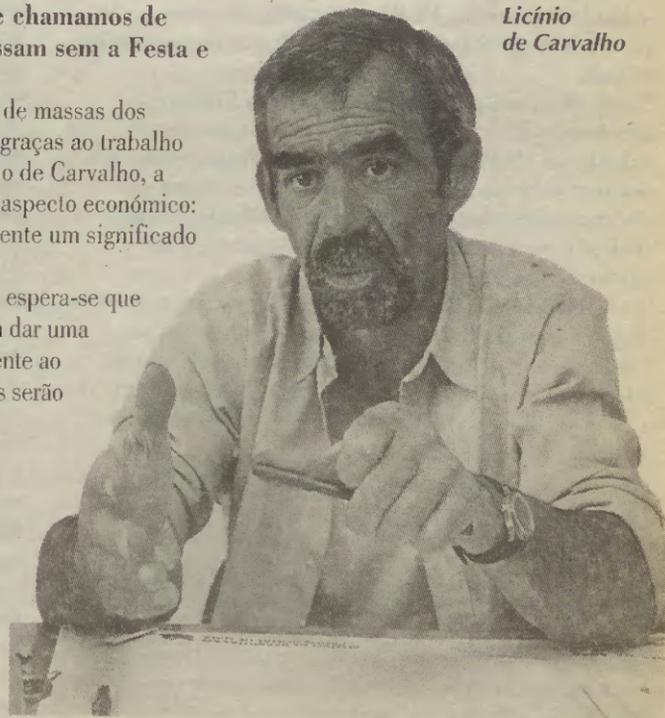
Alguns chegam a dar parte das suas férias, há mesmo um conjunto de militantes que passam praticamente

todo o Verão na Atalaia: «São os que chamamos de construtores da Festa. Já não passam sem a Festa e a Festa não passa sem eles.»

Hoje como sempre, a maior iniciativa de massas dos comunistas portugueses só é possível graças ao trabalho voluntário. Mas, como sublinha Licínio de Carvalho, a importância das jornadas vai além do aspecto económico: «Participar neste trabalho tem igualmente um significado político fundamental para o Partido.»

No próximo fim-de-semana, na Atalaia, espera-se que algumas dezenas de camaradas venham dar uma ajuda nas obras em curso, designadamente ao nível de algumas infra-estruturas. Todos serão bem-vindos, mas há particular necessidade de profissões como carpinteiros, pintores, canalizadores, pedreiros e electricistas.

Para assinalar esta primeira jornada de 2000, a Célula da Festa do «Avante!» promove no domingo um convívio cuja receita reverterá para a Campanha de Fundos do Partido.



Licínio de Carvalho

Solidariza-te, adquire a EP

A EP - entrada permanente não é um mero bilhete que dá acesso a dezenas de espectáculos, exposições e tantos outros acontecimentos.



Fernando Vicente

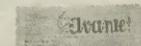
Aproveitar o desconto

Com o objectivo de incentivar e premiar os que solidarizam com a Festa, este ano aumentou o desconto na compra antecipada da EP. Assim, quem a adquirir já beneficia de um importante desconto de 800 escudos, ou seja paga apenas 2.300 escudos, contra 3.100 escudos que é o preço definido para este ano. Tendo sofrido um ligeiro aumento, a organização continua a apostar num valor acessível, muito abaixo dos preços praticados quer para um simples espectáculo, quer nos festivais de Verão. «Sabemos que há famílias inteiras que vão à Festa e queremos que continuem a ter essa possibilidade.»

Este ano, a organização tomou ainda outras medidas de segurança que visam impedir algumas falsificações verificadas. «Não é tanto o número e importância das falsificações, que num acontecimento destas dimensões são irrelevantes. Mas, as medidas que tomamos pretendem dar um sinal, aos que enveredam por comportamento incorrectos, de que a Festa não é lugar para eles.»

FESTADO *Avante!* 2000
já estamos
a construí-la

Saiba tudo sobre a Festa
Leia o «Avante!»
5ª feira nas Bancas



www.pcp.pt



Marcar presença

A divulgação da Festa do «Avante!» já começou. Depois da edição de um cartaz e de um folheto, com depoimentos de personalidades públicas nacionais, chegou a vez de as diferentes organizações do Partido avançarem para a colocação de pendões e mupis por esse país fora.

A próxima fase, segundo disse ao «Avante!» Octávio Augusto, do Executivo da Festa, passa pela distribuição gratuita de um jornal com os artistas e os espectáculos desta edição, lá para finais de Julho, e durante o mês de Agosto, surgirão nos principais centros urbanos *outdoors* (painéis de grandes dimensões) a anunciar a edição 2000.

Ainda neste mês, será feita publicidade em vários órgãos de comunicação, em especial rádios, bem como em cerca de 500 caixas multibanco.

Entretanto, brigadas de jovens comunistas irão percorrer o circuito dos festivais de Verão, tais como o da Zambujeira, Vilar de Mouros e outros, bem como as praias e parques de campismo do Litoral Alentejano e Algarve. Equipas da DORL e da DORS asseguram a cobertura dos locais de veraneio nos distritos de Lisboa e Setúbal.

A promoção será feita ainda através de iniciativa de carácter desportivo, estando para já previsto o concurso de pesca do Seixal, para 7 de Julho, e nos festivais da canção juvenil, promovido pela JCP, cuja final se realiza na Atalaia.

A Festa estará ainda presente nas numerosas festas populares que se realizam neste período nas regiões de Lisboa e Setúbal.

Todas as informações entretanto disponíveis podem ser consultadas na Internet, através da página

www.pcp.pt

Octávio Augusto



FESTA
Avante!
2000

SÁBADO

FESTA
Avante!
2000

DOMINGO

SECURITY • SIC
SECURITE • SICR
SICHERHEIT • SICR
1 • SEGURIDAD • SIC
SECURITY • SIC
SECURITE • SIC

FESTADO *Avante!* 2000
1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Disponível nos centros de trabalho e nas mãos de milhares de militantes em todo o País, adquirir a EP representa um acto de solidariedade com a Festa e com o PCP, o promotor daquela que é a maior iniciativa político-cultural que se realiza no país.

Como afirmou ao «Avante!» Fernando Vicente, membro do Executivo da Festa, «todos os anos é exigido ao PCP um grande esforço financeiro para realizar a Festa e as despesas fazem-se antes da abertura das portas. Por isso, é fundamental que se realizem receitas antecipadamente através da aquisição de EP's».

O apelo é lançado sobretudo aos militantes comunistas, já que à partida são os que melhor compreendem a necessidade de recolher fundos: «Sabendo-se que a lotação não vai esgotar, comprar antecipadamente a EP tem de ser visto como um acto de militância», observa Fernando Vicente.

No entanto, mesmo os não militantes adquirem a EP's: «Muitas pessoas, até de outras áreas políticas, apoiam a realização da Festa e não hesitam em comprar a EP. De resto, a própria Festa funciona como um meio de o Partido chegar a outras camadas sociais e etárias, designadamente aos jovens, muitos dos quais têm ali o seu primeiro contacto directo com os comunistas e com uma expressão concreta das nossas ideias e propostas.»

As principais alterações têm a ver com a introdução de um holograma na EP, a qual terá de ser apresentada intacta junto da entrada. Os cupões são aí destacados mantendo-se o selo de segurança. As saídas temporárias do recinto também têm novas regras.

«Com a vulgarização das novas tecnologias, começaram a aparecer algumas EP falsas, muitas das quais passaram despercebidas. Com este sistema, a falsificação é muito dificultada já que o holograma tem diversas leituras e cores consoante o reflexo da luz. «Por outro lado, decidimos acabar com as senhas de saída e adoptar um processo que consiste em colocar um produto invisível na mão ou no braço do visitante, o qual é detectado na reentrada por um aparelho de infravermelhos. Trata-se de um método seguro e cómodo, que já foi utilizado quer na Expo de Sevilha, quer na Expo de Lisboa, embora aqui as saídas só fossem permitidas por razões de força maior. Garante-se assim que quem entra na festa comprou de facto a EP.»

Relações funcionais

• Anabela Fino

soberania da Federação, que contraria o espírito das missões de paz da ONU e representa um perigoso precedente, contrário aos princípios fundamentais e objectivos das Nações Unidas.

Exercícios militares da NATO/KFOR

- A realização de exercícios militares na província merece o total repúdio dos legítimos representantes da Federação, que consideram estar perante mais uma violação da sua integridade territorial e da sua soberania. Esta actuação das forças internacionais, que continuam a não ser capazes de garantir a segurança das populações, constitui uma manifesta provocação à Jugoslávia e é mais um factor para a desestabilização da região e uma ameaça à estabilidade da Europa.

Representações estrangeiras - Apesar dos alertas e protestos do governo da Federação, a MINUK continua a permitir a instalação de missões estrangeiras paradiplomáticas no Kosovo, sem a consulta nem a aprovação das autoridades jugoslavas. Ao autorizar semelhante comportamento (regulamentando

«imunidades e privilégios na relação oficial de governos estrangeiros no Kosovo»), a administração Kouchner está a atacar abertamente a soberania e integridade territorial da Jugoslávia, e a violar de forma grosseira o direito internacional. Não menos relevante é o facto de os símbolos do Estado da República Federal da Jugoslávia, a começar pela sua bandeira, terem sido retirados das fronteiras internacionais com a Albânia e a Macedónia, como sucedeu de resto com os marcos fronteiriços.

Culpados de crimes de guerra

• Jorge Cadima

«A NATO é uma organização criminosa, que deve ser abolida.» Faz um certo efeito ouvir estas palavras pronunciadas por um almirante alemão, que durante 30 anos trabalhou para a NATO. O almirante Schmaeling, que foi demitido das suas funções em 1990 após criticar publicamente a política nuclear da NATO, foi uma das muitas testemunhas que no passado sábado, dia 10 de Junho, se deslocou a Nova Iorque para depor perante o **Tribunal Internacional sobre os Crimes dos EUA/NATO contra a Jugoslávia**. A iniciativa realizou-se no dia em que se completava um ano da ocupação militar do Kosovo pelas tropas da NATO. A acusação foi presidida pelo antigo Ministro da Justiça dos Estados Unidos da América, Ramsey Clark. O Tribunal foi o culminar de um trabalho de muitos meses organizado e conduzido pelo International Action Center, uma organização fundada por Ramsey Clark e dedicada a combater os crimes do imperialismo em todo o mundo. Desde Julho de 1999 uma Comissão de Inquérito recolheu os factos e os testemunhos relativos às 19 acusações feitas contra os dirigentes políticos e militares dos países da NATO:

1. planejar e concretizar o desmembramento, segregação e empobrecimento da Jugoslávia;
2. infligir, incentivar e promover a violência entre muçulmanos e eslavos;
3. impedir e inviabilizar os esforços para manter a unidade, paz e estabilidade da Jugoslávia;
4. destruir o papel de manutenção da paz da ONU;
5. utilizar a NATO para agredir militarmente e ocupar países pobres insubmissos;
6. matar e trazer danos a populações indefesas em toda a Jugoslávia;
7. planejar, anunciar e executar ataques visando assassinar Chefes de Governo, outros dirigentes governamentais e civis especificamente seleccionados;
8. destruir e danificar recursos, propriedades e instalações económicas, sociais, culturais, médicas, diplomáticas e religiosas em toda a Jugoslávia;
9. atacar alvos indispensáveis para a sobrevivência da população da Jugoslávia;
10. atacar instalações contendo substâncias e energias perigosas;

11. usar urânio empobrecido, bombas de fragmentação e outro armamento proibido;

12. desencadear uma guerra contra o meio ambiente;

13. impor sanções através da ONU, que são um crime genocida contra a Humanidade, a fim de empobrecer e debilitar o povo da Jugoslávia;

14. criar um Tribunal Penal *ad hoc* ilegal, a fim de destruir e diabolizar a direcção sérvia;

15. usar meios de comunicação social internacionais sob o seu controlo para gerar apoio para as agressões dos EUA e para diabolizar a Jugoslávia, os Eslavos, Sérvios e Muçulmanos, apresentados como assassinos genocidas;

16. estabelecer uma ocupação militar a longo prazo de zonas estratégicas da Jugoslávia, por parte das forças da NATO;

17. procurar destruir a soberania, o direito à autodeterminação,

democracia e cultura dos povos eslavos, muçulmanos, cristãos e outros da Jugoslávia;

18. sendo que o objectivo das acções dos EUA é o de assegurar o domínio, controlo e exploração pelos EUA da

Jugoslávia, do seu povo e dos seus recursos; sendo que, para tal, os EUA usaram o poderio militar e a coerção económica.

O processo de recolha de informações e provas incluiu a realização de Audições Públicas em 15 cidades norte-americanas, bem como em Atenas, Berlim, Oslo, Roma, Paris, Amsterdão, Viena, Tóquio, Sydney, Hamburgo, Belgrado, Novi Sad e Buenos Aires. A Audição Pública de Atenas realizou-se numa grande praça da capital grega, perante 10 mil pessoas e contando com a participação de 20 membros do Supremo Tribunal grego.

Proteger militares e atingir civis

Ao longo de nove horas de trabalhos, numerosos foram os testemunhos importantes no Tribunal de Nova Iorque. Ramsey Clark referiu como durante 150 anos a Humanidade se esforçara por criar um Direito Humanitário que considera ataques contra populações civis como crimes de guerra. Mas nesta guerra invertera-se a situação: «a condução desta guerra visou proteger os militares e atingir civis». Também o almirante Schmaeling referiu ter sido esta «uma guerra contra a infra-estrutura civil da Jugoslávia, com o objectivo de destruir um país e uma sociedade. O Ocidente re-introduziu métodos medievais de travar as guerras, trouxe de volta a lei da selva». Um oficial do Exército Canadano, Roland Keith, membro da Comissão de Observadores da OSCE que se encontrava no Kosovo nas vésperas do início dos bombardeamentos da NATO, referiu como ele e numerosos seus colegas consideravam que a situação estava controlada, não havendo qualquer situação de perseguições generalizadas. Três dias antes da NATO iniciar a guerra, são surpreendidos pela decisão do chefe americano da missão, o famigerado William Walker (ex-Embaixador dos EUA em El Salvador, no tempo das atrocidades impunes dos esquadrões da morte e do Governo pró-americano desse país, e operacional da guerra suja contra a Nicarágua Sandinista) de retirar a missão da OSCE do Kosovo, abrindo caminho aos bombardeamentos da NATO. Foi referido como apenas 14 tanques do Exército jugoslavo foram destruídos ao longo dos 78 dias de guerra (número indicado pela Jugoslávia, mas agora confessado de forma não oficial pelos próprios círculos da NATO - veja-se a revista *Newsweek* de 15.5.00), mas ao mesmo tempo foram atingidas 328 escolas. Como apenas foram destruídas 20 peças de artilharia jugoslava, mas foram atingidos 33 hospitais. Como houve uma política deliberada para matar e aterrorizar sectores da população vitais em situação de guerra, como seja o pessoal médico e de primeiros socorros: foi prática constante durante toda a guerra que os alvos civis fossem atacados duas vezes, com um intervalo de cerca de 15 minutos; para o pessoal médico e de socorro, o dilema permanente era esperar pelo segundo ataque, deixando durante longos minutos as vítimas dos primeiros impactos sem socorros que poderiam ser decisivos para a sua sobrevivência, ou intervir imediatamente arriscando a sua própria vida. Juristas, jornalistas, economistas de vários países acrescentaram informações sobre os verdadeiros objectivos da guerra, a natureza dos crimes praticados, as consequências ecológicas do conflito. Um colaborador do nosso *Avante!* recordou que o Portugal fascista foi, em 1949, membro fundador da NATO, e que apenas em 1975, já no novo Portugal democrático, as relações entre Portugal e a NATO conheceram momentos de sobressalto, sendo tal facto revelador de que a NATO nada tem a ver com a defesa da democracia e dos direitos humanos. No final, o júri decidiu por unanimidade considerar culpados de crimes de guerra os governos de todos os países da NATO que participaram ou deram o seu aval à agressão contra a Jugoslávia, em particular o Presidente dos EUA Clinton, a sua ministra dos Negócios Estrangeiros, Albright, o seu ministro da Defesa, William Cohen, os seus congéneres britânicos e alemães, bem como os principais chefes militares da NATO. Para vergonha de Portugal, também os nossos governantes se encontram entre os réus considerados culpados.



O buraco negro de Solana

O Alto Representante da União Europeia para a Política Externa, Javier Solana, anunciou esta semana que na Cimeira Europeia de Santa Maria da Feira (19 e 20 de Junho) será aprovada uma estratégia comum para a zona mediterrânica. Solana, que falava na Catalunha, abordou também a necessidade de reformar as instituições da UE para permitir que a Europa se abra a novos países e, assim, garantir a sua estabilidade. Por outro lado, sublinhou o papel que a Rússia pode assumir no processo de abertura e estabilização europeia e defendeu que Bruxelas deve aprofundar o seu relacionamento com Moscovo. Considerou também imprescindível que a UE e os Estados Unidos «estejam em sintonia porque, quando é assim, os problemas resolvem-se de forma mais fácil».

O problema de Solana é que, segundo disse, o «buraco negro» da Europa continua a localizar-se em Belgrado onde, referiu «faltam liberdades e tem que haver uma mudança de regime para que o país possa desempenhar o papel que lhe corresponde».

Sobre as propostas de federalismo apresentadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, Solana limitou-se a comentar: «É bom que a nova geração de líderes europeus se envolva (na questão federal) para dinamizar o debate».

UE discute defesa

O modelo de Defesa da União Europeia é o tema dos IV Encontros Internacionais Eurodefensa, que decorrem hoje e amanhã em Paris, com a participação, entre outros, do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Védrine, do comissário europeu António Vitorino e de representantes do Centro de Estudos EuroDefensa de Portugal.

BCE volta a subir juros

O Banco Central Europeu (BCE) voltou a subir na passada semana a sua principal taxa de refinanciamento, Refi. O agravamento de meio ponto percentual, coloca aquele referencial nos 4,25 por cento. A medida foi anunciada no final da reunião do Conselho de Governadores do BCE. Segundo o presidente do Banco, Wim Duisenberg, a decisão pretende promover a estabilidade dos preços. Estas subidas têm reflexos nas taxas Euribor que deverão sofrer novos reajustamentos.

Ilda Figueiredo prepara relatório sobre a pobreza na UE e as medidas para melhorar a vida dos 65 milhões de europeus com baixos rendimentos

Por uma Europa de inclusão

O tema da inclusão social esteve em foco na passada semana durante um debate promovido pelas direcções regionais de Lisboa e Setúbal do PCP.

A iniciativa, como sublinhou Ilda Figueiredo, pretendeu não só divulgar em Portugal o conteúdo e objectivos do relatório de que a eurodeputada é responsável na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, mas também recolher opiniões e propostas entre os representantes de diversas organizações não governamentais presentes.

Logo na sua intervenção inicial, Ilda Figueiredo descreveu a actual situação de pobreza na Europa como muito grave e tal, disse, deve-se em grande medida ao facto de o último programa de combate à exclusão ter terminado em 1995.

A partir daí a União Europeia direccionou todos esforços para a construção da moeda única impondo aos Estados o apertado controlo orçamental do pacto de estabilidade.

Foi preciso esperar até à recente Cimeira de Lisboa para ouvir de novo os dirigentes máximos dos Quinze falar do fenómeno que entretanto não parou de se agravar. «É inaceitável o número de pessoas que vive abaixo do limiar da pobreza e em situação de exclusão social», lê-se no documento do Conselho Europeu de Lisboa, que determina ainda a adopção de medidas para a sua «erradicação», através da «fixação de metas adequadas a acordar pelo Conselho até ao final do ano».

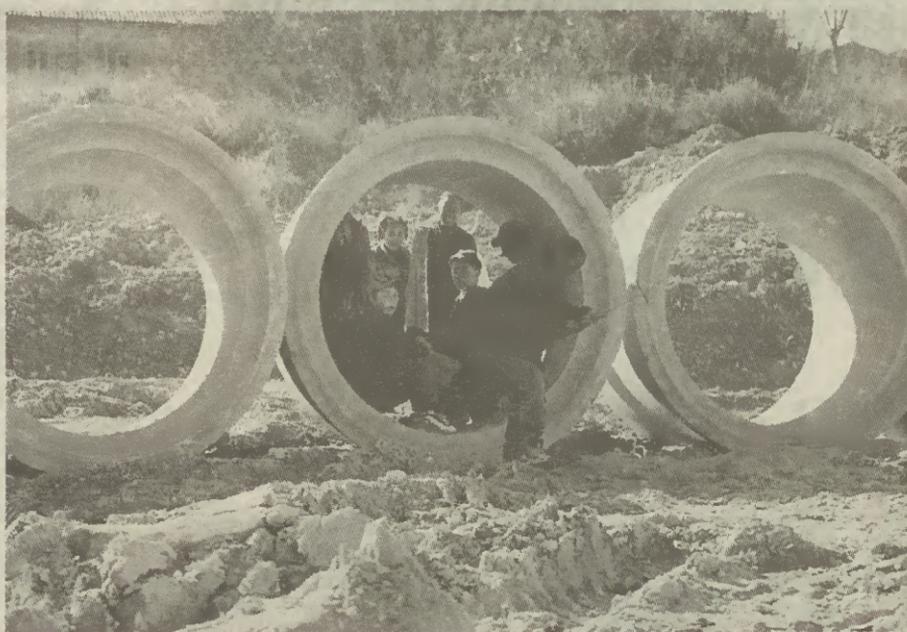
O documento da UE define ainda que «as políticas tendentes a combater a exclusão social deverão basear-se num método abertamente de coordenação que combine os planos nacionais de acção» e uma iniciativa da Comissão a apresentar durante o corrente mês junho.

Um dos aspectos mais realçados no debate foi a necessidade de alterar as orientações políticas globais da União Europeia. De facto, por muitos programas contra a pobreza que se aprovem, estes nunca serão suficientes para erradicar o fenómeno se as políticas da União não mudarem de rumo. Como exemplo foram referidos os efeitos devastadores que as sucessivas subidas das taxas de juro estão a ter nas famílias mais desfavorecidas.

Políticas globais em causa

A larga-se o fosso que separa os pobres do resto da sociedade

Citando um estudo de



As dificuldades de integração das comunidades imigrantes são uma das causas da exclusão social

1998, Fátima Amaral, deputada na Assembleia da República, lembrou que mesmo num país pequeno como Portugal, as assimetrias de região para região são enormes. Em Lisboa, existem 80 zonas de pobreza, mais de 50 por cento das quais situam-se em bairros sociais e de barracas. No Vale do Ave, mais de 70 por cento dos

empregos são gerados na indústria do têxtil e do calçado, onde imperam os baixos salários e a precariedade. Não é por acaso que nesta região o rendimento médio fica-se pelos 70 por cento da média nacional.

Abaixo do limiar da pobreza vive ainda a maioria dos reformados e pensionistas com rendimentos

entre os 20 e os 30 contos mensais. Enquanto isso, as causas continuam a não ser atacadas, permitindo-se mesmo que se alargue o fosso que separa os pobres do resto da sociedade. Isto resulta nomeadamente do facto de o salário mínimo nacional se ter afastado da evolução média dos salários e se pensarmos que dele dependem 6,2 por cento dos trabalhadores (60 por cento dos quais são mulheres), depressa nos apercebemos de que a desvalorização daquele referencial tem reflexos concretos nas condições de vida de centenas de milhares de pessoas.

A encerrar o debate, Edgar Correia, da Comissão Política, salientou que os comunistas encaram o problema da pobreza e da exclusão com base em Marx, considerando que as desigualdades não são inevitáveis. Os comunistas, disse, intervêm e lutam com a perspectiva de uma sociedade em que estes problemas pertençam ao passado, assim como a exploração do homem pelo homem..



No debate estiveram ainda Fátima Amaral, deputada na AR, e Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP

Campeã da injustiça

De acordo com dados do Eurostat, referidos por Ilda Figueiredo, cerca de 18 por cento da população da União Europeia vive com menos de 60 por cento do rendimento mediano nacional, tomando o limiar de baixos rendimentos como medida de pobreza relativa, ou seja cerca de 65 milhões de pessoas vivem com baixos rendimentos. Esta média europeia reflecte-se nas taxas de pobreza nacionais que variam entre 11 por cento e os 24 por cento de Portugal. Ou seja no nosso país contabilizam-se cerca de dois milhões e 200 mil pobres.

Mas, segundo a própria Comissão Europeia, as disparidades tendem a agravar-se, e o panorama só não é hoje mais negro graças às transferências sociais. Sem estas a taxa de pobreza nos 18 por cento seria hoje de 26 por cento, uma vez que a mais de 10 milhões de pessoas dependem

para a sua subsistência de regimes de assistência social.

Contudo, os dados existente são na opinião de Ilda Figueiredo, pouco fiáveis: «Não existe um índice de pobreza que permita fazer uma comparação efectiva entre os vários países.» Ou seja, os rendimentos médios diferem muito de país para país. Por exemplo, se em Portugal 60 por cento do rendimento mediano correspondem a 47.392 escudos, aquele referencial é no Luxemburgo de 140 contos, 100 na Alemanha, e 90 na Bélgica e na França.

Para melhor a dimensão real do problema, a deputada comunista propõe que a criação de um observatório europeu e de organismos nacionais que faça a recolha e sistematização de informações e faça o regularmente o balanço das medidas aplicadas.

Compatibilizar políticas

Embora o desemprego seja a principal causa da exclusão, esta tem muitas outras causas, salientou Ilda Figueiredo. Por isso, o futuro programa da União Europeia não deve limitar-se à luta contra a pobreza pela exclusão do mercado de trabalho.

A natureza multidimensional do problema passa por rendimentos baixos resultantes de empregos precários e mal remunerados, reformas e pensões baixas; vários tipos de privações e de barreiras que, muitas vezes, se conjugam para impedir o acesso ou dificultar a participação em áreas da educação, formação e acesso a novas tecnologias, saúde, alojamento, cultura; acesso a direitos e ajudas familiares e protecção social. Estas são algumas das situações frequentemente agravadas por dificuldades de integração de pessoas com defi-

ciências, de imigrantes e de minorias étnicas.

Por isso, a eurodeputada propõe que se encontre respostas para as várias exclusões: do emprego com direitos; do acesso à sociedade da informação e das novas tecnologias; dos cuidados de saúde; da protecção familiar, onde a questão das crianças assume particular importância; e do alojamento com um mínimo de condições.

Porém, a luta contra a exclusão, sublinha a deputada do PCP, «terá de ser uma preocupação em todas as políticas da União Europeia, o que não invalida a necessidade de construir um quadro específico e um programa próprio que contribua para resolver mais rapidamente este grave problema social da União Europeia que afecta, de forma particular, as mulheres, as crianças e as pessoas idosas».

Tabaco

PE mais radical

A Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu quer aplicar duras restrições à produção, fabrico e comercialização do tabaco na União Europeia

Em Novembro de 1999, a Comissão Europeia adoptou uma proposta de directiva sobre a produção, fabrico e comercialização de tabaco que no essencial visava diminuir os teores de alcatrão dos cigarros, proibir o uso oral de determinados tipos de tabaco e fixar novas regras para a embalagem destes produtos.

A proposta estabelece um valor limite único para todos os compostos nocivos do fumo do tabaco em toda a União Europeia, a obrigação para os fabricantes de declararem todos os restantes ingredientes, caso dos aditivos, bem como avisos nas embalagens, as quais por exemplo deverão passar a ter avisos do género «o tabaco mata» em vez de «prejudica gravemente a saúde».

A Comissão pretendia que todas estas medidas fossem aplicadas a partir de Janeiro de 2002, prevendo que dois anos mais tarde os teores máximos de nicotina e de monóxido de carbono baixassem para 1 miligrama e 10 miligramas, respectivamente. Actualmente apenas o alcatrão tem um limite máximo fixado de 12 miligramas.

Contudo, o relatório do eurodeputado Maaten, da Comissão do Ambiente veio endurecer significativamente estas posições da Comissão, tendo introduzido na proposta

mais de 200 emendas. Uma delas, da autoria dos Verdes, vai ao ponto de exigir a supressão das subvenções comunitárias à produção de tabaco e obrigar a embalagens duplas com caracteres específicos para os avisos e alertas sobre os malefícios do tabaco.

No entanto, estes pontos de vista não são partilhados por outras instâncias comunitárias, nomeadamente pelo

A Comissão do Ambiente pede a supressão dos apoios à cultura do tabaco

Comité das Regiões, que põe em evidência as implicações económicas e sociais da medida, em particular sobre os produtores comunitários de tabaco.

Também no Conselho Económico e Social foi apresentado um relatório que propunha a eliminação das ajudas à cultura do tabaco. Todavia, a proposta foi retirada após votação, durante a qual foi sublinhado que a União Europeia importa 80 por cento de tabaco em bruto.

Neste sentido, a eliminação dos apoios à cultura não teria quaisquer efeitos em termos de saúde pública mas sim graves consequências económicas e sociais para os produtores europeus e para a economia de determinadas regiões.

Defender os produtores

A deputada do PCP não concorda com a posição

radical do relatório da Comissão do Ambiente. Em declarações ao «Avante!», Ilda Figueiredo sublinhou a supressão das subvenções iria acabar com a cultura de tabaco no espaço europeu que ficaria deste modo completamente dependente da importação. «Se a União retirar os apoios aos produtores de tabaco, os únicos que vão beneficiar serão as multinacionais americanas, uma vez que a comercialização e o consumo continuará a verificar-se».

No entanto, Ilda Figueiredo não contesta as medidas propostas pela Comissão de redução e limitação dos teores das substâncias nocivas à saúde, bem como as restantes propostas que visem a sensibilização e a defesa dos consumidores. «Pensamos que é positivo alertar as pessoas para os perigos do tabaco, mas não podemos por em causa a sobrevivência um sector da agricultura que só no nosso país ocupa mais de cinco mil pessoas. Tanto mais que isso não se traduzirá em benefícios para a saúde».

Para além de ter subscrito várias propostas de alteração ao relatório, em votação esta semana, a deputada apresentou uma emenda que visa permitir a utilização de termos como «suave», desde que estes façam parte integral de uma marca registada antes de 1 de Janeiro de 1999. A proibição defendida no relatório põe em perigo, entre outras, a marca «Português Suave».



Sem subsídios comunitários a cultura de tabaco acabará

Metade da agricultura depende de subsídios

Quase metade do volume de negócios dos agricultores da União Europeia advém de subsídios públicos, segundo indica o 13.º relatório anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O documento apresentado na passada semana em Bruxelas afirma que a UE é quem mais dinheiro injecta na agricultura (49% por cento do volume do sector contra apenas alegados 24 por cento nos Estados Unidos).

No entanto, este estudo é contestado por peritos agrícolas europeus que observam que os cálculos da OCDE não incluem os fabulosos subsídios à exportação que são concedidos pela administração norte-americana aos seus produtores.

A Organização salienta ainda que boa parte dos apoios públicos são concedida em função do volume de produção e são as explorações de maior dimensão que saem mais beneficiadas.

A cimeira Franco-Alemã

• Pedro Guerreiro

O presidente e governo franceses e o governo alemão, ou seja, Chirac, Jospin e Schröder reuniram-se no passado dia 9 de Junho em Mayence, em mais uma Cimeira franco-alemã, a septuagésima quinta. Nesta cimeira, que teve lugar na fase preparatória da Presidência francesa do Conselho Europeu (que se inicia a 1 de Julho), foram reafirmadas duas das suas principais prioridades, a Conferência Intergovernamental (CIG) e a implementação da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PECSO).

parte dos Estados membros, principalmente os menos populosos, como o caso de Portugal.

Orientação militarista

Quanto à denominada política de segurança e defesa (que na realidade deveria designar-se por política de ingerência e intervenção militar), e tendo em conta as decisões tomadas no Conselho Europeu de Helsínquia (de dezembro de 1999) e a realização da conferência de gestão de forças (em Novembro deste ano), os governos

francês e alemão avançam com os seus compromissos, de que são exemplo a constituição de uma frota europeia de aviões de transporte estratégico, através da aquisição comum de um novo avião militar de transporte, o Airbus A400M, e a criação de um sistema de observação por satélite europeu-autónomo. Decidem desenvolver a indústria europeia de armamento, como aspecto (dir-se-ia fundamental) da PECSO. O avião militar Airbus A400M é fabricado por um consórcio de empresas da França, Alemanha, Grã-Bretanha e Espanha (50 aviões têm um custo de aquisição de 828 milhões de contos). Concordam quanto à necessidade de promover na UE uma «cultura europeia de segurança e de defesa», defendendo que o actual desenvolvimento das capacidades militares reforçam os meios de acção da UE, contribuindo igualmente para o reforço da NATO,

nomeadamente quanto à participação nas suas missões, de que são exemplo os Balcãs.

Mais uma vez os governos francês e alemão preparam (e executam...) um novo avanço na denominada «integração europeia», aprofundando a orientação federalista e militarista da UE, reforçando (não sem contradições...) a criação do bloco económico, político e militar.

«CE forma equipa»

A Comissão Europeia, não sabemos se inspirada pelo campeonato europeu de futebol, decidiu enviar, nada mais nada menos, que 11 dos seus 20 membros, incluindo o seu presidente, ao «europeu» do patronato, que se reuniu em cimeira nos dias 9 e 10 de Junho, em Bruxelas.

Saliente-se que desde a sua tomada de posse, em Setembro de 1999, nunca se tinham visto tantos comissários juntos...

Este encontro, organizado pela União das Confederações de Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE), teve como objectivo, na sequência do Conselho Europeu de Lisboa, estabelecer um diálogo directo entre o patronato «europeu» e alguns dos que tomam as decisões nas instituições europeias, contribuindo para o objectivo mais geral de colocar os governantes e o patronato juntos na definição do futuro próximo da UE. Será caso para perguntar se a Comissão Europeia participará, com idêntica dedicação, na manifestação de 19 de Junho?

Comentários para quê!?



Quanto à CIG, o que há a salientar desta cimeira é a procura do entendimento quanto à modificação do funcionamento das instituições europeias, tendo em conta o alargamento - que ninguém sabe quando se irá verificar - da UE. Em discussão está o poder de decisão na UE, tanto no que se refere à extensão das áreas onde se passará a decisão por unanimidade para uma votação por maioria qualificada, ao peso relativo do voto de cada Estado membro nessa mesma votação e quanto à composição da Comissão Europeia, onde até ao momento todos os Estados membros estão representados (por um ou dois comissários). Entre outros aspectos, um que tem vindo a ganhar uma importância determinante é a forma como um conjunto de Estados membros poderão avançar com políticas sem a participação dos restantes - as denominadas «cooperações reforçadas» - e das suas consequências, de que é exemplo a criação de uma UE de «círculos concêntricos». Tendo em conta a complexidade do que está em causa, nomeadamente a reacção dos diferentes povos e dos restantes Estados membros, principalmente os menos populosos, os governantes da França e da Alemanha procuraram, nesta fase, ser cautelosos quanto à divulgação dos seus entendimentos. Mas dê-se as voltas que se quiser dar, chamem-lhe «confederação» (liderada por Berlim e Paris ou por mais alguns outros) ou «federação», o que está em causa é a perda de poder e de uma maior transferência de soberania por

Deslocados de guerra

Cerca de 50 mil deslocados de guerra concentrados na cidade angolana de Malange vão ser reinstalados nas suas zonas de origem até Agosto, garante Hans Peter Vikoller, responsável local do Programa Alimentar Mundial (PAM), citado pela Lusa. Este grupo de deslocados receberá incentivos para o aumento da produção agrícola, estando ainda prevista a reabilitação das infra-estruturas destruídas pela guerra na região. O PAM e o governo angolano assinaram um protocolo de cooperação que prevê a participação da população na construção e reabilitação de escolas, no fabrico de carteiras escolares, na abertura de cozinhas escolares e em programas infantis comunitários, através do programa «Comida pelo Trabalho».

Contra a hegemonia

Pequim e Belgrado opõem-se «à política de hegemonia» e ao conceito de «uma ordem mundial unipolar», afirma um comunicado divulgado segunda-feira após um encontro entre o primeiro-ministro chinês, Li Peng, e o presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic. O documento sublinha que, «com a agressão da NATO contra a Jugoslávia (...), a ONU foi privada do seu papel-chave na protecção da paz e da segurança no mundo», e considera que a presença de forças multinacionais no Kosovo, «é abusivamente utilizada para defender os interesses dos albaneses e dos seus aliados no seio da NATO». Estas forças, acrescenta o texto, «não cumpriram o seu mandato e devem retirar-se, enquanto os membros do exército jugoslavo e da polícia devem regressar ao Kosovo, para garantir a segurança de todos aqueles que ali vivem e o regresso daqueles que foram perseguidos». Li Peng chegou domingo a Belgrado para uma visita oficial de três dias.

Manifestações em Havana

Cerca de 200 000 crianças e adolescentes concentraram-se segunda-feira frente à Secção de Interesses norte-americanos (SINA) em Havana, para exigir o regresso de Elián Gonzalez a Cuba, em resposta a um apelo do presidente Fidel Castro para que fizessem ouvir os seus slogans «em Washington e no resto do mundo, porque ninguém tem o direito de sequestrar ou de reter uma criança cubana». No sábado, mais de 100 000 pessoas manifestaram-se pela mesma razão em Palma Soriano, no leste da ilha. Há mais de seis meses que o caso Elián mobiliza a sociedade cubana, com manifestações em todo o país e debates diários na televisão.

Contra plano económico do governo, que prevê reduções drásticas nas despesas públicas

Greve geral na Argentina

A Argentina voltou a paralisar na sexta-feira na segunda greve geral em 35 dias contra a política económica do governo do presidente Fernando De la Rúa.

Meio ano depois da entrada em funções do governo da Aliança, a indignação dos trabalhadores argentinos com as reformas das leis laborais e a submissão aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) está ao rubro. As expectativas criadas pela eleição de Fernando De la Rúa foram brutalmente cerceadas em Maio com o anúncio de um plano económico que inclui, entre outras medidas, uma redução de 12 a 15 por cento nos salários dos 144 000 trabalhadores da Função Pública.

A adesão à greve, convocada pela ala esquerda da Confederação Geral do Trabalho (CGT), e apoiada pelo Congresso de Trabalhadores Argentinos (CTA) e até pelos sectores mais moderados da CGT que inicialmente tinham chegado a acordo com o governo, não deixou margem para dúvidas quanto à disposição de luta dos argentinos. Segundo o próprio ministro

do Interior, Frederico Storani, a todos os títulos empenhado em desvalorizar o evento, a paralisação registou «uma adesão de 60 por cento». Na verdade, os principais sectores de actividade pararam por completo, de nada tendo servido as «explicações» e as ameaças veladas do presidente divulgadas em mensagem ao país antes de partir no fim-de-semana em visita oficial aos Estados Unidos.

Cortes de mil milhões de dólares em áreas como a educação e saúde

Os trabalhadores que paguem a crise...

As últimas medidas do governo, afirmou Rúa, «não consistem apenas na redução de salários», antes «fazem parte de um programa para reactivar a economia e apoiar a pequena e média empresa». Insistindo que «tem de haver diálogo social», Fernando De la Rúa não deixou de sublinhar que foi eleito «para dirigir o país e tirá-lo



A política económica do presidente Fernando De la Rúa frustou as expectativas dos argentinos de maior justiça social

da situação» de crise em que se encontra, pelo que apesar de «respeitar todas as opiniões» não vai «tolerar a violência».

Segundo De la Rúa, as medidas do governo são necessárias para combater o desemprego, que em Dezembro do ano passado atingia 14 por cento da população activa, e para reduzir o défice que estava «a levar o país para o abismo».

O que De la Rúa não explicou é por que motivo têm de ser os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas da população a pagar a factura do saneamento da economia, nem como é que as medidas impostas pelo FMI, que incluem cortes

drásticos nas despesas públicas - 1000 milhões de dólares nas verbas da área social, sobretudo na educação e na saúde -, vão contribuir para a tal desejada justiça social que levou os argentinos a elegê-lo para a presidência do país.

«Guerra das estrelas» na agenda Rússia/EUA

O presidente russo, Vladimir Putin, convidou Washington a «reflectir em conjunto nos problemas que preocupam a Rússia e os Estados Unidos», sobretudo quanto à criação de um sistema de defesa antimíssil comum.

Segundo a agência noticiosa Interfax, citada pela Lusa, as declarações de Putin foram feitas ao receber esta semana em Moscovo o secretário da Defesa norte-americano, Richard Cohen, que terça-feira iniciou hoje conversações com o seu homólogo russo, Igor Sergueiev.

«Estamos satisfeitos com a dinâmica das relações entre os Estados Unidos e a Rússia», disse Putin.

Os russos têm-se manifestado frontalmente contra o projecto norte-americano de defesa nacional antimíssil (NMD), mais conhecido por «guerra das estrelas», considerando-o uma violação do Tratado sobre Sistemas Antimíssil ABM, de 1972, que proíbe à Rússia e aos EUA a instalação de sistemas de defesa global antimísseis.

Apesar das relações cordiais entre Moscovo e Washington, a questão continua num impasse, tanto mais que os EUA consideraram «insatisfatória» para os seus próprios interesses a recente proposta da Rússia para a criação de um sistema

de defesa antimíssil conjunto com a NATO. Segundo Igor Sergueiev, a criação de um sistema comum «não representaria uma violação do Tratado ABM», porque estaria dentro do limite de demarcação (um raio de acção não superior a 3500 quilómetros) acordado num protocolo do ABM firmado há três anos e ainda a aguardar ratificação pelos parlamentos de ambos os países.

Questão em aberto

Num encontro realizado a semana passada em Bruxelas, no final da reunião ministerial do Conselho Permanente NATO-Rússia (CCP), Cohen disse ao seu homólogo russo que a proposta do Kremlin «poderia ser complementar, mas nunca substitutiva» do escudo antinuclear que Washington se propõe desenvolver.

«A ideia englobaria um sistema que em qualquer caso nunca daria suficiente protecção às nossas fronteiras», disse Cohen. Os EUA alegam a necessidade de se protegerem contra «Estados irresponsáveis» (principalmente a Coreia do Norte, Irão, Iraque e Líbia), pelo que pretendem um sistema de defesa contra mísseis de alcance superior aos 3500 quilómetros.

A visita de Cohen a Mosco-

vo mostra no entanto que o caso não está encerrado. O mesmo se pode dizer em relação à pretensão da NATO de instalar uma missão militar permanente na Rússia, rejeitada até agora pelo Kremlin. «Não se trata de uma prioridade para nós», disse a propósito o ministro da Defesa russo, que apesar disso prometeu estudar o assunto «talvez no próximo mês de Dezembro».

Entretanto, a agência de informações militares russa, AVN, anunciou esta semana que uma das duas fábricas de submarinos nucleares da Rússia, tecnicamente paradas há cinco anos, retomou a actividade. A fábrica, segundo a AVN, vai construir «um submarino atómico polivalente da nova geração». O estaleiro naval de Amourski, em Komsolok-Amour (extremo oriente russo) retomou a produção de submarinos nucleares após uma visita de Putin, efectuada em Dezembro de 1999. O último submarino fabricado em Amourski, o «Drakon-971», remonta a 1995, altura em que o Governo russo decidiu parar o financiamento aos programas militares naquele estaleiro. O único estaleiro que continuava a construir submarinos nucleares era o de Severodvonsk (norte).

Ficheiros secretos desaparecem de Los Álamos

O Departamento de Energia norte-americano confirmou no início da semana mais um misterioso desaparecimento de ficheiros secretos do laboratório nuclear de Los Álamos, no Novo México.

De acordo com a edição electrónica de segunda-feira de *The New York Times*, o material desaparecido continha informação altamente secreta sobre o programa norte-americano designado Nuclear Emergency Search Team (NEST), que visa dar resposta a acidentes ou ameaças nucleares. Para além de informações sobre as forças nucleares americanas necessárias para garantir a segurança dos EUA, os ficheiros conteriam ainda dados sobre o programa nuclear da Rússia.

«Estamos perante um assunto extremamente sério, que está a ser investigado a fundo», afirmou em comunicado o director do laboratório, John Brown.

Segundo os responsáveis dos serviços secretos, «até ao momento não há a menor prova de que este incidente tenha alguma coisa a ver com actividades de espionagem», mas a suspeita paira sobre a base de Los Álamos, abalada o ano passado pelo escândalo provocado pelo alegado roubo a favor da China de segredos relacionados com a última geração de armas nucleares. Na sequência desse incidente foi detido em Dezembro um cientista de origem chinesa, Wen Ho Lee, que não foi acusado de espionagem, por falta de provas, mas sim de violação das normas de segurança da base. O cientista está agora a aguardar julgamento.

De acordo com as informações vindas a público, o novo caso é ainda mais misterioso, dado que o material desaparecido se encontrava armazenado em discos rígidos de computador guardados em contentores selados e acondicionados numa cripta da área mais reservada da base, a «Divisão X».

A descoberta do desaparecimento dos ficheiros verificou-se em finais de Maio, após Los Álamos ter sido temporariamente evacuado, por razões de segurança, na sequência de incêndios florestais de grandes proporções que atingiram aquela região do Novo México. Passado o perigo, os contentores permaneciam no lugar, mas o seu conteúdo tinha desaparecido. Todo o pessoal com acesso à «Divisão X» está agora a ser interrogado, enquanto se realizam buscas a todas as caixas fortes e criptas da base.

Pela primeira vez em 55 anos

Cimeira intercoreana

A cimeira de Pyongyang, a capital norte-coreana, que durante três dias reuniu Kim Dae-jung e Kim Jong-il, os dirigentes das duas Coreias, termina hoje.

Apesar de se desconhecer ainda o resultado prático do encontro entre Kim Dae-jung — o primeiro presidente sul-coreano a defender que «as duas Coreias devem ser parceiras e não inimigas» —, e o seu homólogo norte-coreano, Kim Jong-il, o simples facto de ambos terem aceitado dialogar é considerado um passo importante para tentar acabar de forma pacífica com mais de meio século de hostilidades.

A iniciativa partiu de Kim Dae-jung, que em Março se manifestou disposto a ajudar o Norte a resolver os sérios problemas económicos com que se debate. Na última década, em que o país foi assolado por chuvas diluvianas e anos de seca, entre muitas outras dificuldades resultantes da queda do bloco soviético e do bloqueio económico imposto pelos EUA, a economia norte-coreana caiu cerca de cinquenta por cento e o valor do seu Produto Interno Bruto per capita, estimado em menos de 700 dólares, é hoje doze vezes inferior ao da Coreia do Sul.

Em Abril, Kim Jong-il aceitou encontrar-se com o presidente sul-coreano, abrindo assim o caminho para o que muitos pensam ser o princípio de uma nova nas relações bilaterais.

Empresários aplaudem

O degelo entre o Norte e o Sul foi saudado pelas cinco maiores associações empresariais sul-coreanas que, de acordo com informações da Lusa, defenderam publicamente o reforço da cooperação económica intercoreana, «se a cimeira de Pyongyang restaurar a confiança entre os dois países». Segundo a mesma fonte, números divulgados na imprensa de Seul indicam que nos próximos três anos a Coreia do Sul poderá investir 2000 milhões de dólares na Coreia do Norte, sobretudo na área da energia, infra-estruturas e transportes.

Da agenda da cimeira constam temas tão sensíveis como o programa nuclear norte-coreano, a presença militar norte-americana na Coreia do Sul, a cooperação económica e a situação das famílias separadas pela guerra (cerca de oito milhões de sul-coreanos têm familiares no Norte). Segundo Kim Dae-jung, «as duas partes deverão abordar todas as questões, sem restrições».

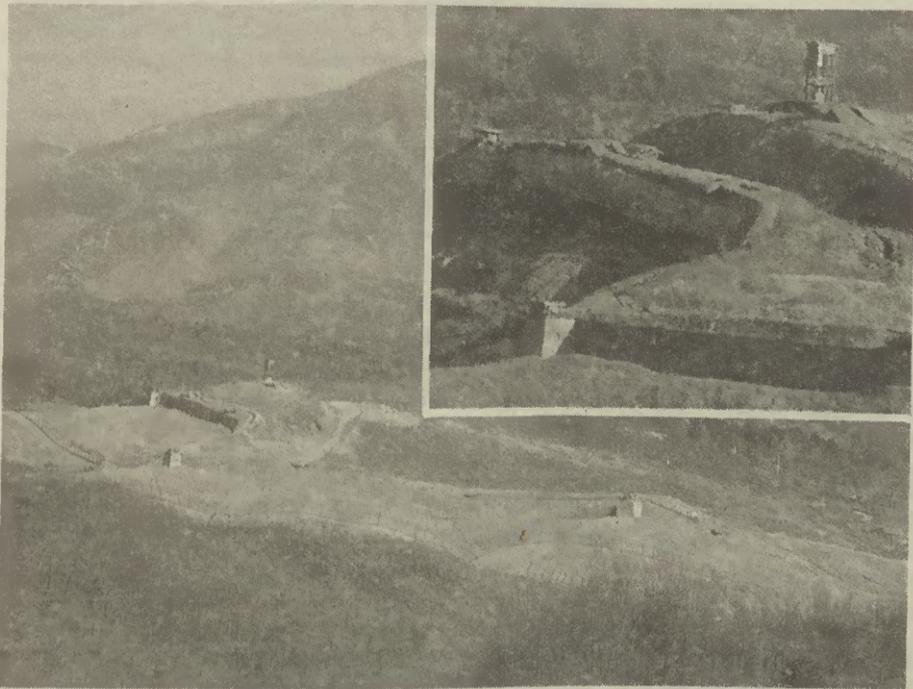
Para a cobertura da cimeira, segundo a Lusa, o governo norte-coreano autorizou apenas a entrada de cinquenta jornalistas, todos sul-coreanos.

O governo de Seul, por seu lado, montou um centro de imprensa para acompanhar o encontro histórico, que fez acorrer à capital sul-coreana centenas de correspondentes internacionais.

Primeiros resultados

A cimeira intercoreana começou a dar os seus primeiros frutos ainda antes de se ter efectuado: a administração norte-americana anunciou a semana passada que procederia em breve ao levantamento parcial das sanções económicas impostas a Pyongyang a pretexto do seu alegado apoio ao terrorismo. Por outro lado, os EUA decidiram suspender, durante os três dias da cimeira, os exercícios que a Força Aérea norte-americana está a levar a cabo com fogo real na Coreia do Sul e que são cada vez mais impopulares.

Para se perceber a expectativa criada em torno do encontro dos dois presidentes coreanos basta dizer que todos os produtos norte-coreanos à venda no sul são pagos a peso de ouro, que os telemóveis usam como sinal de chamada uma canção norte-coreana, e que por todo o lado se vêem camisolas a comemorar o acontecimento. As empresas estão atentas ao fenómeno, como demonstra a fabricante de automóveis Kia Motors, que vai pôr à venda um novo modelo chamado Summit (cimeira).



A península dividida

A península da Coreia, um território com pouco mais do dobro da área de Portugal e cerca de setenta milhões de habitantes, foi anexada pelo Japão em 1910, cuja dominação foi marcada por extrema violência. No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Coreia foi dividida em duas zonas de ocupação: uma americana, ao sul, e outra soviética, ao norte. As negociações para a reunificação fracassaram e, em 1948, foram criados dois Estados, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.

Numa tentativa de reunificação, as tropas norte-coreanas invadiram o Sul em 1950. Os

EUA intervieram no conflito ao lado da Coreia do Sul, e a «Guerra da Coreia» terminou três anos depois, tendo provocado entre 1,2 a 2 milhões de mortos, sem que a situação se tivesse alterado. Em Julho de 1953 foi assinado um armistício, mas a paz oficial nunca chegou a ser assinada, pelo que, tecnicamente, o estado de guerra se mantém. Ao longo da linha do armistício, no Paralelo 38, permanece até hoje uma das maiores concentrações militares existentes em todo o planeta.

Os EUA, por seu lado, mantêm 37 000 soldados estacionados na Coreia do Sul.

Domínio e impunidade

● Pina Gonçalves

A luta recente do povo porto-riquenho levou o congresso norte-americano a realizar uma audição às actividades do FBI no território, durante a qual o seu actual director, Louis Freeh, admitiu que foi desenvolvida uma campanha de décadas contra os independentistas de Porto Rico, reconheceu a prática de crimes pelas autoridades dos EUA e que pelo menos 140 000 cidadãos porto-riquenhos foram colocados numa lista negra pelos serviços de informação da Marinha e do FBI. Vários líderes de partidos políticos e movimentos pró-independência foram condenados a pesadas penas de prisão.



Os métodos utilizados são ilustrados pela seguinte directiva operacional emitida em 1961 pelo então director do FBI, J. Edgar Hoover:

«... particularmente no interesse dos nossos esforços para desmantelar as suas actividades e comprometer a sua eficácia, devemos ter conhecimento íntimo dos líderes mais influentes. (...) Devemos ter informação respeitante às suas fraquezas, moral, registos criminais, esposas, filhos, vida familiar e actividades pessoais para além das actividades independentistas». Alguns jornais de Porto Rico foram forçados a publicar editoriais e artigos escritos por funcionários da polícia caluniando o movimento independentista e depois apresentados aos leitores como sendo da autoria dos respectivos editores ou directores que, por sua vez, cediam a esta aviltante imposição após «conversas» com funcionários superiores da polícia.

El Salvador — esquadrões da morte impunes

Na América Latina os chamados processos de transição para a democracia têm sido marcados por um denominador comum, a impunidade dos crimes praticados pelos regimes fascistas sul-americanos.

Apesar das negociações que precederam a realização de eleições em El Salvador terem previsto a investigação dos crimes praticados durante a ditadura e a sua punição por tribunais judiciais do país, dos 817 casos de sequestro, desaparecimento e execução verificados pela Comissão

de Verdade de El Salvador, entre eles o assassinato do Bispo de São Salvador, Monsenhor Romero, não resultaram condenações já que os responsáveis que foi possível identificar beneficiaram de uma lei de amnistia.

Ainda assim provou-se que a actividade dos esquadrões da morte era promovida pela polícia nacional, Exército, guarda nacional e grupos privados patrocinados por latifundiários e empresários com apoios na Guatemala e nos EUA. Para limpar a sua má imagem, os EUA, que treinaram e armaram o exército salvadoreño para a luta contra a FMLN, prometeram colaboração para a investigação sobre

os crimes cometidos, mas os investigadores só receberam como ajuda documentos «desclassificados» onde mais de 90% da informação estava censurada. Em consequência desta impunidade, durante a «transição democrática», entre 1993 e 1994 foram cometidos dezenas de assassinatos de simpatizantes e militantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de entre os quais se provou que 49 foram

organizados e cometidos pelos esquadrões da morte.

O inimigo interno

Após a detenção de três cidadãos do estado do Wisconsin em 1997, acusados de agir contra a segurança nacional, o FBI tentou estabelecer uma relação entre os detidos e o Partido Comunista dos EUA e difundiu publicamente o conceito de que as posições políticas do PCEUA provam que os seus militantes e dirigentes são «agentes estrangeiros». Os comunistas norte-americanos alertaram através de comunicado que, «... se trata de uma tentativa antidemocrática para assustar o povo americano e afastá-lo da actividade política e de ter pontos de vista discordantes» e recordaram: «O Partido Comunista dos EUA é um partido político legal que foi fundado em 1919, há 80 anos, nas lutas e necessidades dos trabalhadores dos Estados Unidos. Nos anos 40 e 50, uma das mais vastas e reconhecidas heranças antidemocráticas na história do nosso país, o Partido Comunista foi ilegalizado e os seus dirigentes foram encarcerados. Estas acções foram realizadas em nome dos interesses das corporações e grandes negócios dos EUA e não em nome da segurança nacional.»

Inimigo interno. Com duas palavras apenas, a administração Clinton, como as anteriores, explica qual a sua receita para lidar com os opositores. A porta do século XXI é também uma maneira de evidenciar fraqueza, medo da verdade e falta de confiança no futuro.

• Miguel Urbano Rodrigues

Escalada autoritária no Brasil



Entre o pântano e a esperança

FHC e os seus ministros insistem no discurso sobre as supostas bondades da sua Administração. O facto de a indústria de São Paulo ter regressado ao nível de produção de 97, anterior à crise asiática, foi apresentado como vitória e prova de que a crise teria sido definitivamente superada. A propaganda oficial omitiu que a massa salarial é no ano 2000 inferior à relativa àquela época. Como sempre, foram os trabalhadores a pagar a factura. O Governo omite também que o país atravessa a maior crise de desemprego dos últimos 70 anos, com uma taxa real da ordem dos 20%, com a peculiaridade de um terço dos desempregados corresponder ao Estado de São Paulo, responsável por 40% da produção industrial.

A crise é tão profunda e transparente que o próprio vice-presidente da Federação das Indústrias de S. Paulo, Roberto Jéaha, reconheceu num desabafo a falência do modelo neoliberal: «Nos transformámos - declarou - de uma grande fazenda na oitava economia do mundo. Porém, reconheço que a burguesia falhou, que ela não teve visão para impedir que a renda se concentrasse em níveis tão elevados.»

A confissão traduz uma realidade que explica o vento de indignação e revolta que sopra sobre o Brasil. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um por cento dos brasileiros mais ricos tem rendimentos superiores aos dos 50 por cento mais pobres.

A concentração de riqueza faz do Brasil actual o país de maior desigualdade social no mundo. O Governo de FHC não desenvolve, entretanto, o menor esforço para atenuar o fosso que separa os de cima da multidão de pobres que vegeta à margem da economia de mercado. Trata de o aprofundar.

Após prolongado e tenso debate nacional, o Presidente recusou-se a fixar o salário mínimo num nível que permitisse cobrir as exigências da canasta básica. O novo mínimo é de 151 reais mensais - inferior ao do Paraguai - equivalentes a 19 contos portugueses. Isto num país onde altos funcionários recebem reformas acumuladas superiores a 20 mil reais por mês. Segundo FHC o país iria à bancarrota se o salário mínimo fosse estabelecido num patamar superior. Um país no qual a alta classe média (não falo da grande burguesia) tem padrões de vida superiores aos da mesma camada social nos EUA e nos países mais avançados da União Europeia.

Podridão e ambição

A república neoliberal está podre até à medula.

O Banco Central teve em 99 um prejuízo de 13 mil milhões de reais. O Supremo Tribunal Federal investiga o envolvimento em negócios ilícitos do seu ex-presidente, Gustavo Franco, e o do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, Andrea Calabi. Mas parece improvável que o inquérito conduza a resultados práticos. O programa de ajuda a banqueiros falidos custou ao tesouro até agora uns 30 mil milhões de reais (somente as fraudes no Banco Nacional que envolveram familiares de FHC atingiram 5,3 mil milhões de reais).

Os escândalos financeiros são inseparáveis dos políticos e de outros, sórdidos, como aquele de que é protagonista o actual prefeito de São Paulo, Celso Pitta, afundado num mar de lama.

Fernando Henrique manobra para se manter no poder. O plano concebido passa por uma mudança de regime. O presidencialismo seria substituído pelo parlamentarismo de figurino europeu (FHC seria o primeiro-ministro). Para tanto seria, porém, necessário um plebiscito e o eleitorado dificilmente morderia no anzol.

A tática montada para a sucessão de 2002 inclui a conquista da presidência da Câmara dos Deputados para o PSDB e a da presidência do Senado para o PMDB. O acordo espúrio incluiria a injeção maciça de fundos públicos nos municípios onde os dois partidos - actualmente pilares do Governo - são eleitoralmente mais fortes.

Assim caminha o Brasil 500 anos após a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral. Ninguém então podia prever que a estranha e idílica terra descrita por Pêro Vaz de Caminha seria o berço de uma grande e sofrida nação.

O atoleiro em que o país se encontra, com as suas fabulosas riquezas sugadas pelo imperialismo que faz dele a principal cabaia do neoliberalismo no Terceiro Mundo, justifica as palavras com que a direcção nacional do Partido Comunista do Brasil saudou os cinco séculos de edificação da nação: «Na alvorada do século XXI, o conteúdo da revolução brasileira só pode ser a superação do capitalismo e a construção de um novo poder político e de uma nova formação económico-social, socialista. À luz das experiências, conquistas e derrotas do século 20, o Partido Comunista do Brasil defende um socialismo renovado, com feições brasileiras, que aprende com a experiência mundial do proletariado, mas não copia modelos importados.»

As comemorações dos 500 anos coincidiram no Brasil com uma escalada repressiva. O espancamento dos índios em Porto Seguro foi apenas um episódio no quadro de uma política cujo autoritarismo expressa o medo, o isolamento e a desorientação de um governo desprestigiado.

Em Maio, o sistema de poder deixou cair a máscara ao reprimir com brutalidade militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, durante as Jornadas de Luta por ele promovidas. Dias depois, a Polícia Militar investiu com tamanha violência sobre professores e estudantes que se manifestavam no centro de São Paulo que do choque resultaram quase duas dezenas de feridos.

O governo de Fernando Henrique recorre a um velho artifício cultivado pelas ditaduras. Para se defender, acusa.

Uma campanha de âmbito nacional foi desencadeada contra o MST. Os grandes jornais, quase sem excepção, trovejam contra os Sem Terra. Passaram a apontar o Movimento como perigosa ameaça à democracia. O MST é acusado de actos de violência que os seus membros não cometeram. Em inflamados editoriais, os influentes diários «O Globo», do Rio, e «O Estado de S. Paulo» aplaudem o endurecimento da política de FHC perante o MST (suspensão de créditos, novos entraves à expropriação de terras improdutivas, aumento da repressão, etc.) e tentam apresentá-lo como perigosa organização subversiva.

A revista «Veja» publicou uma reportagem de oito páginas, redigida num estilo histórico e insultuoso. O título, «A tática da baderna», já era esclarecedor do objectivo. Mas o semanário da Editora Abril não se contentou em afirmar que o MST pretende implantar o socialismo (o que é falso) recorrendo à violência. Levou a provocação ao extremo de transformar o coordenador do Movimento, João Pedro Stédile, num matador profissional. Na capa de «Veja» ele aparece, através de uma fotomontagem, de pistola em punho, enfiado no corpo de James Bond.

Orgulhosa do seu papel *macartista*, a revista gaba-se de haver advertido os leitores, com muita antecedência, da tremenda periculosidade do MST e dos seus dirigentes.

Uma atitude oficial que reforçou as apreensões suscitadas pela escalada de autoritarismo foi a proibição da transmissão televisiva de uma entrevista em que João Pedro Stédile rebatia acusações que atribuíam ao MST actos de vandalismo supostamente praticados durante a ocupação de edifícios públicos em 12 Estados da

Federação. Ficou posteriormente claro que a destruição de algumas portas e de vidraças foi da responsabilidade de funcionários e não dos Sem Terra. Apesar das evidências, o governo, numa iniciativa sem precedentes, tentou enquadrar elementos do MST na Lei de Segurança Nacional, um diploma promulgado durante a ditadura militar. O impacto negativo dessa decisão foi tão imediato e forte que o Executivo recuou, afirmando que o seu porta-voz cometera um equívoco.

O veto à presença de Stédile na TV, decidido pelo ministro Andrea Matarazzo, que exerce a tutela na área da Comunicação Social, provocou uma vaga de indignação tão ampla que o governador de São Paulo, Mário Covas, membro do partido de FHC, criticou a violência policial contra o MST.

«Democracia» tucana

Tentar isolar o MST tem sido um objectivo permanente do governo federal. A imprensa mais conservadora esforça-se por dividir o movimento social. Enfraquecer o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) aos Sem Terra é uma velha aspiração da direita brasileira. Daí a chuva de artigos dedicados ao assunto, alguns assinados por académicos que «reflectem» sobre contradições que surgem no processo de luta: umas reais, outras fantasistas.

Descendo às raízes da campanha cujo alvo é o MST, o «Correio da Cidadania» - um pequeno grande jornal dirigido por Plínio de Arruda Sampaio - recordava no editorial da sua edição de 20 de Maio que «os Sem Terra estão ocupando fazendas e prédios públicos porque a «democracia» tucana (!) os está simplesmente sufocando. Com seu protesto, em nada discrepante do que está acontecendo em todo o mundo, eles buscam mostrar a impostura de democracias que transformaram o método democrático em meio de impedir a concretização da substância mesmo de todo regime democrático: a igualdade básica entre todos os da sociedade, como condição para a liberdade e a dignidade.»

Pergunta «O Correio da Cidadania»: «O que é mais selvagem? Ocupar um prédio público ou raspar a cabeça dos 17 Sem Terras presos na Penitenciária do Carandirú? O que fere mais profundamente a democracia? Acusar o presidente com palavras duras ou censurar o programa de televisão no qual o líder do MST apresentou os motivos das acções do segmento social que representa?»

A resposta a essas perguntas ilumina parte do ventre da crise brasileira. Ajuda também a compreender a escalada de autoritarismo em curso.

(!) Os membros do partido de FHC são conhecidos como «tucanos».

● Manoel
de
Lencastre

Indústria
automóvel
britânica

Rota perigosa na Rover e na Ford

A trajetória da indústria automóvel britânica levou-a, recentemente, a dois passos do inferno, ao trágico momento de cantar a canção do último carro, de ouvir a sinfonia da última hora, quando a BMW vendeu a Rover à Phoenix, uma empresa criada no último momento por um antigo director, John Towers, pela quantia de 10 libras (3200 escudos) um valor simbólico, evidentemente.

A perderem 2 milhões de libras, diariamente, os patrões da BMW já não toleravam mais injeções de capital na moribunda empresa britânica. O fim da Rover poderia fazer aproximar-se o fim da própria BMW. A tragédia da indústria automóvel na Grã-Bretanha, filha de condições tradicionais que persistem, alargar-se-ia. Quantos postos de trabalho serão suprimidos pela nova Phoenix? A luta de ratos já começou.

No sábado de 1 de Abril último, milhares de trabalhadores das fábricas integradas no Grupo Rover desceram às ruas da cidade industrial de Birmingham demonstrando a sua posição de protesto e a sua vontade de resistência às manobras da BMW. Esta, pretendia ver-se livre daquela «madeira velha» a todo o preço. Mas o

governo de Blair, prisioneiro eterno de mil contradições, garantia aos interesses do grande capital parasitário da City que o estado não poria um centavo naquilo que era uma empresa particular. Demagógicamente, declararia logo a seguir na Câmara dos Comuns: «Trabalho de dia e de noite para ver se consigo arranjar dinheiro para a Rover e indemnizar aqueles que vão perder os seus empregos»...

O problema que surgiu na Rover e, logo depois, na Ford-Dagenham, não é recente. Todos vimos que, terminada a 2.ª Guerra Mundial, a Alemanha e o Japão investiram enormemente na modernização das suas indústrias. Mas o capitalismo britânico, imaginando-se rei do futuro do mundo, converteu os lucros em dividendos e deixou cair o seu parque industrial automóvel na estagnação. E quando o estado durante a vigência de governos trabalhistas anteriores, procurava, mesmo timidamente e sem programa, defender aquela indústria, os capitalistas gritavam que se gerava ineficiência, que o país alimentava indústrias ruinosas. Confirma-se, agora, que essas mesmas indústrias entregues a particulares percorrem, também, a estrada de inaceitáveis prejuízos e conhecem a morte. Na Rover e empresas aliadas, há 50 000 empregos em jogo.

Nas condições do capitalismo global em plena fúria, os trabalhadores estão indefesos. Tiveram e têm de aceitar a vinda das fábricas a grupos estrangeiros

(japoneses, principalmente) e de adoptar as práticas e as cadências por estes impostas. Os capitalistas da City e os antigos industriais a estes entregues sempre fugiram aos novos investimentos e às necessárias modernizações. Sempre quiseram obrigar os trabalhadores britânicos a produzir a níveis similares aos da concorrência. Como tal nunca foi possível, preferiram fechar ou vender aos japoneses. E seriam estes (Nissan, Toyota, Honda) quem realizaria investimentos, mas nas suas próprias condições.

Na noite do capitalismo

Mas os parasitas da alta finança, ao fazerem eleger Margaret Thatcher em 1979 e Tony Blair em 1997, conseguiram os seus objectivos – o fim da indústria do carvão (agora importado da Polónia), das siderúrgicas e da construção e reparação naval, da aero-espacial, do sistema ferroviário, das telecomunicações, do gás, da electricidade, que eram a base do sistema nacional e pertencem, agora, todas, a grupos privados. Pior, ainda: conseguiram, pela acção da senhora Thatcher, seduzir Gorbachev e fazer desmantelar a grande força de referência socialista cuja simples existência os atemorizava e dava cobertura às lutas de todos os trabalhadores do mundo, a URSS.

O apelo de Derek Robinson (Red Robbo), antigo «leader» sindical, em Birmingham, foi vibrante: «peço a todos os trabalhadores da Rover e da Ford, a todos os que trabalham nas indústrias suplementares cujos empregos se encontram em perigo sério, que não se abandonem no seio da noite capitalista e lutem, lutem pelo direito ao trabalho». Mas, dias depois, a Ford Motor Company confirmava que o fim da fábrica de Dagenham (Londres oriental) estava à vista – mais 2750 postos de trabalho suprimidos.

Em 1952, a British Motor Corporation (BMC), que resultava da fusão da Morris e da Austin, era a quarta maior companhia da indústria automóvel mundial, após os três grandes americanos. Em 1955, a produtividade nas fábricas britânicas era a mais elevada em toda a Europa. Fabricavam-se 4,2 carros por operário/ano enquanto em França a média era de 3,6 na Alemanha de 3,9. As sementes do declínio, porém, já estavam instaladas no âmago da indústria que melhor representava o nome industrial da Grã-Bretanha. A produção automóvel tornou-se parte integrante da política de sucessivos governos e, em especial, de um dos métodos a que recorriam para tentar controlar a economia, o «stop-go». Tornou-se evidente que a produtividade estagnava e que havia duplicação de medolas entre os diversos fabricantes. O «design» era pobre, não revelava imaginação.

Eficiência

Lista das fábricas mais eficientes em termos de carros produzidos anualmente por trabalhador

1. Nissan	Sunderland, Inglaterra	105
2. Volkswagen	Navarra, Espanha	76
3. General Motors	Eisenach, Alemanha	76
4. Fiat	Melfi, Itália	73
5. Toyota	Bumaston, Inglaterra	72
6. Volkswagen/Seat	Martorell, Espanha	69
7. Renault	Douai, França	69
8. General Motors	Zaragoza, Espanha	67
9. Renault	Valladolid, Espanha	64
10. Honda	Swindon, Inglaterra	64
11. Ford	Dagenham, Inglaterra	61
22. General Motors	Luton, Inglaterra	43
30. Rover (BMW)	Longbridge, Inglaterra	31

A faca
nas costas
dos
trabalhadores
da Rover



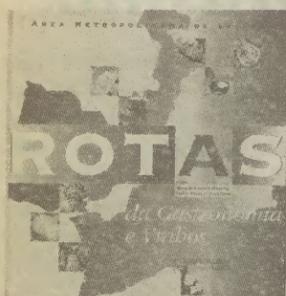
Governo
de Blair
com os
patrões

Livros



O Sétimo Juramento

Mais um livro na colecção *Uma Terra Sem Amos*, da *Caminho*. Trata-se de um romance da autoria de **Paulina Chiziane**, escritora moçambicana que nasceu em Manjacaze, em 1955, e cujo primeiro romance, *Balada de Amor ao Vento*, publicado após a independência, foi também o primeiro romance de uma mulher da sua nacionalidade. A seguir, *Ventos do Apocalipse*, concluído em 1991, foi publicado em Maputo em 1995, em edição de autora, e veio a ser editado pela *Caminho*, no ano passado. Este, *O Sétimo Juramento*, é o seu terceiro romance, de uma escritora já conhecida entre nós. **Paulina Chiziane** escreve aqui sobre um mundo de feitiços e de magias, contrastes e contradições, que levam o leitor, através da narrativa, a penetrar no mundo que a autora constrói, mas ancorado numa realidade que está lá.



Rotas da Gastronomia e Vinhos

Numa bela edição da *Área Metropolitana de Lisboa*, eis este livrinho que é ao mesmo tempo uma espécie de roteiro. Os seus autores, **David Lopes Ramos** e **João Paulo Martins**, são nomes conhecidos para além do estrito âmbito da gastronomia e tiveram decerto o embaraço da vasta escolha que, nesse âmbito, houveram de enfrentar. Com efeito, escolheram para nós, na grande diversidade dos 19 concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, aquém e além do Tejo que a une, os pratos, os doces, os queijos, os mariscos e outros petiscos, e os apropriados vinhos para regá-los.

Crónicas da Idade Média

Ruben de Carvalho

«Parlez-vous anglais?...» (III)

A pesar da influência inquestionavelmente determinante da Revolução de Outubro sobre a esquerda norte-americana e o surgimento do PCEUA (recorde-se que a um norte-americano, John Reed, se deve o mais famoso livro sobre 1917, os «Dez Dias que Abalaram o Mundo»), é possível afirmar que o leninismo não ganhou do outro lado do Atlântico a mesma projecção que viria a ter na Europa e no desenvolvimento dos Partidos europeus.

Para o facto, de claras consequências nas debilidades orgânicas no já de si difícil ambiente do maior país capitalista, contribuíram vários factores. Por um lado, já se vê, a maior dificuldade de contactos entre os militantes americanos e Moscovo, fora pelo puro e simples problema das distâncias, fora pela repressão. Por outro, os intelectuais novayorkinos como Reed, O'Neill ou Max Eastman estabeleceram, nas suas viagens à URSS, ligações com Leon Trotsky (Max Eastman seria o portador para fora da URSS dos primeiros documentos de Trotsky de crítica a Stáline) que se aprofundariam ainda com o exílio no México, gerando debates acesos e alguma resistência às orientações do Comintern. Acresce ainda que a ascensão do nazismo, ao provocar o refúgio nos EUA de numerosos intelectuais de esquerda alemães que grandemente fortaleceram a influência do PCEUA, igualmente levou consigo o legado de dirigentes e pensadores — nomeadamente Rosa Luxemburgo — que haviam mantido divergências com aspectos da teorização leninista (1).

Movimento operário e frente cultural

Entretanto, é um tema ainda insuficientemente estudado o papel desempenhado pelo crime organizado no confronto entre o capitalismo americano e o movimento sindical.

Para além dos efeitos devastadores do colaboracionismo de classe e de claros desvios tradeunionistas presentes desde a constituição da AFL sob a tutela de Samuel Gompers (2) e da acção repressiva do Estado (3), a verdade é que, de forma inteiramente desconhecida na Europa, o tecido sindical constituiu, com a cumplicidade activa de polícias e do patronato, um factor determinante da acção de organizações como a Mafia, nomeadamente após o final da Lei Seca que criara condições para o surgimento de uma verdadeira indústria do crime, com base na produção e comercialização do álcool (4).

Com presenças significativas em alguns sindicatos (Têxteis, Mineiros, alguns sectores da Metalurgia e Indústria Automóvel), a influência dos comunistas enfrentava contudo dificuldades graves em termos da cúpula nacional da *American Federation of Labor* e da situação complexa de poderosas estruturas sindicais dominadas pelo crime como foi nomeadamente o caso dos motoristas de longo-curso, os *Teamsters*.

Se bem que nomeadamente após a crise

económica de 1929, o movimento operário conheça na década de 30 um ascenso significativo, é possível afirmar que, comparativamente, a influência da esquerda em geral se faz sentir mais profundamente nos meios intelectuais e artísticos. Ao facto não é de novo alheia a emigração de refugiados da Europa ocupada pelas tropas de Hitler — alemães, húngaros, polacos, checos, franceses — em muitos casos de origem judaica, dispo de meios económicos para conseguir atravessar o Atlântico e em muitos casos com já confirmadas carreiras universitárias ou de criação artística.

O desenvolvimento da indústria cinematográfica, do teatro, da literatura, da música e do ensino universitário norte-americanos não podem ser separados do importante contributo de nomes como Brecht, Chaplin, Fritz Lang ou Herbert Marcuse cuja influência se acentuaria com a guerra de Espanha e, mais tarde, com a entrada dos EUA na guerra e a necessidade de uma acção de propaganda anti-nazi.

Correspondendo evidentemente a uma brutal histeria anticomunista gerada pela viragem da política de Washington elege do, no final da II Guerra, a URSS como principal inimigo, o aparecimento da sinistra Comissão de Actividades Antiamericanas do senador McCarthy correspondia a uma efectiva influência da esquerda em geral e dos comunistas em particular na cultura norte-americana (5).

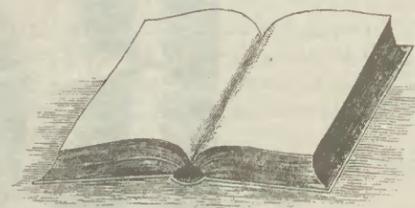
O marxismo universitário

O quadro que brevemente se traçou explica como, paralelamente com uma situação complexa em termos de organização partidária e do movimento operário, foi possível que se mantivesse até hoje uma significativa presença progressista nas áreas intelectuais norte-americanas.

Note-se como ciclicamente, após grandes embates sociais e políticos e vagas de repressão subsequentes (caso do maccarthismo após as décadas de 30-40, o movimento dos Direitos Cívicos em 50-60, o combate à guerra do Vietnam, etc.) se assiste ao renascer de uma intervenção política de artistas de vários sectores (cinema, música popular, teatro) e a uma importante componente universitária, não apenas de estudantes, mas igualmente de professores (recorde-se Angela Davis, Herbert Marcuse, Noam Chomsky, Susan Sonntag, e tantos outros), dando aliás origem à definição da última e contemporânea vaga da esquerda dos EUA como *academic left*, a esquerda académica (6).

O capitalismo americano conseguiu criar condições para integrar no sistema uma componente intelectual e científica politicamente adversa, mas cujo trabalho lhe interessa de vários ângulos.

Compreende-se do quadro traçado que esta esquerda é historicamente mais influenciada directamente pelo marxismo e outros legados anglo-saxónicos e alemães (Max Weber, a escola de Frankfurt, as filosofias da linguagem de Praga, etc), do que pelo património que se constituiria no movimento comunista europeu em torno da experiência soviética e do contributo de Lênine. Neste quadro, a esquerda americana, se organicamente débil, desenvolveu um importante trabalho de análise e crítica do capitalismo e de aprofundamento do conhecimento da classe operária. frequen-



temente polémico nas suas conclusões, mas de inquestionável valor científico (7).

É neste campo que se inclui o livro que deu origem a estes artigos (8), uma interessantíssima análise da evolução de Nova Iorque enquanto cidade fortemente industrializada e com uma poderosa presença da classe operária (elemento frequentemente esquecido quando nela pensa) no último meio século. As consequências da deslocação de unidades industriais (frequentemente para outros países), as modificações do tecido urbano e dos equilíbrios sociais e comunitários são objecto de descrições e análises de particular interesse quando se encaram as perspectivas de regiões como a Área Metropolitana de Lisboa, na qual lentamente se vão verificando processos semelhantes aos analisados por Joshua Freeman.

Uma excelente recensão do livro da responsabilidade de um investigador importante, Eric Foner (9) pode ser encontrada no n.º 11, de 1 de Junho passado, da *London Review of Books* — <http://www.lrb.co.uk>.

(1) Vd. nomeadamente CANTOR, Milton, *The Divided Left. American Radicalism 1900-1975*. Hill & Wang, Nova York, 1978.

(2) Vd. DUBOFSKY, Melvyn e VAN TINE, Warren, *Labor Leaders in America*. University of Illinois Press, Chicago, 1987.

(3) Note-se que o FBI, sob a tutela de J. Edgar Hoover, foi desde início claramente virado contra o movimento operário, constituindo aliás um caso único nos aparelhos repressivos dos estados capitalistas uma vez que a carreira de Hoover se prolongou por 48 anos ininterruptos. Vd. THEOARIS, Athan G. e COX, John Stuart, *The Boss. J. Edgar Hoover and the Great American Inquisition*. Temple University Press, Filadélfia, 1988 e FARBELLO, Griffin, *Red Scare. Memories of the American Inquisition*. W.W. Norton & Comp, Nova York, 1995 e LEVIN, Murray B., *Political Hysteria in America. The Democratic Capacity for Repression*. Basic Books Inc, Nova York, 1971.

(4) Vd. PEARCE, Frank, *O Marxismo e o Crime. Ensaio de Criminologia Marxista*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1977; HUTCHINSON, John, *The Imperfect Union. A History of Corruption in American Trade Unions*. E. D. Dutton & Comp, Nova York, 1972; HUBERMAN, Leo, *The Labor Spy Racket*. Modern Age Books Inc, Nova York, 1937; VOLKMAN, Ernest, *Gangbusters. The Destruction of America's Last Great Mafia Dynasty*. Avon Books, Nova York, 1998.

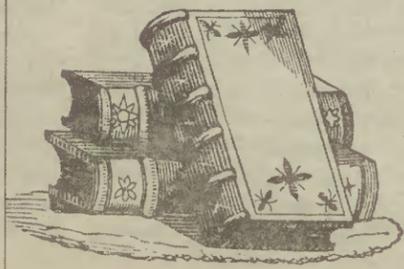
(5) Vd. AARON, Daniel, *Writers on the Left. Episodes in American Literary Communism*. Harcourt, Brace & World, Inc, Nova York, 1961; DENNING, Michael, *The Cultural Front*. Verso, Nova York, 1997; MCGILLIGAN, Patrick e BUHLE, Paul, *Tender Comrades. A Backstory of the Hollywood Blacklist*. St. Martin's Griffin, Nova York, 1999; COUVARES, Francis G. (comp.), *Movie Censorship and American Culture*. Smithsonian Institution Press, Washington, 1996; APTHEKER, Herbert, *The Era of McCarthyism*. Marzani & Munsel, Nova York, 1955.

(6) Vd. DIGGINS, John Patrick, *The Rise and Fall of American Left*. W. W. Norton & Comp, Nova York, 1973.

(7) Entre os numerosíssimos casos, citem-se CULLEN, Jim, *The Art of Democracy. A Concise History of Popular Culture in the United States*. Monthly Review Press, Nova York, 1996 e GUTMAN, Herbert G., *Power & Culture. Essays on the American Working Class*. The New Press, Nova York, 1987.

(8) FREEMAN, Joshua, *Working Class New York: Life and Labour Since World War Two*. New Press, Nova York, 2000.

(9) Cf. o polémico, mas muito bem documentado FONER, Eric, *The History of American Freedom*. Picador, Nova York, 1999.



Desporto

• Armindo Vaz

Futebol e outros interesses

Parece ser pacífico que, no mundo do futebol de selecção, em matéria de arbitragem as equipas dos países mais poderosos têm vantagens, por vezes decisivas, em relação às restantes. Aliás, vários dos comentadores do actual Euro-2000 têm referido esse facto. E têm-no feito a propósito de casos concretos: em relação, por exemplo, a três dos jogos já realizados, foram assinaladas arbitragens não só favoráveis mas eventualmente com influência nos resultados finais obtidos pelas equipas italiana, alemã e holandesa. E mesmo no Portugal-Inglaterra – em que os jogadores portugueses mostraram o muito que sabem e podem em termos de qualidade, capacidade, confiança e determinação – só não houve protestos expressos porque a selecção portuguesa ganhou e aquele golo (mal) anulado a Nuno Gomes acabou por não fazer falta...

base de um conjunto de critérios rigorosos, dos quais o mais importante (e o mais secreto) é a capacidade de perceberem as relações de forças exteriores ao jogo nos encontros que tocam com o prestígio e os interesses políticos de certas nações».

Um dos casos referenciados por Thébaud reporta-se ao campeonato do mundo de futebol realizado na Suíça, em 1954, em plena «guerra-fria». A selecção da Hungria (a célebre «equipa magiar», onde de um conjunto de jogadores de excepção emergia um fora-de-série chamado Ferenc Puskas) era, incontestavelmente, a melhor de todas as equipas em prova. Há quatro anos sem sofrer qualquer derrota, havia ainda cometido a proeza, sem precedentes, de vencer a Inglaterra em Wembley. Mais: a derrota sofrida pela Inglaterra (um inimaginável 3-6!) viria a ser confirmada e ampliada (7-1) no jogo realizado em Budapeste. Dos participantes na competição de 1954, apenas o Brasil e o Uruguai apresentavam condições para, de alguma forma, fazer frente aos húngaros. E entre os que não tinham quaisquer hipóteses de se sagrar campeões, estava a República Federal da Alemanha (RFA).

Só que a NATO havia decretado a necessidade da vitória da RFA numa competição com a importância da Taça do Mundo. Por razões várias: porque era necessário que a RFA entrasse para a NATO; porque o papel da Alemanha na Segunda Guerra Mundial não estava esquecido e era necessário difundir na Europa uma imagem mais simpática do «inimigo de ontem»; porque nada melhor do que a vitória numa Taça do Mundo de Futebol para transmitir essa imagem; finalmente porque, ganhando a Alemanha, a derrota da Hungria – país socialista, do Leste, da «Cortina de Ferro»...

Assim, tudo foi preparado para assegurar o êxito da missão e os árbitros, que viriam a ter um papel decisivo nos acontecimentos, foram criteriosamente seleccionados.

No primeiro jogo entre a RFA e a Hungria, a dado momento, um defesa alemão agrediu e feriu gravemente Puskas. O árbitro, um inglês de nome Ling, fingiu não ver: o jogador húngaro foi retirado do campo e ficou incapacitado de jogar contra o Brasil e o Uruguai. Não obstante, a selecção húngara chegou à final que teria vencido se... quase no fim do jogo, um espantoso golo de Puskas (que apesar de se encontrar apenas semi-restabelecido integrou a sua equipa), entusiasticamente aplaudido pelo público, foi anulado por um fora-de-jogo que ninguém viu, e muito menos o árbitro que o assinalou... que era nem mais nem menos do que o mesmo Ling – o qual foi ao Mundial de 1954 apenas e só para arbitrar os dois jogos entre a RFA e a Hungria.

A RFA ganhou, assim, a Taça do Mundo. O presidente da FIFA entregou o troféu ao capitão da equipa alemã, enquanto 20.000 apoiantes idos da RFA cantavam, em coro, pela primeira vez no estrangeiro depois de 1945, o *Deutschland uber alles*, acompanhados por uma orquestra alemã que, por acaso, se encontrava no estádio de Berna... Poucos meses depois, os acordos de Paris oficializavam a entrada da RFA para a NATO.



É natural que assim seja, na medida em que os interesses em jogo em competições desta envergadura são muitos e muito fortes e, com frequência, extravasam as fronteiras do futebol e entram por outros domínios, nomeadamente os da política.

Num texto intitulado «Arbitragem e política», o jornalista François Thébaud, que acompanhou oito Taças do Mundo, lembra alguns casos exemplares de ingerência da política no futebol e do papel das arbitragens nessa ingerência. É claro que, como alerta François Thébaud, importa saber se os árbitros, em geral, dispõem de condições que lhes permitam ser verdadeiramente livres nas suas decisões. E, ressaltando as necessárias excepções, quase responde ao afirmar que «os árbitros da Taça do Mundo são seleccionados na

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Esta palavra amor

Teu nome

Resolvi escrever
um poema de amor.

Para aqui estou há uma data de tempo
remoendo a caneta entre os dedos.
Porque a verdade se mete
pelos olhos dentro
estes olhos perdidos ao longe:
não tenho nada
eu não tenho coisíssima nenhuma
com fome de escrever.
De imaginar, até.

Afinal, para além do teu nome
o que é
que eu sei dizer?

Quarto de hotel

Entreabre-se a porta.
Levemente.

Talvez o ar que vem
da janela que ao fundo se recorta.

Tu? Mas tu estás longe...

Volto entretanto os olhos para a porta.

Desculpa lá

Domingo. Levo-te o café à cama.

Eu próprio fiz o sumo de laranja
e a torrada.
Preparei a bandeja
e até nem me esqueci do guardanapo.

Só que em lugar de uma colher de café
levei uma colher de sobremesa.
Foi grave, reconheço.

Obrigado, amor
pelo teu sorriso compreensivo.

Memória

Um dia, se batessem
de madrugada à porta
tanto podia ser por mim
como por ti.

Por isso quiseste sempre
que eu soubesse preparar o biberão
mudar as fraldas.

A dar banho é que nunca fui capaz.
As mãos tremiam só à ideia
de pegar naquilo.
Era de tudo o que eu mais temia.

Que alívio, quando vinha o dia!

José Dias Coelho

– Adeus, adeus – disse o verso
na tarde mal levantada
– Ai Deus, i u é que tu vais?
– Vou ter com a madrugada.

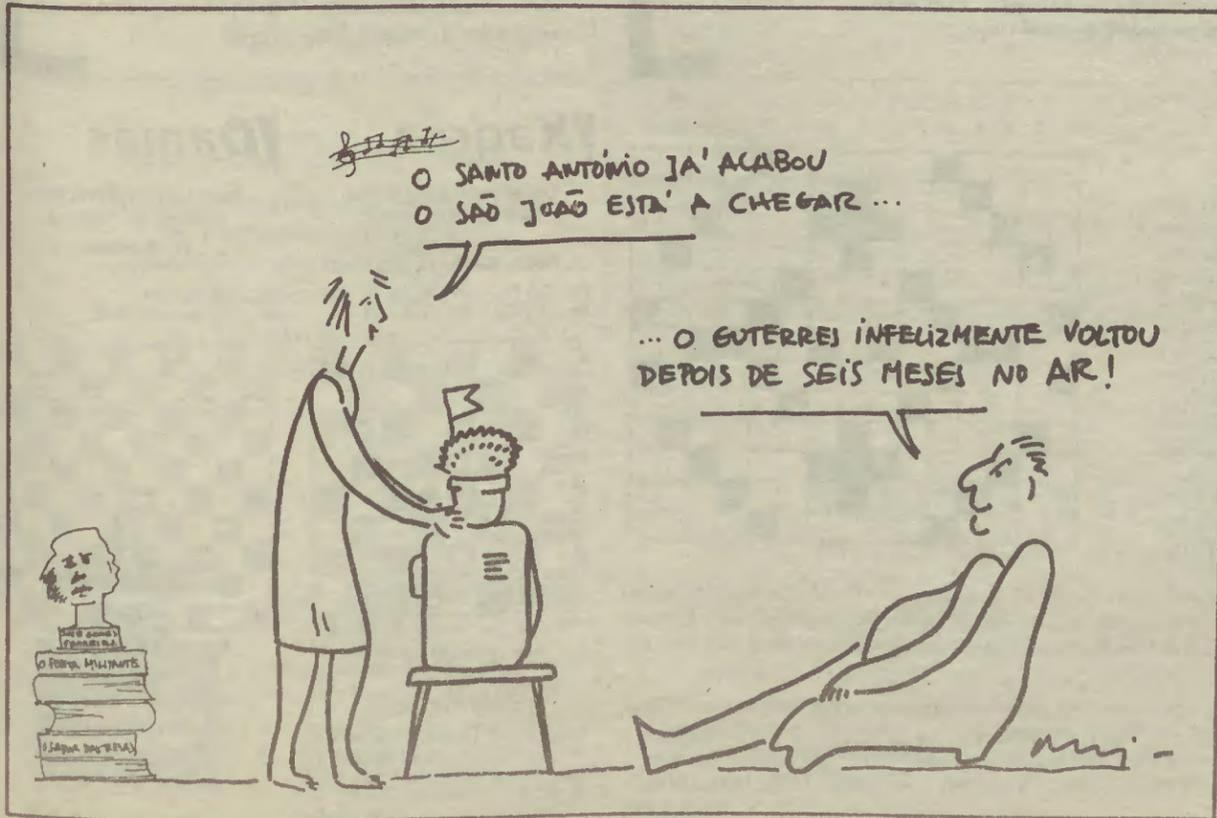
Era a tarde já no fim
sempre o verso de longada.
– Ai Deus, i u é que tu queres?
– Quero achar a madrugada.

A planta do pé do verso
estava toda ensanguentada.
– Ai Deus, i u é onde sofres?
– Madrugada, madrugada.

Vem a noite, noite, noite
toda de luto marcada
mas as pegadas em sangue
já eram a madrugada.

Cartoon

• Monginho



Internet

• Jorge Figueiredo

A geografia da Internet

A geografia da Internet é perversa, como é bem sabido. Ela espelha de forma perfeita o que se passa no capitalismo deste final de milénio. Hoje, estima-se, existem 350 milhões de utilizadores da Internet no planeta; o número de sítios web será da ordem dos 400 milhões, o tráfego no ciberespaço duplica a cada 100 dias. Mas os países desenvolvidos (apenas uns 15% da população do planeta) concentram mais de 90% dos utilizadores da rede. E dentro dos próprios países desenvolvidos as assimetrias de acesso à Internet são gritantes, reflectindo as respectivas estratificações sociais.

Tal como a invenção da imprensa, a da Internet também tem um imenso potencial libertador. Trata-se, em ambos os



casos, de meios técnicos que permitiriam libertar a humanidade das garras do atraso e da ignorância. Mas no capitalismo monopolista a comunicação social já está transformada num meio de controlo social, com a hegemonia ideológica absoluta da direita. A esta hegemonia vem escapando, por enquanto, a Internet. Há razões para isso, como o facto de não ser preciso uma licença governamental para lançar um sítio (ao contrário do que acontece, por exemplo, com a rádio e a televisão) e de não ser preciso um grande volume de capital para criar um sítio web, manter uma mailing list ou criar um newsgroup.

As tentativas de restringir este (pequeno) espaço de liberdade que ainda nos resta são mais do que muitas. Muitos governos (como o da Arábia Saudita) tentam censurar a Internet através de meios técnicos colossais e com custos astronómicos. Outros tentam atacar a liberdade de expressão na Internet por meios insidiosos, como a tentativa de responsabilizar os *services providers* locais pelos conteúdos publicados (seria como culpar as companhias telefónicas pela utilização que delas fizessem os delinquentes). Nos

EUA a reacção puritana tem defendido a censura, com campanhas moralistas e hipócritas contra a pornografia na Internet (até fabricaram *softwares* com listas de sítios «indesejáveis» e com mecanismos de bloqueio para instalar nos *browsers*). Além destes ataques directos há a tendência, poderosa, de transformar a Internet simplesmente em um instrumento comercial como outro qualquer, ou seja, colocá-la ao serviço do *business*. A moda agora é o *e-commerce*.

Assim, a tarefa ingente que se coloca às forças de vanguarda em todo o mundo é resistir a estas pressões em favor da censura e do comercialismo. E a melhor forma de resistir é saber utilizá-la eficazmente e utilizá-la de facto. É um erro muito comum pensar que a Internet é só para «os outros», para «os informáticos de serviço». Trata-se de uma ferramenta que pode e deve servir para qualquer revolucionário, desde o Comandante Marcos, nas montanhas de Chiapas, até aos manifestantes de Seattle.

O PCP, o partido pioneiro na utilização da Internet em Portugal, tem um sítio central riquíssimo em conteúdo, dotado de motor de pesquisa e agora com nova qualidade gráfica. Várias Direcções Regionais e Comissões Concelhias do PCP também já têm sítios web. O próximo passo será, provavelmente, criar uma mailing list interactiva a fim de romper com a passividade inerente ao web. Uma ferramenta interactiva como esta (com ou sem moderador) certamente seria positiva para o desenvolvimento do combate político. Trata-se de um instrumento único para a mobilização rápida, a difusão de informação instantânea e as trocas de experiências.

Sítio da semana

Quando se vê certos trabalhos sobre economia tem-se vontade de bocejar. A esterilidade de grande parte do que é produzido na publicações oficiais salta aos olhos. Tal produção consiste em tratar profundamente, por vezes com grande aparato econométrico, daquilo que não é relevante - e omitir cuidadosamente tudo aquilo que é importante. Felizmente deste pecado está livre Doug Henwood, editor do boletim *Left Business Observer* (LBO) e autor do livro seminal *Wall Street: How It Works and for Whom* (Verso, 1997, New York, 372 pgs.).

É um prodígio que este economista nova-iorquino consiga fazer praticamente sozinho uma publicação periódica tão interessante como a LBO, com oito páginas todos os meses. E, além disso, mantê-la no tempo (já vai no seu 94.º número), sem perda de qualidade e com escassos meios financeiros (a LBO não tem publicidade e vive apenas da venda das assinaturas).

O sítio web da LBO pode ser visto em:

http://www.panix.com/~dhenwood/LBO_home.html

Vale a pena, sobretudo para os economistas, dar uma olhadela a este sítio. Nem tudo o que está publicado na LBO é reproduzido aqui (de contrário comprometer-se-ia a venda da newsletter), mas o que sobra ainda é muitíssimo rico de conteúdo. Chama-se a atenção para a parte que contém estatísticas históricas, algumas difíceis de obter (há séries que começam no século XIX). Também tem interesse ler a conferência «Marx no milénio», feita por Henwood na Universidade da Flórida.

Comentários a este texto devem ser dirigidos a: jfigueiredo@apexmail.com

Pontos Cardeais

Realezas

Segundo sondagens da BBC e do jornal britânico *Guardian*, a monarquia britânica anda um bocado por baixo: entre os mais jovens, dos 16 aos 24 anos, 59% dos inquiridos consideraram que a família real britânica não traduz uma boa relação de qualidade/preço, enquanto 73% dos mesmos jovens inquiridos preferem um regime republicano à actual monarquia. A defender suas altezas reais surgiram apenas 44% do adultos inquiridos pelo *Guardian* e, mesmo assim, com o grosso dos apoiantes na faixa da terceira idade, enquanto 56% dos adultos considera que, sem monarquia, as coisas melhorariam no país.

É curiosa, esta evolução da população britânica. Na verdade e em rigor, custa a perceber a utilidade de uma família real sem qualquer poder político ou capacidade de intervenção no governo do país. A sua função resume-se à representação de uns quantos espectáculos anuais de pompa e circunstância para os nostálgicos do império perdido e à caução de títulos aristocráticos seródios e ridiculamente anacrónicos, apenas para satisfação de uma classe dirigente cada vez mais desligada do seu próprio povo. Tudo isto a um preço exorbitante, pago directamente pelos contribuintes. Pelo que, também em rigor, não é apenas a família real britânica que é aqui posta em cheque, mas também e sobretudo os poderosos do país que, para satisfação de caprichos de classe, mantêm em cena um dispendioso espectáculo enquanto apertam cada vez mais o cinto à população em geral.

Conselhos

No programa da SIC «Dez Horas» a apresentadora Júlia Pinheiro foi uma manhã destas surpreendida com a resposta de uma ouvinte do Norte, a quem perguntara porque estava em casa. «Porque estou desempregada há um ano», respondeu a senhora. Um

pouco constrangida, Júlia Pinheiro lá averiguou que a senhora tinha 45 anos, fora despedida de uma fábrica e já não conseguia arranjar emprego. Aligeirando a questão, a apresentadora mudou a conversa para as actividades domésticas da telespectadora e a coisa lá foi fluindo com boa disposição, até que a interlocutora confessou que o filho de 17 anos abandonara os estudos para ir trabalhar, optando por estudar à noite. Aí, cheia de boa vontade, Júlia Pinheiro advertiu: «Não o deixe fazer isso, olhe que assim nunca mais acaba os estudos!».

«Não o deixe fazer isso?» E como é que a mãe, desempregada, pode não deixar o filho «fazer isso» - que é trabalhar para arranjar algum dinheiro?

Pois é, Júlia Pinheiro, às vezes a boa vontade de uma apresentadora não chega. Também é preciso prestar-se atenção, discernir-se sobre o que se ouve e perceber-se que o mundo não é só o quotidiano confortável e seguro que nos rodeia...

Receitas

Afinal, apesar do aumento dos combustíveis, a cobrança de receitas fiscais neste sector entrou em perda, acusando, para já, um prejuízo de 50 milhões de contos. Ou seja: apesar de o cidadão automobilista ter passado a suportar um aumento brutal na compra de combustível, o Estado passou a receber menos impostos nesta área. Para onde foi e vai o dinheiro - e estamos a falar de muitas, mas muitas dezenas de milhões de contos?

Já adivinharam, né? Vai para os célebres «operadores», os senhores da indústria dos combustíveis porque esses, meus amigos, esses nunca podem perder, esteja o barril de petróleo barato ou caro e o dólar alto ou baixo... E cá está o bom governo «socialista» para garantir que as coisas se passem assim. Com a «receita» do costume: tirar aos pobres para dar aos ricos.

Palavras Cruzadas

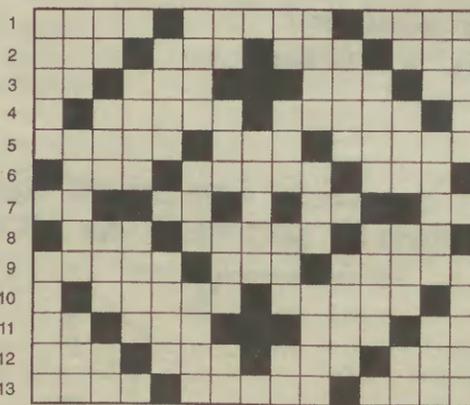
HORIZONTAIS: 1 - Planta crucifera de raiz carnuda, branca, arredondada e pontiaguda; severidade (fig.); Vestimenta de mulher indiana. 2 - Albino (bras.); grande extensão de água salgada; passa para fora; na companhia de. 3 - Cobalto (s.q.); o tio americano; a família; comparecia. 4 - Instrumento, geralmente de bronze, de forma cónica, que produz sons mais ou menos fortes quando se percute com o badalo (pl.); curral de bois (prov.) (pl.). 5 - Resto da construção desmoronada; espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes; nasce. 6 - Senhora (abrev.); amacia; a barlavento (náut.). 7 - Maléfica; mil e cinco romanos; forma arcaica de *mim*; nome de letra. 8 - Qualidade natural; pequena esmola; filtra. 9 - A cor vermelha; igualdade (pref.); prova automobilística (pl.). 10 - Suporto; dispõe em lotes. 11 - Titânio (s.q.); estípite; fruto da ateira; Alumínio (s.q.). 12 - Chefe etíope; anel de cadeia; nome de uma planta labiada, vivaz com base lenhosa; mil e quatro romanos. 13 - Nome de letra; casualidade; mulher formosa (fig.).

VERTICAIS: 1 - Madrepérola; leite pobre e toco. 2 - Ferro temperado; gasto; dirigias-te (fig.). 3 - Bário (s.q.); título nobiliárquico inglês; discursiva; a polficia nazi. 4 - Destino; bosque. 5 - Alimento delicioso (fig.); fogueira. 6 - Ramalhete; mãe do pai ou da mãe, em relação aos netos; armadilha para pássaros. 7 - Passear; esplendor (fig.); elemento de formação que traduz a ideia de *vida*; língua falada outrora a Sul de Loire (França). 8 - Pavimentos. 9 - Ósmio (s.q.); porém; discurso laudatório; caminhais. 10 - Esmago; patrão; limpo com água. 11 - Barco de recreio; itinerário. 12 - Ramagem; espiloha. 13 - Actínio (s.q.); ilha do arquipélago de Cabo Verde; remoinho de água (prov.); pedra de moinho. 14 - Tritura com os dentes; assinalai; lamentos. 15 - Magnetiza; mata inculta.

8 - Pisos. 9 - Os; mas; loq; is. 10 - Ralo; amo; lavo. 11 - Lata; rola. 12 - Rama; cala. 13 - Ac; Salt; ola; m6. 14 - R6; notai; ais. 15 - Imana; selva.

SOLUÇÃO DO N.º 2000X23
HORIZONTAIS: 1 - Nabo; rigoro; sant. 2 - Ága; mar; sat; com. 3 - Co; Sam; jar; ia. 4 - Sinos; motas. 5 - Rufina; opa; emana. 6 - Sra; alisa; al6.
VERTICAIS: 1 - Nacat; calre. 2 - Ago; usado; tas. 3 - Bat; sig; ora; ss. 4 - Manda; lume. 6 - Ramo; av6; rela. 7 - It; selva; oc.
 8 - Pisos. 9 - Os; mas; loq; is. 10 - Ralo; amo; lavo. 11 - Lata; rola. 12 - Rama; cala. 13 - Ac; Salt; ola; m6. 14 - R6; notai; ais. 15 - Imana; selva.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

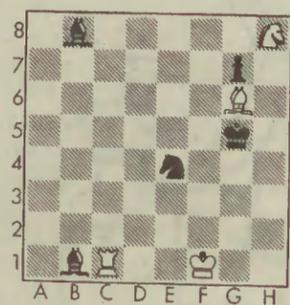


Xadrez

DCLVII - 15 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X23

Por: A. Seletsky

1. Prémio Shakhmaty URSS, 1931
 Pr.: [5]: Pg7 - C64 - Bs. b1, b8 - Rg5
 Br.: [4]: Ch8 - Bg6 - Tç1 - Rf1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D23

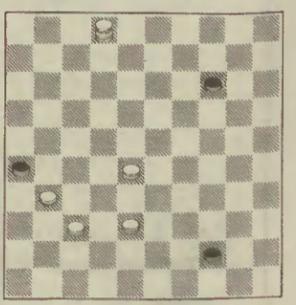
1. Rg2, Bd3; 2. Td1, Cd2; 3. Rf2, Bg7+; 4. Rf1, Bg6; 5. Td7, Bb8; 6. Tg7, Rh6; 7. Tg6+, Rh7; 8. Td6, Bg3+; 9. Rg2, Rh8; 10. Rb3, Bg7; 11. Tg8+, R-; 12. Tg7+ e.g.
 A. de M. M.

Damas

DCLVII - 15 DE JUNHO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D23

Por: Darringer

- 1925
 Pr.: [3]: 14-26-44
 Br.: [5]: (2)-28-31-37-38



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D23 [D.]

1. 2-35, (44-49=D); 2. 37-32, (26x37);
 3. 32x41, (49x23); 4. 35x19 +;
 3., (49x46); 4. 28-23 +
 1., (44x50=D); 2. 35-49 e 3. 37-31 +
 A. de M. M.

MOITA

Encontro concelhio da CDU

Domingo, 18, às 10h, na S. F. Capricho Moitense
Com a participação de **José Capucho**

-//-

LISBOA

**Movimento Associativo em debate
Propostas do PCP**

Debate dirigido a todos os sócios e dirigentes
das Colectividades de S. Vicente de Fora
Quarta-feira, 21, às 21h, na Vóz do Operário
com a participação de **António Filipe, Rita Magrinho**
e de eleitos do PCP em S. Vicente de Fora

-//-

SERPA

**4.ª Assembleia
da Organização Concelhia de Serpa**

Sábado, 17, às 15h, no Cine-Teatro, em Serpa
com a participação de **Rodeia Machado**

★
ALCÁÇER DO SAL

Plenário de militantes: no Casão da Cooperativa de Rio de Moinhos, hoje, quinta-feira, às 20h30

ALHANDRA

Debate público «A Saúde está doente?», com a presença do médico José Neves, hoje,
quinta-feira, às 21h00, no Largo da Praça

LISBOA

Reunião de **Reformados Bancários**: segunda-feira, 26, às 14h30, no CT Vitória

SEIXAL

Plenário de militantes em **Miratejo**, com a participação de **Carlos Gonçalves**: hoje,
quinta-feira, às 21h

SETÚBAL

Plenário de militantes da Freguesia do **Sado**: domingo, 18, às 15h, na Cooperativa do
Farálhão, com a participação de **Joaquim Tavares**

Euro-manif
na cidade do Porto

por ocasião do encerramento
da Presidência Portuguesa da UE

SEGUNDA-FEIRA, a partir das 15h

Évora

Encontro do PCP**«Que Poder Local
para o Alentejo do Século XXI»**

Universidade de Évora – 18 de Junho, a partir das 10h

Com a participação de **Carlos Carvalhas**,
que intervirá na sessão pública de encerramento,
cerca das 17h

--★--

Na próxima terça-feira, dia 20,
O Secretário-geral do PCP é recebido às 14h30
na Câmara Municipal de Viana do Alentejo
pelo Presidente do Município
e outros eleitos autárquicos,
visitando em seguida instalações e obras
municipais em Viana do Alentejo e Alcáçovas

**Festa-convívio CDU
na Marinha Grande**

Parque das Merendas – Portela –
Domingo, 25

09h00 – Concentração de cicloturistas
09h30 – Início dos Jogos Populares
13h00 – Almoço
15h00 – Música Popular com o conjunto
«5 Estrelas»
16h00 – Intervenção política
de **Jerónimo de Sousa**
Música e convívio até ao fim do dia
(Inscrições: CT do PCP)

**Convívio concelhio do PCP
em Oeiras**

Jardim de Caxias (junto à Est. da CP)
– Domingo, 18

Sardinhada

Com a participação de **António Andrez**

Jantar-convívio em Sines

do colectivo concelhio
da Festa do «Avante!»
Refeitório da CM de Sines
– Sábado, 17, às 20h

Sardinhada

Com a participação de **António Andrez**

Excursões

8 e 9 de Julho

• **De Sta. Iria de Azóia**
A Organização de Santa Iria de
Azóia promove uma excursão de
autocarro com saída de Sta. Iria às
6h de dia 8 e regresso de Braga na
tarde de 9, com chegada a Sta. Iria
prevista para as 20h30. O preço de
11.000\$00 inclui transporte,
dormida, pequeno almoço e entrada
na Festa. Informações e inscrições:
tel. 219590010.

• **De Odivelas**

A Organização do concelho promove
uma excursão de autocarro
com saída de Odivelas no dia 8 e regresso a 9.
Informações e inscrições: no CT de Odivelas – Tel.
219314153 ou
Margarida Aboim ou Anabela Pinto (Tels. 919632320 /
919329557)

• **De Grândola**

A Comissão Concelhia de Grândola promove uma
excursão de autocarro
com saída de Grândola às 6h de dia 8 e regresso de
Braga dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 5.500\$00,
incluindo a entrada na Festa
Informações e inscrições: tel. 269442399

**a Braga**• **Do Seixal**

A Comissão de Freguesia
de Amora organiza
uma excursão de autocarro
à Festa da Alegria, com partida
da freguesia, nos dias 8-9 de Julho
Informações e inscrições: tel.
212212222, cam. Sebastião
Pinheiro

• **De Almada**

A Comissão de Freguesia de Feijó
organiza uma excursão
à Festa da Alegria, com partida a 8

e regresso a 9 de Julho

Informações e inscrições: tel. 212590820 - 212106486

• **De Ajuda/Lisboa**

A Comissão de Freguesia da Ajuda promove uma
excursão de autocarro
com saída de Lisboa às 7h do dia 8 e regresso de Braga
dia 9 ao fim da tarde. O preço é de 8.600\$00
e inclui, além da viagem, dormida e pequeno almoço em
hotel
Informações e inscrições: tets 213636552 - 213645566
- 213638512 - 213307000

AVEIRO
3.º Festival
Audácia
de Conquistar

1.ª Eliminatória, para
apuramento de participante
na Festa do Avante!
Sexta-feira, 16, às 23h,
no CT do PCP da Feira
com JOYASM e CRUNKY

**Viagens a Tenerife e a Barcelona**

Pondo em prática o desejo tantas vezes manifestado,
sobretudo nesta época, de fazer pequenas férias
em grupos de amigos, numerosas organizações
do Partido têm em preparação excursões
como as que hoje aqui se referem, por acaso todas
com origem nos camaradas de Almada:

– **Um passeio a Barcelona, Monserrat e Madrid**,
de 4 a 8 de Outubro, organizado pela célula

dos trabalhadores da autarquia de Almada. Informações
mais detalhadas podem ser obtidas junto do cam. José
António, pelos tets. 96 5225870 e 21 2724010

– **Uma viagem a Tenerife**, já em Julho próximo – de 3
a 10 –, com alojamento em hotel de 4 estrelas em pensão
completa e um circuito à volta da Ilha. Neste caso o
contacto para informações e inscrições é o cam. Artur
Cabrita através dos tets. 212752727 e 21 2753939.

ATVer

Giulietta
Massina,
em Julieta
dos Espíritos



Julieta dos Espíritos

(Quinta, 22.00, RTP 2)

Continuamos esta semana com **Fellini**, e logo com um dos seus filmes marcantes na obra que nos deixou. E com uma figura que também faz parte do mundo felliniano, não fosse ela a mulher do próprio autor e uma das atrizes que mais profundamente encarnou as suas personagens, tal como Mastroianni ficou para sempre ligado às personagens masculinas do mestre italiano.



Fritz
Lang,
o autor
dos
Mabuses

Este filme, realizado em 1965, em torno de uma sessão de espiritismo, fornece ao autor pretexto para os seus voos no surreal e no fantástico, pressentindo o espectador, sempre, o peso da vida real.

A Cidade das Mulheres

(Sexta, 22.15, RTP 2)

E propomos ao leitor que, já agora, não deixe escapar também **La Città delle Donne**, o último filme deste ciclo que a RTP 2 dedica a **Fellini**. Um filme rodado em torno de Mastroianni e que valeu ao actor e também ao realizador uma embaraçosa fama. É que muitas organizações feministas sentiram que o filme trata as mulheres pelo menos desagradavelmente. E lá terão as suas razões. O que não deixa esta película sem méritos. Trata-se de facto de uma fábula bastante mordaz, sobre o universo das mulheres e sobre



A Febre da Selva, com um espantoso elenco de actores, entre os quais o próprio realizador, Spike Lee

o que os homens têm de «padecer». Para ver com o humor suficientemente afinado.

O Testamento do Dr. Mabuse

(Sábado, 24.00, RTP 2)

Ainda bem que é sábado, pois, como já é costume, alguns dos mais interessantes filmes começam tarde. E este é para não perder para quem o não viu ainda e para não deixar de recordar - ou de gravar - para quem o conhece. Trata-se de um clássico, nada menos que o último filme realizado por **Fritz Lang**, em 1933, antes de o realizador partir para os Estados Unidos, escapando ao nazismo instalado. **Lang** realizara em 1922, o filme mudo **Dr. Mabuse, o Jogador**, e este **Testamento** como que fecha um ciclo na carreira do autor que partiu para novas obras em horizontes então mais desanuviados.

A Febre da Selva

(Domingo, 0.20, SIC)

Nem só de clássicos vive o leitor nem o telespectador. Se o tenta este **A Febre da Selva**, de **Spike Lee**, que nos é apresentado como «drama de grande intensidade dramática», em que o problema do racismo impera - com um arquitecto negro apaixonado pela secretária branca -, e os confrontos sociais, culturais e familiares dos Estados Unidos vêm à tona, veja este filme, bem servido de bons actores.

Don Giovanni

(Terça, 22.15, RTP 2)

Dom João, D. Juan, etc. Mozart escreveu **Don Giovanni** em 1787, uma das óperas mais conhecidas e representadas nos dois séculos que se seguiram até aos nossos dias. Duzentos anos depois, em 1979, **Joseph Losey**, também ele um clássico, realiza este filme-ópera, em final da sua carreira atribulado por perseguições políticas que o levaram a deixar os Estados Unidos para, na Europa, realizar as suas obras mais significativas. Com este **Don Giovanni**, **Losey**, que o filmou em Veneza, com a direcção musical de **Lorin Maazel** e a participação do coro da Ópera da Paris, ganha aqui o **Grande Prémio do Cinema Francês Jean Le Duc** desse ano.

... e ainda

Angie uma Mulher Só, de Martha Coolidge (Quinta, 00.25, SIC)
Para Além da Aventura do Poseidon, de Irvin Allen (Sexta, 02.35, SIC)
Diário de uma Morte Anunciada, de Robert Allan Ackerman (Sábado, 23.50, TVI)
Carmen, de Francesco Rosi (Quarta, 22.15, RTP 2)

Cabo e Satélite

Vistas do Verão que aí está...

Se o telespectador não ficar positivamente amarrado ao futebol, sobretudo após a difícil e assim mais saborosa vitória da Seleção Nacional sobre a da Inglaterra, que tal uma visita ao **Discovery**, na sexta-feira, às 20 horas, para saber alguma coisa da história da electricidade? Ou, no mesmo dia, uma revisita a um filme, no **Hollywood**, às 0 horas, que transmite **A Volta ao Mundo em 80 Dias**, com os inefáveis David Niven e Cantinflas?

Se não se decidir por nenhuma destas propostas, há sempre «bicharada» a visitar.

Quinta, 15

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Uma Casa em Faticos
16.45 Espaço Infantil-Juvenil
17.35 Regiões
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Suécia-Turquia
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 Concurso: Só Números
23.10 Baçalhan com Todos
23.40 Euro 2000
00.10 24 Horas
00.35 1ª. Página
01.10 Filme a designar
03.00 Filme a designar

▼ RTP 2

07.00 Euronews
08.00 Espaço Infantil
12.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia



Pendularmente, com o Verão, regressa o ranger do Texas...

18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.55 Dinheiro Vivo
20.25 Jornal d'África
21.00 Telejornal
21.40 Acontece
22.00 «Julieta dos Espíritos» (de Federico Fellini, Itália.-Fr./1965, com Giulietta Massina, Mario Pisu, Sandra Milo, Valentina Cortese. *Destaque*)
00.35 «Chá Forte com Limão» (de António Macedo, Port./1993, com Eugénia Bettencourt, Isabel de Castro, Jean-Pierre Cassel, Carlos Daniel. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 Sai Debaixo
00.25 «Angie, Uma Mulher Só» (Angie, de Martha Coolidge, EUA/1997, com Geena Davis, Stephen Rea, James Gandolfini. *Drama*)
02.25 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.50 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 A Grande Aventureira
21.00 Entre Marido e Mulher
21.40 Especial TVI
23.15 «Autoestrada do Inferno» (de Matthew Bright, EUA/1996. *Thriller*)
01.15 Diário do Euro
03.25 Ai que Vida

Sexta, 16

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.30 Uma Casa em Faticos
16.45 Euro 2000: Rep. Checa-França
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Dinamarca-Holanda
21.30 Telejornal
22.40 Concurso: Só Números
23.10 João Nicolau Breyner
00.40 Euro 2000
01.15 24 Horas
01.40 1ª. Página
02.00 Basquetebol: NBA

▼ RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Desporto (Tónis: Roland Garros)
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.00 Jornal 2
21.40 Acontece
22.00 Aqui Europa
22.15 «A Cidade das Mulheres» (de Federico Fellini, Itália.-Fr./1981, com Marcello Mastroianni, Anna Prucnal, Ettore Manni. *Destaque*)
00.50 Andamentos
01.20 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Terra Nostra
22.30 Sai de Baixo
23.20 Diário do Europeu
02.00 Último Jornal
02.35 «Para Além da Aventura do Poseidon» (de Irwin Allen, EUA/1979 com Michael Caine, Saqilly Field, Telly Savalas. *Aventuras*)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Ri-te, Ri-te
19.30 Directo XXI
20.00 Ri-te, Ri-te
21.00 As Pupilas do Senhor Reitor
21.40 Reis da Música Nacional
00.15 «Fuga sem Regresso» (de Bill L. Norton, EUA/1995. *Drama*)

Sábado, 17

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Automobilismo: Le Mans
15.30 Coisas da Vida
16.15 Aqui Europa
16.30 Euro 2000: Roménia-Portugal
18.45 Ciclismo
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Inglaterra-Alemanha
21.30 Telejornal
22.40 Santa Casa
00.30 Le Mans
00.40 Euro 2000
02.30 24 Horas
02.50 Desporto (Ciclismo; Automobilismo)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos do Entendimento
12.40 O Século das Descobertas
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.10 Magazine 2001
19.40 A Outra Face da Lua
21.00 Jornal 2
21.30 Allô, Allô
22.00 O Meu Herói
22.30 Valha-me Deus
23.00 A Vida É Assim
24.00 «O Testamento do Dr. Mabuse» (de Fritz Lang, Alem./1933, com Rudolf KleinRogge, Gustav Diesel. *Destaque*)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.15 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.30 O Sexo e a Cidade
00.20 «007, O Espião Irresistível» (The Spy Who Loved Me, de Lewis Gilbert, 1997, com Roger Moore, Barbara Bach, Curt Jurgens. *Aventuras*)
02.50 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
10.30 O Sétimo do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fundo
15.30 «A Ronda da Noite» (de David S. Jackson, EUA/1994, com Pierce Brosnan, Alexandra Paul. *Thriller*)
17.30 «Duros e Implacáveis» (de Philippe Mora, EUA/1998. *Aventuras*)
19.30 Directo XXI
20.00 «Onda de Impacto» (de George Miller, EUA/1998. *Thriller*)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 Lux
23.50 «Diário de uma Morte Anunciada» (de Robert Allan Ackerman, EUA/1994, com Susan Sarandon, Sam Shepard, Robert Sean Leonard. *Drama*)
01.45 «Momento de Justiça II» (de Robert Radler, EUA/1984, com Eric Roberts, Christopher Penn. *Drama/Artes Marciais*)



«Sai de Baixo», humor muito brasileiro - diariamente em dois canais!



Como é costume, os espaços infantis vão tomando o lugar das aulas

Domingo, 18

▼ RTP 1

07.00 Infantil / Juvenil
10.25 Atletismo: Corrida de S. João
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Le Mans
15.30 «O Meu Guarda-Costas» (de Tony Bill, EUA/1980, de Chris Makepeace, Adam Baldwin, Matt Dillon. *Comédia Dramática*)
17.55 Fórmula 1: GP do Canadá
19.50 Ciclismo
20.00 Telejornal

Segunda, 19

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Lá em Casa Tudo Bem
17.00 Roseira Brava
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: Itália-Suécia
21.30 Telejornal
22.40 Concurso: Só Números

Terça, 20

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Lá em Casa Tudo Bem
17.00 Roseira Brava
19.00 Telejornal
19.15 Euro 2000: Portugal-Alemanha
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 Concurso: Só Números

Quarta, 21

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Mentira
15.45 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Euro 2000: Eslovénia-Noruega
19.00 Telejornal
19.30 Euro 2000: França-Holanda
21.30 Telejornal
22.20 Remate
22.40 Concurso: Só Números
23.10 Euro 2000
23.55 As Lições do Tonecas
00.25 24 Horas
00.35 1ª. Página
01.30 Final NBA

▼ RTP 2

07.00 Euronews
08.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Sinais do Tempo / Zoom
21.00 Jornal 2
21.55 Acontece
22.15 «Carmen» (de Francesco Rosi, Fr.-It./1984, com Julia Migenes Johnson, Plácido Domingo, Ruggero Raimondi. *Drama-Ópera*)
01.55 Desastres Iminentes

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Capitão Roby
23.20 Sai de Baixo
00.10 «Amor e Vingança» (Spanish Rose, de Bob Misirovski, EUA/1993, com Michael Parré, Barbara Carrera, Michael Ironside)
03.00 Diário do Europeu
03.20 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão



Betty Faria também regressa mas numa nova telenovela da Globo

15.45 Batatoon
18.30 A Grande Aventureira
19.30 Directo XXI
20.00 Olho Vídeo
20.45 Ri-te, Ri-te
22.00 «Selvagem» (de Avi Nesher, EUA/1995. *Ficção Científica*)
00.05 Diário do Euro 2000
00.20 «Em Nome da Nação» (de Larry Shaw, EUA/1995. *Drama*)
02.20 Casos de Arquivo
03.20 Ai que Vida

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto
Correia da Fonseca

Treze títulos

De súbito, dou-me conta de que há já vários dias que não vejo o «Acontece», nem na sua emissão principal nem nas repetições a que tenho acesso via cabo na RTP-África/Internacional. E não é por nada que não vejo, apenas porque deixei escapar o hábito entre os dedos do quotidiano, (pre)ocupado como sempre estou em ter os olhos onde os tem a maioria dos telespectadores. Com razão ou sem ela, responsabiliza pelo meu desmazelo a colocação do «Acontece» na 2, embora saiba que o próprio Carlos Pinto Coelho em tempos disse que a rubrica nunca deveria estar na RTP. E, por arrastamento, recorde o punhado de rubricas que em maior ou menor grau me parece justificarem a atenção do público e que são condenadas ao esquecimento ou à indiferença por força de uma colocação nas «grelhas» que em certos casos me parece verdadeiramente criminoso. Não, naturalmente, porque envolva morte-de-homem, mas sim porque

surpresa. De qualquer modo, aposto em como a maioria deles escapa aos hábitos de visionamento mesmo dos telespectadores que recusam o pior. Porque é a própria RTP que os arruma nos lugares esconços, onde é fácil esquecê-los, e põe em evidência o que está mais próximo do telelixo que fez o êxito dos canais cujo negócio, sendo os números, como há anos era o do Jô Soares, é também e talvez sobretudo a exploração intensiva do secular subdesenvolvimento nacional.

A maleita

E é aqui que as coisas se revelam com alguma gravidade. Embora com o «stock» de produtos condicionado pela orientação daqueles treze títulos prova que com o mesmo material disponível é possível uma programação que, dando algum destaque ao que é melhor quanto a qualidade e a efeitos prováveis sobre a formação de um público com hábitos de higiene, se situe no terreno da utilidade nacional que

há-de ser o de uma televisão pública. Porém, acontece que a RTP foi gravemente atingida pela epidemia de gestionite privada obsessiva que grassa num Ocidente que se estende agora de S. Francisco a Vladivostoque, via Bona. A maleita foi de resto agravada pela generosidade demagógica de Cavaco Silva, esse grandessíssimo gestor, que achou lindamente fazer o que países ricos da Europa não haviam feito e obrigar a TV pública a prescindir da taxa que podia ser a garantia de alguma independência perante os poderes negociatas. De onde isto que temos perante os olhos: uma RTP que é uma espécie de SIC, ou da actual TVI, já sem vergonha mas ainda sem a total coragem de o ser completamente.

É por se ter tornado nessa coisa híbrida que não agrada aos que lhe desejam pudor e consciência cívica, nem aos que a comparam com as estações que não têm deveres nem escrúpulos, que a RTP oferece um largo flanco aos que lhe reclamam a extinção, por vezes em alta gritaria, outras vezes em surdina envenenada. Afinal, dá-lhes razão: assim, não serve para nada. Excepto, porém, para uma coisa afinal nada irrelevante: para manter em aberto a possibilidade de, um dia, um poder com a por agora extravagante convicção de que os interesses do País valem mais que os interesses dos grupos privados, um poder que na área do audiovisual se distancie do maria-vai-com-as-outras por agora adoptado, e mal, tome a RTP que o Estado ainda conserve e lhe devolva o sentido do asseio, da resposta às verdadeiras necessidades nacionais, da utilidade e da eficácia. É uma eventualidade remota, bem se sabe. Mas lembro-me de que, há mais de meio século, um grande poeta francês escreveu: «Je ne demande plus que vivre l'assez-pour voir la nuit fléchir et le vent changer.» E o caso é que a noite cedeu.



corresponde ao frio e sistemático assassinio do que ainda sobrevive no nosso país de curiosidade pela cultura.

Já agora, percorro apressadamente os títulos dos programas anunciados para uma semana e vou retendo alguns: «Resistência», «Artes do Palco» (teatro ou ópera, alternadamente), «Acontece», «RTP/Economia», «Andamentos», «Artes e Letras», «Garrett» (4.º e último episódio, com transmissão para lá da meia-noite para que antes possamos ver «Euro 2000» e o 21.º episódio de «A Senhora Ministra», ambos pelos vistos inadiáveis), «Zoom», «O Lugar da História», «A Loja do Cidadão», «Travessa do Cotovelo», «Universidade Aberta», «A outra face da Lua». Espiando melhor poderia arrolar mais alguns, mas conto estes treze, que são a conta dos que estiveram na Última Ceia, só que estes só estão em princípio sentados à mesa da qualidade possível. São de mérito diverso e alguns deles, é certo, incorrem com alguma frequência no pecado de Judas, e traem. É o que por aí há mais, não se justifica a

No «Onda Curta» desta semana (domingo na RTP2) um pequeno filme dedicado à luta dos Sem-Terra, inspirado no prefácio de Saramago para o livro de Sebastião Salgado

21.10 Agora É que São Elas
22.40 Euro 2000
00.20 Nada é Sagrado
23.40 Prazeres
01.30 Desporto
01.45 Telejornal
02.15 «Obsessão e Vingança» (de Joey Travolta, EUA/1997, com C. Thomas Howell, Amber Smith, Brian Austen Smith. *Thriller*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Um Olhar Freiriano sobre Goa
12.00 Iniciativa
14.30 Onda Curta
15.00 Desporto
19.30 Euro 2000: Noruega-Jugoslávia
22.00 Jornal 2
22.45 Travessa do Cotovelo
23.45 Faenas
23.40 A Vida É Assim
00.15 Teatro: «Calamity Jane, Uma Mulher de Armas» (com Maria do Céu Guerra)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.15 «O Regresso do Pestinha» (de Briant Levant, EUA/1991. *Comédia*)
16.00 Walker, O Ranger do Texas
18.00 «Em Busca da Cidade Perdida» (de Jean-Claud Van Damme, EUA/1996. *Artes Marciais*)
20.00 Jornal da Noite
21.10 Malucos do Riso
22.15 Herman SIC
00.20 «A Febre da Selva» (Jungle Fever, de Spike Lee, EUA/1991, com Wesley Snipes, Annabella Sciorra, Spike Lee, John Turturro, Tim Robbins. *Drama*)
02.40 Último Jornal
03.05 O Guarda-Costas

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
13.45 Marchas Populares
15.00 «Grito de Amizade» (Drama)
17.00 Cocktail Nacional
19.00 Directo XXI
20.00 «Cidade Obscura» (de Burt Reynolds, EUA/1998, com Willie Nelson, Kris Kristofferson. *Thriller*)
21.55 Jardins Proibidos
23.10 «Ataque no Arranha-céus» (de Raymond Martino, EUA/1995. *Terror*)
01.05 «A Longa Caminhada» (de Bill Corcoran, EUA/1998. *Thriller*)

23.45 A Senhora Ministra
00.15 24 Horas
00.50 1ª. Página
01.10 Basquetebol: NBA

▼ RTP 2

07.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.10 Segredos dos Oceanos
20.00 Rotações
20.30 Bombordo
21.00 Jornal 2
21.55 Acontece
22.15 «Boris Godounov» (de Andrzej Zulawski, França-Jugosl.-Esp./1989, com Ruggero Raimondi, Kenneth Riegel. *Drama-Ópera*)
00.20 O Cupido

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Diário do Europeu
01.30 Último Jornal
02.05 «Os Últimos Dias de Frankie The Fly» (de Petre Markle, EUA/1997, com Dennis Hopper, Darryl Hannah, Kiefer Sutherland. *Thriller*)

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.30 A Grande Aventureira
19.30 Directo XXI
20.00 «O Rapaz Surfista» (de Steve Boyum, EUA/1999. *Desporto*)
22.00 Crianças S.O.S.
23.00 «Bora lá Marina!»
23.45 Quero Justiça
01.15 «Amor, Morte e Traição» (de Mary Lambert, EUA/1996. *Drama*)
03.20 Diário do Euro
03.35 «Dinheiro Sujo» (de John Dahl, EU/1989, com Joanne Whaley-Kilmer, Val Kilmer. *Drama*)
03.10 Ai que Vida!

Números
23.10 Euro 2000
23.55 24 Horas
00.30 1ª. Página
00.50 Os Hughleys
01.45 Euro 2000

▼ RTP 2

07.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.30 TV Nostalgia
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 O Lugar da História
21.00 Jornal 2
21.55 Acontece
22.15 «Don Giovanni» (de Joseph Losey, Fr.-Alem.-It./1979, com Ruggero Raimondi, Kiri Te Kanawa, José Van Dam, Teresa Berganza. *Drama-Ópera*)
01.00 Resistência

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Terra Nostra
23.30 Sai de Baixo
00.40 «O Império do Mal» (de Michael Karbelnikoff, EUA/1991, com Christian Slater, Patrick Dempsey, Lara Flynn Boyle. *Thriller*)
02.40 Diário do Europeu
03.10 Último Jornal
03.45 Toda a Verdade

▼ TVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
18.30 A Grande Aventureira
19.30 Directo XXI
20.00 Olho Vídeo
20.45 «Querida, Ampliei o Mundo» (de Randal Kleiser, EUA/1992, com Rick Moranis. *Comédia*)
22.45 «Nervos de Aço» (de Avi Nesher, EUA/1999. *Thriller*)
00.50 Diário do Euro
01.05 «O Círculo do Engano» (de Alan Metzger, EUA/1997, com Joanna Cassidy. *Drama*)
03.10 Ai que Vida!

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Homilias

Respondendo aos jornalistas sobre a polémica de se instalar um sistema de co-incineração na cimenteira de Outão, em pleno Parque Natural da Arrábida, o primeiro-ministro António Guterres afirmou, em tom definitivo: «Não creio que algo que possa ser feito numa zona onde morem pessoas, não possa ser feito num parque natural.»

Aparentemente, esta oração do primeiro-ministro pretende afirmar duas coisas.

Uma, a sua definição de prioridades:

Entre a defesa das pessoas e a da natureza, António Guterres privilegiará as pessoas. Daí «algo que possa ser feito numa zona onde morem pessoas» poder, muito mais facilmente, «ser feito num parque natural».

Outra - e na decorrência da primeira - a sua fé na bondade da co-incineração:

Se pode ser feita ao pé das pessoas, muito mais o poderá ser no meio de um parque natural.

E assim ficamos com um primeiro-ministro a cortar a direita na defesa dos cidadãos - tão a direito que, se necessário for, até entorta a natureza.

Mas ficamos com outra coisa.

Levando a sério o raciocínio de António Guterres, abre-se, a partir dele, a muito mais séria possibilidade de vermos os nossos parques naturais acrescentados das mais variadas novidades: fábricas de componentes ou estádios de futebol, centrais de camionagem ou centros comerciais, estações de metro ou escolas secundárias, praças de táxis ou mercados de peixe.

Isto para só darmos alguns exemplos do que «pode ser feito numa zona onde morem pessoas».

Dir-nos-ia Guterres que estava a ironizar, lamentando na passada que não houvésemos tido a perspicácia de descodificar o essencial da sua frase: que a sua preocupação com as pessoas é um pressuposto tão indiscutível, que a utilizou como referência-padrão na análise de questões outras, inevitavelmente de menor grandeza ou importância.

Indo por aí, a coisa complica-se.

Julgará António Guterres, no seu desvelo pelas pessoas, que estas podem ser descontextualizadas do meio onde vivem? Pior: pensará o engenheiro Guterres que os homens existem numa engenharia tão superior à Natureza, que tudo o que a eles servir pode ser imposto ao meio ambiente?

Nesse caso, a política ambiental que o seu Governo propagandeia não passa, mesmo, de uma mise-en-scène para sacar fundos à União. Mas há mais.

Uma coisa é o que se pode fazer, outra o que se deve fazer.

Como é público e notório, pode fazer-se cimenteiras junto a aglomerados populacionais. Todavia, não se deviam fazer - e não se fariam, se governantes como António Guterres e muitos similares que o antecederam se preocupassem realmente com as pessoas. Mas fizeram-se, porque a verdadeira preocupação de Guterres e similares nunca foi proteger as pessoas conservando-as longe da poluição fabril, mas beneficiar os patrões colocando-lhes a mão-de-obra à porta das fábricas.

E é aí que bate o ponto, fale-se de cimenteiras, co-incineração ou seja do que for.

As pessoas não discutem a necessidade ou a conveniência da tecnologia - não querem é sufocar com ela. Quanto a António Guterres, pode continuar a dizer o que quiser: já não deve é esperar que as pessoas lhe papem as homilias.

Manifestação no Porto

Por uma Europa de pleno emprego

Pleno emprego e um emprego de qualidade, são as grandes reivindicações que, na próxima segunda-feira, se irão fazer ouvir nas ruas do Porto, que nesse dia será a capital europeia do trabalho.

Trabalhadores de todo o mundo vão desfilar, na tarde de dia 19, entre a Rotunda da Boa Vista e a Praça Humberto Delgado. Uma acção promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), co-organizada pela CGTP, que tem como alvo a reunião do Conselho Europeu em Vila da Feira.

Sob o lema «Por uma Europa do Pleno Emprego», as muitas organizações sindicais participantes, de Portugal e de todos os países da União Europeia, propõem-se lutar por uma Europa social, por uma Europa de igualdade de oportunidades.

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, estará presente nesta manifestação.

Está na hora de mudar

Os sindicatos e os trabalhadores exigem medidas de maior alcance e efeito prático e defendem que estão criadas as condições para fazer do pleno emprego a prioridade da política europeia.

Na perspectiva de uma Europa de solidariedade, os trabalhadores exigem políticas económicas coerentes visando o pleno emprego, o combate à saída precoce do mercado do trabalho, a participação das mulheres em pé de igualdade, o reconhecimento dos direitos à informa-

ção e consulta dos trabalhadores nas empresas, uma estratégia de luta contra a exclusão social, inclusão no Tratado da União Europeia dos direitos fundamentais.

Em Portugal, face à baixa de qualidade do emprego que temos, impõe-se valorizar

o trabalho, uma opção que passa pelo desenvolvimento e modernização das actividades produtivas, através da formação e qualificação, qualidade dos produtos, criação de infra-estruturas materiais e sociais básicas e inovação e investigação.

Desde já, e porque há medidas que não podem esperar, a CGTP-IN propõe que seja melhorada a qualidade do emprego, designadamente através da melhoria do poder de compra dos salários, a semana das 35 horas, o combate ao trabalho clandest-



tino e ilegal, a passagem a contratos sem prazo dos trabalhadores que exerçam funções de carácter permanente, a passagem dos falsos recibos verdes a contratos sem prazo,

a moralização do trabalho temporário, a aplicação das normas legais e contratuais do trabalho, o respeito pela legislação referente à segurança social.

Ordem da Liberdade para a Vila do Couço

O Presidente da República condecorou a Vila do Couço com o grau de Membro Honorário da «Ordem da Liberdade», no passado dia 10 de Junho, em Viseu.

Em nota de imprensa a Comissão Concelhia de Coruche do PCP manifesta «o seu

regozijo por tão importante condecoração ao povo do Couço», lembrando, entretanto, que «mais que condecorações simbólicas, o que é importante é que o poder central não continue a discriminar e a privar o povo do Couço de importantes infraestruturas sociais».

A nota dos comunistas de Coruche refere, em particular, a Escola EB 1,2,3 e a extensão do Centro de Saúde que, a não serem concretizadas, «vão continuar a impedir a Vila do Couço de se desenvolver», privando a população de «um ensino e assistência médica em condições, para os filhos e netos daqueles que sempre foram e são coerentes, souberam e sabem manter vivos os ideais de justiça social, liberdade e democracia, nomeadamente quando lutar por estes ideais implicou a prisão e a clandestinidade para centenas de coucences».

Luís Sá condecorado

A título póstumo, o Presidente da República atribuiu a Luís Sá, da Comissão Política do PCP, a condecoração de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo.

A condecoração foi recebida pelo pai do dirigente comunista.



Carvalhas em encontro com Guterres

O PCP reafirmou a sua recusa de qualquer «avanço no sentido do federalismo, quer seja à alemã ou à americana», no processo de construção da União Europeia.

Em declarações proferidas no final de uma audiência com o primeiro-minis-

tro, que recebeu os partidos parlamentares no âmbito da preparação da cimeira europeia de Vila da Feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, sublinhou que os comunistas são «contrários à criação de um directório de grandes

potências que tudo decidem».

Para o PCP, Portugal e a União Europeia «o que precisamos é de coesão económica e social, um princípio que deve ser traduzido na prática e não substituído por grandes intenções e grandes declarações».

